



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

AS CONDIÇÕES DE VIDA NO TRABALHO E A SAÚDE DE PROFESSORES
DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM

Rogério Gonçalves de Freitas

BELÉM
2010

**AS CONDIÇÕES DE VIDA NO TRABALHO E A SAÚDE DE PROFESSORES
DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração Sociologia.

Orientadora: Dra. Maria Angélica Alberto.

BELÉM
2010

Freitas, Rogério Gonçalves
As condições de vida n Trabalho e a Saúde dos professores de
Educação Física do Município de Belém. – Belém: UFPA, 2010.

129 p.

Dissertação de mestrado (mestrado em ciências sociais) –
Universidade Federal do Pará, 2010.

Bibliografia: p.

1. Educação, Trabalho e Saúde. I Título.

**AS CONDIÇÕES DE VIDA NO TRABALHO E A SAÚDE DE PROFESSORES
DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM**

Banca Examinadora

_____ - Orientadora

Prof^a.Dra. Maria Angélica Alberto

Universidade Federal do Pará - UFPA.

_____ - Examinador(a) Externo

Prof^a.Dra. Áurea de Carvalho Costa

Universidade Estadual Paulista – UNESP.

_____ - Examinador (a) Interno

Prof^a.Dra. Vera Lúcia Jacob Chaves

Universidade Federal do Pará – UFPA.

Trabalho apresentado e _____ em _____ de _____ de

A todos os professores de Educação Física da rede
municipal de Belém,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

À Maria Angélica Alberto, orientadora e amiga que me proporcionou ao longo destes dois anos uma experiência inestimável quanto aos passos de ser um pesquisador, além de ter me acompanhado com paciência na minha construção e concretização da pesquisa. Pelos conselhos e caminhos mostrados a partir de sua experiência, sou grato a ela.

Aos meus pais Felipe e Creusa Freitas pelo amor incondicional.

Aos docentes do programa de pós-graduação em Ciências Sociais, em especial aos professores Heribert Schmitz, Wilson Barp e Maria José Aquino pelos conselhos e receptividade durante minha estadia neste programa.

Aos meus irmãos Dayse, Nirlando e Emerson pela torcida de que os meus estudos iriam dar certo.

À minha companheira Kátia por estar ao meu lado nos momentos alegres e difíceis de minha jornada de estudos e trabalho. Amo você.

À turma do mestrado, Geldes, Marluce, D'avila, Alcione, Bruna e André pela convivência e aprendizado que obtive com cada um.

Aos meus companheiros de luta que militam no setor da saúde Cláudio, Carol, Daniel, Jeferson e Raimundo que me mostram a necessidade imperiosa de combater o capital ferrenhamente.

Aos secretários do programa Paulo e Rosângela pela humildade e dedicação em seus trabalhos, exemplos de profissionais.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de mestrado para realização dos meus estudos.

Meus francos agradecimentos.

SUMÁRIO

LISTA DE APÊNDICES	ix
LISTA DE FIGURAS E TABELAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	13
1. OPÇÕES METODOLÓGICAS	15
1.1 O método.	15
1.2 O lócus, o sujeito pesquisa e a amostra.	16
1.3 Os procedimentos de coleta de informações.	18
1.4 Análises dos dados e o termo de consentimento livre esclarecido.	20
1.5 A organização dos capítulos.	20
1. CRISE DO CAPITAL E EDUCAÇÃO: da crise do petróleo aos reordenamentos na educação pública brasileira.	22
1.1 A Crise do Petróleo da década de 1970.	22
1.2 A Nova Ordem Econômica Internacional e ajustes do Sistema Bretton Woods.	28
1.3 Os Governos militares nos anos de 1970 no Brasil.	30
1.4 Do Consenso de Washington ao desmantelamento da Educação Pública brasileira.	32
1.5 O governo de Fernando Henrique Cardoso e as políticas de adaptação.	36
1.6 O Governo Lula da Silva e a política de continuidade da lógica subserviente.	38
2. O PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E PROLETARIZAÇÃO DOCENTE: o caso dos professores de Educação Física do município de Belém-PA	41
2.1 Objetivação, estranhamento e alienação como categorias clássicas para o entendimento do trabalho docente.	41
2.2 Professores: assalariados ou proletários?	43

2.3 A proletarização como condição atual do professor.....	46
2.4 A condição de proletariedade.	49
2.5 A vida no trabalho e o trabalho na vida.	52
3. UM BRINDE A SAÚDE! QUANDO A CELEBRAÇÃO VIRA TRAGÉDIA: impressões sobre a saúde docente.	71
3.1 O adoecimento docente: estudos de lá e de cá.....	71
3.2 Da formação do professor de Educação Física aos limites de sua saúde.	76
3.3 A saúde dos professores de Educação Física do Município de Belém.....	80
3.3.1 Possibilidades coletivas no cuidado com a saúde.....	93
3.4 Portfólio fotográfico: cenas do cotidiano docente.....	96
CONCLUSÃO	101
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	115

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Livre Consentimento e Esclarecido.....	113
Apêndice B – Questionário de aplicação.....	114
Apêndice C – Ofício a direção da Escola.....	117
Apêndice D - Ofício a secretária Municipal de Educação de Belém.....	118
Apêndice E – Termo de Consentimento informando para o uso das imagens.....	119
Apêndice F – Roteiro de Pesquisa de campo II e transcrição.....	120

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA E TABELA 1- Maiores reservas de petróleo do mundo.....	24
TABELA E FIGURA 2- Quantidade de Turno que Trabalha.....	52
TABELA E FIGURA 3- Carga Horária semanal.....	54
TABELA E FIGURA 4- Rotina de Trabalho.....	56
TABELA E FIGURA 5- Número de Turmas no Município.....	59
TABELA E FIGURA 6- Quantidade de Alunos por Turma.....	60
TABELA E FIGURA 7- Nível de Satisfação sobre os Materiais Disponíveis.....	61
TABELA E FIGURA 8- Outro Emprego.....	63
TABELA E FIGURA 9- Tipo do Outro Emprego.....	64
TABELA E FIGURA 10- Renda Pessoal.....	65
TABELA E FIGURA 11- Formação Acadêmica.....	68
TABELA E FIGURA 12- Tipo de Acidente de Trabalho Sofrido.....	81
TABELA E FIGURA 13- Doença Ocupacional.....	82
TABELA E FIGURA 14- Tipo da Doença Ocupacional.....	83
TABELA E FIGURA 15- Frequência de ida ao médico.....	87
TABELA E FIGURA 16- Tipo de Plano de Saúde.....	89
TABELA E FIGURA 17- Satisfação com o Plano de Saúde.....	90
FIGURA 18- Pés de professor (a).....	96
FIGURA 19- Marcas de projétil.....	97
FIGURA 20- Depressão.....	98
FIGURA 21- Quotidiano das aulas de Educação Física.....	99

RESUMO

Esta investigação teve como objetivo analisar as condições de trabalho e saúde dos professores de Educação Física do Município de Belém-PA. Para tanto, foi necessário entender como a saúde destes professores era afetada a partir dos processos de precariedade do trabalho no capitalismo contemporâneo. Foi organizado um quadro teórico a fim de dar suporte para o debate em questão. Refere-se inicialmente a crise do capitalismo na década de 70, o qual se caracterizou como a crise do petróleo. Em um segundo momento destacou-se as políticas de ajustes econômicos e políticos que refletiam na estrutura básica do funcionamento da educação. O reordenamento do capital exige modificações no entendimento do papel da educação de um país, logo foi mostrado como as políticas mais gerais afetam a educação brasileira e a vida dos professores. Foi neste bojo que se analisou a partir dos dados encontrados na pesquisa de campo, as condições de trabalho destes professores tendo como variáveis a jornada de trabalho, salário, quantidade de turmas, locais de trabalho etc. Por último, analisou-se a questão de saúde dos docentes, identificando os principais problemas como as patologias encontradas, os acidentes de trabalho, a relação que se tem com o plano de saúde oferecido pela prefeitura, a periodicidade de ida ao médico etc. Neste estudo foram aplicados 22 questionários, sendo 11 com professores do sexo feminino e 11 do sexo masculino, sendo que das 11 professoras colaboradoras, 02 participaram da entrevista. Como resultado desta investigação foi possível inferir que: a) O processo de precariedade do trabalho dos professores de Educação Física tem se mostrado extremamente evidente e com consequências para vida e saúde destes trabalhadores; b) O fenômeno da violência nas escolas é parte fundamental do processo de precariedade do trabalho dos professores; c) Problemas fonoaudiológicos foram os mais evidentes nos pesquisados, além de problemas mentais; d) Através da leitura de outras pesquisas sobre a condição de precariedade do trabalho e saúde, é possível conjecturar uma tendência crescente em níveis de maior proporção sobre este tema; e) Os maiores índices de doenças ocupacionais referem-se aos professores do sexo feminino, ratificando que no precário mundo do trabalho essa tendência de adoecimento é prevalente. Conclui-se que é necessário a criação de espaços nas escolas públicas para se pensar a questão do trabalho e da saúde dos professores e estes juntamente com outros profissionais da educação formem autonomamente suas propostas de viabilização destes ambientes. Para tanto, é preciso antes, pensar na possibilidade de formação e construção do professor militante, o qual possa ser sujeito destas transformações. Cabe então ao professor colaborar como sujeito histórico para o processo de ruptura necessária do capital em crise.

Palavras – chave: Trabalho. Saúde. Professor. Crise do capital.

ABSTRACT

This investigation had the objective to analyze the work and health conditions of the physical education teachers from city of Belem State of Para. For this, it was necessary to understand how the health of these teachers was affected by the precariousness of work processes in the contemporary capitalism. It was organized a theoretical framework to support the debate in question. Initially it was referred to the 70's capitalism crisis, which it was characterized as the Oil crisis. In the second moment, it was emphasized the policies of economical and political adjustments that reflected in the basic structure of the education functioning. The reordering capital demands modifications in understanding the education's role of a country, so it was showed how the most general policy affects Brazilian's education and teacher's life. It was in this budge that was analyzed, through the data found during the field research, the work conditions of these teachers having as variables workday, salary, number of classes, workplaces, etc. Finally it was analyzed about the teacher's health, indentifying the main problems such as diseases, work accidents, the relationship they have with the health insurance offered by the city hall, frequency of visits to the doctor, etc. This study was applied 22 questionnaires, 11 females and 11 males. From the 11 female teachers, 2 had participated of the interview. As results of this investigation it was possible to infer: a) the precarious work process of the physical education teachers had been showed extremely clear and with consequences for the life and health of these teachers; b) the violence phenomenon in the schools is a fundamental part of the precarious work process of the teachers; c) speech-language problems were the most visible one, besides mental illness. Through reading other searchers about the precarious work and health condition, it is possible to conjecture about this issue; e) The biggest occupational disease rates refers to female teachers, ratifying that in the precarious world of work this trend of illness is prevalent. It is concluded that is necessary the creation of autonomous spaces for reflection and action about the theme of teacher's work and health inside the public schools. But first, it is necessary to think the possibility of the formation and construction of militant teacher, which it can be the subject of these transformations. Then, it is the teacher's work as historical subject for the process of necessary rupture of the capital in crisis.

Keywords: Work. Health. Teacher. Capital crisis.

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa se manifesta em torno das questões sobre a vida no trabalho e a saúde de professores de educação física. Atualmente são poucas as pesquisas que enfocam as condições de trabalho e a saúde dos profissionais da educação, principalmente a dos professores de Educação Física, levando em consideração as condições e as contradições de trabalho que afetam diretamente a saúde deste profissional.

Em uma verificação inicial no segundo semestre de 2008 na base de dados do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em seus diretórios de pesquisa constatou-se que dos 16 grupos de pesquisas que investigam diretamente questões relacionadas ao trabalho docente, apenas dois grupos têm uma linha de pesquisa sobre a saúde docente e nenhum sobre a saúde dos professores de Educação Física. Espírito Santo (2005) em uma investigação em vários bancos de dados (NUTESSES, CAPES, LILACS, SCIELO)¹, revela que foram encontradas somente três dissertações de mestrado que faziam alguma referência ao estilo de vida e à saúde dos professores de Educação Física (OLIVEIRA, 2001, SOUZA, 2001 e FRANCO, 1996) e uma monografia de graduação da Universidade Gama Filho UGF (WATSON, 2003). Isso mostra a incipiência de estudos sobre este tema e, por conseguinte a necessidade de investigações.

Esta pesquisa caracterizou-se em entender os nexos e relações entre as condições de trabalho e a saúde dos professores de Educação Física. Para entender a temática atentou-se para mudanças em nível do próprio sistema capitalista contemporâneo como também para o papel do Estado.

É nessa perspectiva que Behring (2003) diz que os processos de “reforma” do Estado, embutidos nos planos de ajuste estrutural em vigor em vários países, podem ser entendidos somente num contexto maior de transformações engendradas no mundo do capital.

Para Behring (2003, p. 31) “(...) A tarefa, portanto, é analisar a lógica do capital na contemporaneidade para compreender as requisições mais profundas dirigidas ao

¹ NUTESSES-Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses. CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. LILACS-Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde. SCIELO-Scientific Electronic Library Online.

Estado capitalista (...)”. Desta forma, é através dos reordenamentos do Estado que se torna possível entender as reformas no contexto educacional e, por conseguinte, as consequências para a vida no trabalho e a saúde dos professores.

Contudo, as motivações para tal estudo deveu-se dentre outros fatores, a vivência no campo acadêmico e profissional da área da educação e no anseio de realizar análise deste fenômeno no campo da sociologia do trabalho.

Academicamente, a experiência em pesquisa, extensão e monitoria em projetos sociais em escolas, além do engajamento estudantil na universidade, possibilitou um primeiro passo de aproximação para o entendimento do cotidiano do trabalho dos professores.

Após a licenciatura mesmo não estando lecionando na escola pública, foi possível ter oportunidade de compartilhar experiências gratificantes com alguns docentes da rede municipal de educação mediante a participação de projetos sociais criados pela própria prefeitura municipal de Belém.

Assim, o estudo se apresenta em uma conjuntura de recomposição do capital frente sua crise, por isso partiu-se do pressuposto de que os métodos de realinhamento e de estabilidade da economia mundial requerem medidas que geralmente atingem fortemente a situação de vida, do trabalho e também da saúde da classe trabalhadora.

É dentro desta perspectiva que surgiu a necessidade de elaboração de questões que guiaram os estudos. Essa demanda só foi possível porque partiu de um problema central a ser inquirido.

Portanto, esta investigação se propôs, a saber, *de que forma a saúde dos professores de educação física da rede municipal de ensino de Belém é afetada pelos processos de precariedade do trabalho característicos da sociedade contemporânea?*

O problema levantado se desdobrou em questões que nortearam o desenvolvimento dos estudos e que se preocupou em realizar uma avaliação de como se caracteriza a saúde dos professores de Educação Física? Concomitantemente teve o intuito de perceber quais eram as condições de trabalho que os professores enfrentavam no seu cotidiano?

A pesquisa se propôs atingir alguns objetivos e dentre eles destacou-se:

a) Verificar os quadros de doenças e quais as enfermidades mais presentes nestes trabalhadores;

b) Entender a representação que os professores da Educação Física têm de seu cotidiano de trabalho que se expressou também nos comentários que os mesmos apresentaram;

c) Obter relatos sobre as condições de trabalho e saúde de duas professoras de Educação Física;

d) Realizar leituras de imagens capturadas sobre o cotidiano do trabalho dos sujeitos investigados.

1. OPÇÕES METODOLÓGICAS

1.1. O método.

A escolha por um método é fundamental porque releva dentre outros fatores a concepção epistemológica adotada na pesquisa, a visão de sociedade e a rigurosidade científica no fazer acadêmico.

Nozaki (2000, p.02) explica que “(...) qualquer que seja a metodologia escolhida para fins investigativos, esta partirá necessariamente de uma postura epistemológica, que possui uma concepção de ciência e de mundo (...)”. Nesta mesma idéia Freitas (1995, p. 73) diz que “(...) na definição de uma determinada forma de trabalho tem precedência a teoria do conhecimento empregada e não suas técnicas particulares de coleta de dados (...)”. Logo neste trabalho todas essas premissas se tornam centrais.

Por isso, esta pesquisa tentou se aproximar do método utilizado por Marx (1993) em que o mesmo analisava a sociedade a partir dos nexos e das relações que os fenômenos sociais apresentavam. Pois para ele a realidade concreta só é concreta por ser a síntese de múltiplas determinações.

Um autor de extrema importância para a compreensão do método marxiano é Kosik (2002), marxista tcheco que desenvolve uma categoria fundamental onde o importante é passagem de uma contemplação do fenômeno para constituição do mundo real.

Este conjunto de percepções nubladas ele denominou de o mundo da pseudo-concreticidade. Segundo Kosik (2002, p. 15), este mundo compõe,

a) o mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem a superfície dos processos realmente essenciais; b) o mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens, a qual não coincide com a práxis crítica revolucionária da humanidade; c) o mundo das representações comuns, que são

projeções dos fenômenos externos nas consciências dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; d) o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de serem condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens.

Essa definição revela a estrutura nefasta e ideológica da ordem burguesa. Segundo Kosik (2002, p.15) “(...) O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano (...)”. É necessário desconstruir, ou melhor, destruir a pseudoconcreticidade para construir o mundo da concreticidade, ou seja, da realidade. A ordem do capital dilacera as formas de emancipação, principalmente da classe trabalhadora, fortalecendo e disseminando o mundo da pseudoconcreticidade. Além disso, reforça a forma de ver o mundo de maneira fragmentado.

Sobre a estrutura de se enxergar a sociedade, Kosik (2002, p.42) ressalta a necessidade de se refletir sobre a categoria totalidade, pois segundo ele “(...) desligaram totalmente a totalidade (...)”. Há uma força do capital na tentativa de fragmentar a lógica da compreensão do todo. Logo, o mais importante da totalidade é dar conta da apreensão do real.

1.2 O lócus, o sujeito pesquisa e a amostra.

A partir da opção pelo método, tornou-se necessário descrever onde e como se efetivou a pesquisa. Optou-se em realizar a pesquisa na rede pública municipal de ensino de Belém.

Segundo os dados do último Censo (2000) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, o município de Belém possui uma estimativa de 1.437.600 habitantes e unidade territorial de 1065 km². Tem um Produto Interno Bruto – PIB *per capita* de 9.793 reais e possui incidência de pobreza de 40,60%.

Do ponto de vista da educação os dados da Secretaria Municipal de Educação de 2010 apontam a existência de 72.138 alunos matriculados da educação infantil, fundamental e profissionalizante e 2,4 mil professores onde 120 são professores de Educação Física. Além de se ter atualmente com 59 escolas municipais, 53 unidades pedagógicas (antigos anexos) e 34 unidades de educação infantil (antigas creches).

A organização estrutural dos estabelecimentos de ensino (escolas) estão distribuídas em distritos. A secretaria Municipal de Educação adotou em 1998 a estrutura escolar do município em 08 distritos.

Os distritos são formalizados a partir do nome da localidade ou bairro onde se encontram. São eles: Distrito Administrativo de Belém-DABEL; Distrito Administrativo do Bengui-DABEN; Distrito Administrativo do Entroncamento-DAENT; Distrito Administrativo do Guamá-DAGUA; Distrito Administrativo de Icoaraci-DAICO; Distrito Administrativo de Mosqueiro-DAMOS; Distrito Administrativo de Outeiro-DAOUT e Distrito Administrativo da Sacramento-DASAC.

Para os objetivos da pesquisa foi selecionada apenas 49 escolas localizadas em 06 dos 08 distritos citados, pois estas se localizam no município de Belém, e pela limitação quanto ao deslocamento, transporte, alimentação não foi possível realizá-la nas regiões distritais do município de Outeiro e Mosqueiro.

Considerando como critério de seleção dos dados, adotou-se a amostra aleatória simples, com um erro amostral tolerável² de 20%, onde se têm nas 49 escolas um total de 120 professores de Educação Física. Aplicando segundo os pressupostos do Laboratório de Epidemiologia e Estatística (2009) sobre a temática amostra aleatória simples e verificando o número esperado para ser entrevistado, apresenta-se a fórmula para delimitar o tamanho amostral, temos:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

Onde,

n₀ é a primeira aproximação do tamanho amostral.

E₀ é o erro amostral tolerável (20% = 0,2).

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}$$

Onde,

N é o número de elementos da população.

n é o tamanho da amostra.

Cálculo:

² É a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar.

$$N = 120$$

$$Eo = 0,2 \text{ (Erro amostral tolerável em 20\%)}$$

$$no = 1/(Eo)^2$$

$$no = 1/(0,2)^2$$

$$no = 25$$

$$n = (N.no) / (N+no)$$

$$n = (25.120) / (25+120)$$

$$n = 20,68$$

Com um erro amostral tolerável de 20% (0,2), obteve-se um resultado de 20,68, porém como se conseguiu 22 professores para a aplicação dos questionários, optou-se em manter esta quantidade como um número considerado satisfatório para os objetivos da pesquisa. Assim foram 22 os professores (11 do sexo masculino e 11 feminino) selecionados de forma aleatória e também segundo a disponibilidade dos mesmos nas 49 escolas. 02 entrevistas com questões específicas foram realizadas com professoras. O critério adotado para entrevistas com as duas professoras deveu-se as mesmas apresentarem uma situação mais delicada quanto a realidade vivida no trabalho e as condições de saúde perceptíveis no questionário anteriormente aplicado as mesmas.

1.3 Os procedimentos de coleta de informações

Foram utilizadas três técnicas para coleta de informações:

1) Aplicação de um questionário semi-estruturado, com questões sobre a situação sócio-econômica, sobre o trabalho, sobre a sua saúde e sobre o lazer. Por razões de viabilidade concreta não foi possível desenvolver análises mais específicas sobre as questões sócio-econômica e do lazer dos professores, ainda que sejam fundamentais.

2) Também foi realizada uma entrevista gravada com 02 professoras. As questões versavam especificamente sobre sua representação sobre sua saúde, de suas condições diárias de trabalho, de noites de sono, de mobilizações coletivas, de reivindicação etc.

3) A pesquisa documental foi utilizada e através dela se teve acesso a documentos como, por exemplo, o relatório de 2008 sobre o levantamento epidemiológico dos servidores da Secretaria Municipal de Educação de Belém-SEMEC. A Lei 7.502 que versa sobre o funcionalismo municipal foi também consultada.

Para critérios de inclusão os participantes selecionados deveriam ser professores de Educação Física da rede pública municipal de Belém, de ambos os sexos, sem preferência de idade, raça, religião, condição sócio-econômica e tempo de serviço.

Para realização da pesquisa foram necessários 02 momentos, denominados de *pesquisa de campo I* e *pesquisa de campo II*. Num primeiro momento foi feito os contatos com os professores, aproximação com as escolas, captação de informações a partir dos documentos previstos no projeto desta pesquisa. No segundo momento (pesquisa de campo II) foi aplicado o questionário semi-estruturado com os professores. Assinala-se o fato de que anteriormente já havia sido feito contato com estes professores, desta forma, a relação entrevistado e entrevistador foi mais próxima. Nesta fase também foi realizado a entrevista com 02 professoras e a captura de algumas imagens.

Para se ter acesso aos professores em um primeiro momento recorreu-se a Secretaria Municipal de Educação, através de um ofício endereçado a secretária de Educação. Porém, não se obteve sucesso, uma vez que o documento não foi encaminhado às instâncias competentes que poderiam viabilizar o acesso ao nome e telefone dos professores.

Uma segunda tentativa foi realizada ainda no prédio da Secretaria de Educação do município, desta vez no Núcleo de Atenção a Saúde do Trabalhador- NAST e na própria biblioteca da Secretaria. Obteve-se algumas informações importantes, entretanto só foi possível o estabelecimento de contato com os professores a partir da pesquisa no portal online da Secretaria de Educação onde consta o endereço e telefone de cada escola da prefeitura. Com a posse do telefone das escolas, conseguiu-se falar com alguns professores e marcar um determinado horário para aplicação do questionário e realização da entrevista.

Algumas dificuldades foram encontradas, tais quais problemas com horários dos professores, desmarcação de entrevistas, difícil acesso as escolas e perigo constante de assaltos uma vez que muitas destas escolas se situam em áreas de risco.

Foi realizada também a captura de imagens de 03 professores, os quais se prontificaram e aceitaram participar do momento fotográfico. Como os 03 professores já

havia respondido os questionários e por eles apresentarem quotidianos bem difíceis quanto aos seus trabalhos e também a saúde, foi relativamente tranquilo convidá-los a participar da fotografia.

1.4 Análise dos dados e o termo de consentimento livre esclarecido.

A análise dos dados é um momento importante da pesquisa. É preciso entender como será tratado o material que foi obtido na pesquisa empírica. Em se tratando de níveis de investigação, foram adotados 02 níveis que se complementam. A *descrição* dos fenômenos observáveis no processo de pesquisa de campo e a *análise correlacional*, que segundo Vala (2005) o pesquisador procura estabelecer relações e correlações com as variáveis a serem pesquisadas. No caso desta pesquisa a descrição das condições de trabalho e a relação que existe entre a crise do capital e seus ajustes em um nível macro *com* as condições de trabalho e saúde dos professores de educação física em um nível micro.

Foi apresentado também a todos os entrevistados o consentimento Livre Esclarecido, consentimento do CNS – Conselho Nacional de Saúde (1996) onde através de um documento é mostrado à anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erros). E também o Termo de consentimento de uso da imagem.

1.5 A organização dos capítulos

O presente estudo se estruturou em 03 capítulos. O primeiro capítulo “Crise do capital e educação: da crise do petróleo aos reordenamentos na educação pública brasileira” foi abordado a crise do capitalismo expressa na crise do petróleo ocorrida por volta dos anos de 1970. Esse capítulo abre a possibilidade de entender que os acontecimentos de natureza conjunturais e até mesmo estruturais, afetam sobre maneira a vida de todos, mais precisamente a da classe trabalhadora, por isso, considerar-se a necessidade de um capítulo com este conteúdo. Questões sobre os acordos mundiais, o reordenamento da economia capitalista, a criação de instrumentos de regulação, são mostrados com intuito de realizar as análises necessárias sobre as questões educacionais

e sobre a condição docente. Também é mostrado como o Governo Militar foi importante para o endurecimento do regime, sobretudo na década e 1960. Esses eventos afetaram a educação no país de forma significativa.

O capítulo 2 “O processo de intensificação do trabalho e proletarização docente: o caso dos professores de Educação Física do município de Belém-PA.” versa sobre a própria condição de trabalho dos professores, é o resultado da empiria realizada. Dentre alguns debates travados, apresenta-se como fundamental a discussão sobre a condição e a função do professor no capitalismo contemporâneo. Discute-se sobre se o professor pode ser caracterizado como proletário sendo ele um funcionário público, além de se poder entender qual o papel dos professores de Educação Física neste processo. As informações obtidas junto aos professores possibilitam fazer determinadas incursões no que diz respeito a lógica das condições de trabalho de uma categoria da classe trabalhadora, qual seja, a dos professores.

O capítulo 3 “Um brinde a saúde! Quando a celebração vira tragédia: impressões sobre a saúde docente” refere-se à análise dos dados sobre a condição de saúde dos professores pesquisados. Traz para o estudo exemplos de pesquisas realizadas no âmbito internacional, os resultados de pesquisas nacionais são também mostrados. Identifica as principais fragilidades no que concerne a doenças ocupacionais, destacando as incidências nos professores de Educação Física do Município de Belém e enfatizando sempre que as doenças ocasionadas pelo trabalho são consequências da própria lógica do capitalismo contemporâneo.

A conclusão do trabalho divide-se em três momentos, o primeiro refere-se às inferências que se tira dos dados obtidos da pesquisa, propondo sempre à possibilidade de enfrentamento a situação de precariedade. O segundo apresenta uma proposta de ação, que versa na criação de um espaço de resistência, que se concretiza na discussão sobre os problemas de saúde e trabalho que os trabalhadores da educação passam. E o terceiro, trata da construção de uma nova cultura docente, que se materializa na formação do professor militante, onde sua prática pedagógica passa a ter objetividade política para além dos muros da escola.

1. CRISE DO CAPITAL E EDUCAÇÃO: da crise do petróleo aos reordenamentos na educação pública brasileira.

1.1 A Crise do Petróleo da década de 1970.

Inicialmente é preciso dizer que a crise em si é sob todas as suas configurações o resultado da expressão da acumulação do capital. Não se pode entender a crise do capitalismo como um fenômeno abstrato, pois sua natureza é resultado da própria irreversibilidade e contradição.

No processo de produção capitalista como dizia Marx (1982) não são importantes os valores de uso, mas sim os valores de troca e o aumento da mais valia. Esta idéia vai ao encontro da perspectiva de Lênin (1984) quando afirmava em plena 1^o Guerra Mundial o imperialismo como fase superior do capitalismo, comparado a uma “guerra de rapina” ou mesmo de “partilha do mundo”.

A corrida para ver quem conquistava áreas de influência era fundamental, especialmente as riquezas das colônias (África, Américas, Ásia etc.), pois a guerra era principalmente relacionada ao desespero irracional das potências³ em conseguir se expandir no domínio geográfico, pois assim seria possível destruir nações inteiras, exterminar culturas milenares, em busca de diamantes, petróleo (esse talvez o mais importante) e outros recursos naturais.

É no contexto do petróleo como sendo a mola do mundo e de objeto de cobiça pelas nações produtoras e consumidoras mais assíduas que será importante entender os motivos e as implicações da crise do petróleo iniciada bem antes de 1973-74, mas que teve seu ápice nestes dois anos e nos posteriores.

Entender um pouco o histórico da crise do petróleo, marcado ora por guerras, ora por acordos entre as nações imperialistas, não anula jamais a idéia de que a crise do capitalismo é marcada pela acumulação do capital, acompanhada pela busca e

³ A primeira guerra mundial teve duas frentes formadas por dois blocos. A Tríplice Entente, que congregava a França, Inglaterra e Rússia, esta última compôs o bloco até 1917, período que marca a tomada do poder pelos trabalhadores na Rússia. E após 1917 quem entra na Tríplice Entente são os Estados Unidos, que antes só acompanhavam a guerra no fornecimento de materiais, sobretudo armas. O outro bloco denominava-se de Tríplice Aliança, formados pela Alemanha, Império austro-húngaro e Império Turco Otomano, transformado posteriormente em República turca.

exploração desenfreada dos recursos naturais, e sem dúvida, pela produção de mercadorias. Desta forma, cabe relatar um pouco uma síntese do que foi a crise e seus desdobramentos que ainda repercutem nos dias atuais.

Não será objetivo deste tópico fazer uma análise aprofundada sobre o histórico da crise do petróleo, pois vários autores fizeram e fazem isso com melhor propriedade, porém cabe citar como referência Odell (1978), autor que consegue com uma riqueza de detalhes instigar a curiosidade sobre o tema que sem dúvida será nesta primeira quadra de século se não o mais importante, um dos mais centrais assuntos postos em questão.

O principal argumento de Odell (1978) sobre a década de 70 foi o de que esta impulsionou com maior velocidade a corrida desenfreada pelo domínio dos recursos naturais globais, com destaque para o petróleo.

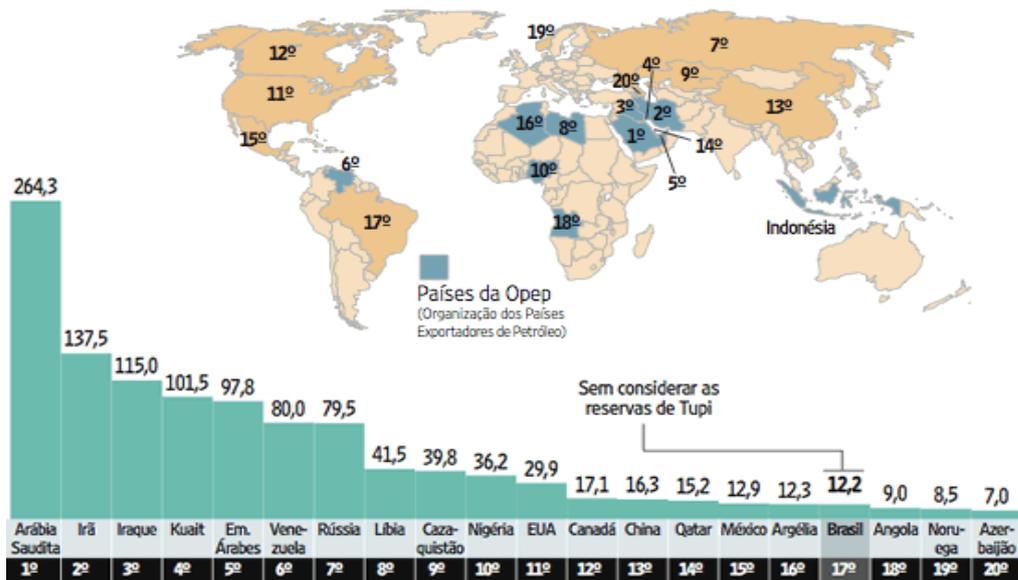
A indústria petrolífera mundial ganha maior impulso desde o período pós-Segunda Guerra, quando o petróleo supera outros ramos da economia. Segundo Odell (1978) em 1950, a produção de óleo cru dobrou em relação a 1945. Uma década mais tarde em 1960, essa mesma produção tinha dobrado de novo para 1 bilhão de toneladas. Em 1975, a produção passou para 3 bilhões e na década de 1980 já chegavam ao recorde de 4 bilhões de toneladas. Isso mostra o impulso que a economia do petróleo teve em pelo menos seis décadas e seu extraordinário avanço.

Na figura 01 pode-se visualizar a disposição de petróleo espalhados pelo planeta e suas respectivas reservas em bilhões de barris. É interessante notar na geografia do petróleo que o país com maior reserva é a Arábia Saudita com 264,3 bilhões de barris, fazendo deste país o mais poderoso na produção e exportação de petróleo do mundo.

Desta maneira, dos 20 (vinte) países que comportam as maiores reservas mundiais de petróleo, 11 (onze) são membros da OPEP- Organização dos Países Exportadores de Petróleo, organização que monopoliza cerca de 40% da produção de petróleo mundial. Fazem parte da OPEP países como Argélia, Angola, Equador, Iraque, Irã, Kuwait, Líbia, Nigéria, Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos e Venezuela.

MAIORES RESERVAS DE PETRÓLEO

Em bilhões de barris



Fonte: Portal de notícias da internet - folha.com.br.

TABELA 1
Maiores Consumidores de Petróleo em 2006 Por Milhões de Barris / Dia.

Ranking	Países	Quantidade
1.	Estados Unidos	20,5.
2.	República Popular da China	7,2.
3.	Japão	5,2.
4.	Rússia	3,1.
5.	Alemanha	2,6.
6.	Índia	2,5.
7.	Canadá	2,2.
8.	Brasil	2,1.
9.	Coreia do Sul	2,1.
10.	Arábia Saudita (OPEP).	2,0.
11.	México	2,0.
12.	França	1,9.
13.	Reino Unido	1,8.
14.	Itália	1,7.
15.	Irã (OPEP)	1,6.
Total		58,5

Fonte: Departamento de estatísticas dos EUA.

A OPEP nasce na década de 1960 para poder centralizar e gerenciar o monopólio do petróleo no mundo, além de fazer frente a concorrência com os Estados Unidos, que além de ser este, produtor é o país que em 2006 mais consumiu petróleo no planeta.

A disputa e o controle pelo petróleo são marcados, sobretudo pela briga “encarniçada” das nações que detêm as reservas e por outras que necessitam do petróleo como recurso *sine qua non* para o domínio político e econômico do mundo.

Essa disputa evoca 4 (quatro) situações que são fundamentais para uma compreensão do que foi a crise do petróleo em 1970, quais sejam, a) As alianças entre OPEP e EUA como condição para o domínio do mercado do petróleo; b) A guerra Árabe-Israelense; c) A política dos EUA para o controle do petróleo; d) Os impactos na economia e as mudanças geopolíticas no mundo.

O primeiro momento importante é compreender o que foi segundo Odell (1978) a “Ímpia Aliança”. Trata-se do acordo bilateral em 1970 realizado entre a OPEP e os EUA (empresas do ramo do petróleo) para juntos dominarem o mercado. Isto significaria a destruição dos mercados frágeis do mundo, controlando e aumentando as taxas dos lucros pelo aumento do preço do petróleo.

Essa conjuntura foi favorável sob várias circunstâncias que Odell (1978, p.199) destaca como “(...) uma forte demanda de mais derivados de petróleo na maioria dos mercados [...] de uma escassez da capacidade de refinação na Europa e Japão e uma redução do número de petroleiros (...)”. A redução do número de petroleiros se deu pelo fechamento do oleoduto transarábico.

Em linhas gerais, foram estes os três fatores que possibilitaram a realização da “Ímpia Aliança” e o convencimento dos consumidores por parte das companhias de petróleo, e dos governos, do aumento no preço e conseqüentemente a idéia de uma crise do petróleo.

Mas o acordo foi sendo rompido aos poucos, pois os países produtores (OPEP), não precisariam cooperar com as empresas para poderem controlar e gerenciar o mercado mundial. Desta forma, Odell (1978, p. 202) diz que “(...) Durante os anos de 1971-72 já pairavam no ar, sinais que indicavam estarem às nações produtoras de óleo, se movimentando no sentido de sua afirmação no controle dos suprimentos (...)”. Ou seja, sob a lógica da produção capitalista, o acordo só é respeitado até o adversário poder ver perspectiva de superar o outro, principalmente quando o pacto já se estabelece em bases de desconfiança.

Os indícios de quebra de acordos se destacam em decisões unilaterais como, por exemplo, definição de taxas de produção pelo Kuwait, e aversão de expansão das companhias em detrimento das zonas de influências dos países produtores. Esses e outros fatores foram centrais para a quebra do bilateralismo.

É nesse bojo que a Guerra Árabe-Israelense de 1973 ou guerra do Ramadã se apresenta como sendo mais um fator para o desencadeamento das tensões entre os países produtores e os EUA, e não como sendo o único evento que forjou a crise do capital na década de 1970.

Deste modo, as três edições das guerras Árabe-Israelense de 1956, 1967 e 1973 são motivadas em: 1956 pela explosão dos oleodutos que atravessavam a Síria e que vinham no norte do Iraque, que eram em boa parte pertencentes as empresas norte americanas, além de restrições de comercializar e vender. (ODELL,1978).

Em 1967 ocorre a intervenção governamental no sentido de impedir (embargo) de forma radical as relações comerciais e a exploração de petróleo da região do Oriente Médio por parte das empresas dos EUA, sem deixar de mencionar o fechamento do Canal de Suez em 1956. Isso gerou uma instabilidade política e econômica significativa, mas o grande amortecedor destas relações hostis foi justamente o fornecimento de suprimentos do Iraque para os EUA de exploração em áreas não embargadas pelo governo.

Em 1973 com a crescente possibilidade de importação de petróleo advindo da região do oriente médio, os EUA, ganhavam sempre mais forças na disputa e no controle, porém com sua política pró-israelense⁴, diz Odell (1978) que as hostilidades vieram a tona, e os países produtores anunciaram um embargo por completo aos EUA.

Desta forma, foi nesse contexto de hostilidade que no governo Richard Nixon foi implantado o “Projeto de Independência Energética”. Isso possibilita desde já compreender como os EUA organizaram e mantiveram sua política de controle e de disputa do petróleo. Desde 1948 as importações de petróleo já estavam superando a de exportação, ou seja, havia já um déficit em petróleo. (ODELL, 1978).

⁴ Sobre a política imperialista dos Estados Unidos em apoio a Israel ao projeto imperialista ver: SCHOENMAN, Ralph. **A história oculta do Sionismo**: a verdadeira história sobre o Estado de Israel. São Paulo, Editora José Luis e Rosa Sunderman, 2008. E também o livro de WEIL, Joseph (org). **O oriente médio na perspectiva marxista**. São Paulo, Coleção 10. Editora José Luis e Rosa Sunderman, 2007.

O projeto de independência, não ficava somente em territórios nacionais, pois com essa política é que os EUA potencializaram o desenvolvimento industrial e tecnológico, ou em outras palavras o desenvolvimento de suas forças produtivas.

Segundo Odell (1978, p. 28) “(...) os Estados Unidos tem sido bastante poderosos para sustentar seus interesses com uma suficiente força militar – ou força potencial- a fim de garantir que não ocorra nenhuma alteração fundamental na situação (...)”. É desta maneira que se percebe a grande estratégia dos EUA em intensificar a lógica do capital em lógica de guerra. Os EUA cumpriram e cumprem ainda um papel decisivo no fornecimento de armas a países simpáticos a intervenções mediadas pela força.

É no contexto dos embargos na extração de petróleo, nos acordos entre as nações que produzem e que utilizam o petróleo como fonte de dominação e produção de mercadorias e da guerra como instrumento de garantia do poder juntamente com a política da força, que no contexto geopolítico resultará em implicações de ordem essencialmente econômica para o mundo, em especial para a classe trabalhadora, visto quando há um reordenamento no papel do Estado para garantir a disputa dos abutres-capitalistas.

Desta maneira, cabe salientar algumas implicações que se deram no período pós-73, no contexto político e econômico. Segundo Odell (1978, p.33) “(...) Para os consumidores nas outras nações, os efeitos em curto prazo, surgiram do impacto que a modificação provocou na estrutura dos preços (...)”. É nesse contexto de aumento dos preços, que surge uma forte desestabilização da economia local em vários países, forçando-os a apelarem para empréstimos de países desenvolvidos e conseqüentemente a ampliação da dependência através da dívida externa.

Odell (1978, p.203) diz que “(...) Em 1973, os ajustes requeridos tornaram-se muito mais duros e muito mais difíceis – se não impossíveis- de realizar sem criar graves problemas de desemprego e uma depressão gerada pelo suprimento no ocidente (...)”. Isso acarretaria uma mudança nos padrões de renda e de consumo da população, gerando, por conseguinte problemas como fome, miséria e todas as facetas de injustiças vistas e criadas pelo capital.

É nesse colapso gerado pela crise que se instalou a hiperinflação provocada pelo aumento dos preços, e a desestruturações das economias dependentes do petróleo. Essa acumulação do capital, ou superprodução de mercadorias é que provoca uma estrutura de poder favorável aos países detentores do petróleo, e também um colapso dos países que não detém tais recursos. O maior peso recai no trabalho assalariado cada vez mais

intenso, onde se percebe a produção da mais valia absoluta e relativa e o trabalho precário.

Marx (1982) ao desenvolver uma reflexão sobre as crises do capitalismo já afirmava que dois elementos são sempre importantes de se enxergar no contexto destas crises. O primeiro é que as crises são geralmente precedidas de uma alta geral nos preços dos produtos, ou seja, nos artigos que correspondem a estrutura da produção do capital, ocasionando o que ele chama de “embarço” no mercado.

O segundo elemento para que uma crise geral do capital seja desencadeada é afetar os artigos comerciais mais importantes. No caso da década de 1970, o produto mais importante para o capital era o petróleo e os seus derivados. É só imaginar, por exemplo, o aumento do gás de cozinha, da gasolina para se ter a noção do que representa a arquitetura complexa de uma crise.

É dentro deste contexto que se abre a oportunidade de ver como muda o papel do Estado capitalista, assim como entender sob a ótica de um novo reordenamento político-econômico o que seria a apresentação de uma nova ordem econômica para o mundo.

1.2 A Nova Ordem Econômica Internacional e ajustes do Sistema Bretton Woods.

Emerge em pleno período da crise de 1970, mais especificamente em 1º de maio de 1974, uma das primeiras e imediatas ações dos capitalistas no sentido de conter a crise que estava em vias de prolongamento e colocava em xeque os interesses do capital. Trata-se da intervenção da ONU- Organização das Nações Unidas, respaldada em duas resoluções, as quais impunham para o planeta uma nova ordem econômica. Estas duas resoluções trazem consigo mudanças no sistema Bretton Woods. Era exatamente uma estratégia de socorro aos países imperialistas, travestida em promessas de desenvolvimento econômico para os países pobres.

As duas resoluções são respectivamente a de 1º de maio de 1974, realizada na 2229ª sessão, tendo como título “declaração sobre o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional”. E a segunda, realizada em 12 de dezembro de 1974 na 2315ª sessão, tendo como título “Carta dos direitos e deveres do Estado”.

A primeira declaração diz: ONU (1974, p. 03) “(...) Desde 1970, la economía mundial ha experimentado una serie de crisis graves que ha tenido serias repercusiones, especialmente sobre los países en desarrollo a causa de su mayor vulnerabilidad (...)”. É

interessante perceber como a ONU interpreta a crise, pois mesmo sendo explícito que o cerne é a acumulação do capital e a falta de conhecimento do que fazer diante da alta dos preços, esta organização justifica a crise pelo efeito e não pela causa, passando esta despercebida aos seus olhos. A inversão não é um mero acaso.

Como urge a necessidade de controle das matérias primas como bens naturais é preciso que dentro da linha de ação os preços sejam controlados. Estes foram um dos eixos principais para uma das possíveis saídas da crise, como demonstra o excerto da assembléia da ONU (1974, p. 04) “(...) El establecimiento de relaciones justas y equitativas entre los precios de las materias primas, los productos primarios, los bienes manufacturados y semimanufacturados que exporten los países en desarrollo (...)”. O controle do preço assinalado como relações “justas” é em outras palavras a regulação imposta aos países no processo de exportação.

A grande estratégia era se criar neste período um sistema de endividamento dos países em desenvolvimento, pois o item (O) 4º ponto mostra de forma bem precisa a criação de mecanismos de controle, ONU (1974, p.04) “(...) La creación de condiciones favorables para la transferencia de recursos financieros a los países en desarrollo (...)”. São a partir destas orientações que aumentam o endividamento dos países em desenvolvimento com os organismos criados a partir do sistema Bretton Woods, como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

No que concerne a importação de tecnologia e de serviços para os países periféricos, tem-se como proposta “(...) la facilitación a los países en desarrollo del acceso a los adelantos de la ciencia y la tecnología modernas (...)” (ONU (1974, p.04). Isso representava um convite ao processo de intensificação da industrialização. Compra de produtos e inteligências no intuito de garantir a sobre-vida do capital nos países da periferia.

Sobre a segunda resolução, o que chama mais atenção são as orientações para a expansão do comércio e do alinhamento econômico. A ONU declarava que era imprescindível ONU (1974, p. 04) “(...) La creación de condiciones que permitan una mayor expansión del comercio e intensificación de la cooperación económica entre todas las naciones (...)”. No caso brasileiro, esta cooperação se deu com a implantação de políticas de endividamento do país em plena era dos governos militares. Importante é registrar que este é o momento em que o “milagre econômico”⁵ começava a “fazer

⁵ O que representou o Milagre Econômico segundo Habert (1992) tinha como base três características: a) o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora, submetida ao arrocho salarial, as mais duras

água” aumentando significativamente a crise interna no país e sobretudo elevando a dívida externa e dependência do país aos governos imperialistas.

1.3 Os Governos militares nos anos de 1970 no Brasil.

É importante nesta sessão caracterizar três elementos no que tange aos governos militares. O primeiro é identificar quem foram os militares que em atos repressores justificavam a “Defesa Nacional” e o “Desenvolvimento da Nação”. Segundo, conhecer quais foram as estratégias utilizadas para o endividamento do país. Terceiro quais foram as consequências para a classe trabalhadora. Essa análise será feita mais especificamente no governo de Emílio Garrastazu Médici por apresentar uma das posturas mais repressoras durante os governos militares.

Os governos militares foram respectivamente o de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-67); Artur da Costa e Silva (1967-69); Emílio Garrastazu Médici (1969-74); Ernesto Geisel (1974-79) e João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-85).

Todos os governos, sem exceção eram a prova mais cabal da garantia de condições para a nova fase de acumulação do sistema do capital, visto que o novo reordenamento político e econômico mundial e o alinhamento dos militares com os Estados Unidos favorecia a implantação destas condições para o Brasil o colocando em situação de dependência.

Desta forma, é a partir do governo de Garrastazu Médici que se pode compreender a transição do plano do “milagre econômico”, onde o Brasil teve um rápido crescimento, baseado dentre alguns fatores, na exploração da classe trabalhadora, nos empréstimos financeiros e na forte expressão da ideologia do consumo.

De acordo com Habert (1992, p.12) com o processo do “milagre econômico”,

Expandiam-se as cidades, o mercado interno, a construção civil, a de estradas e hidrelétricas, as operações na bolsa de valores. Uma febre consumista parecia ter tomado conta das classes médias: compravam “carro do ano” financiado em 36 meses; apartamentos em ‘estilo mediterrâneo ou barroco’ financiados pelo BNH (Banco Nacional de Habitação); o último aparelho de som três em um, a recentíssima TV a cores e as ilusões da última “ novela das oito”.

condições de trabalho e repressão política ;b) a ação do Estado garantindo a expansão capitalista e a consolidação do grande capital nacional e internacional e c) entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e empréstimos.

Essa dita expansão econômica durante o período do governo ditatorial dos militares foi realizada por base de um endividamento extremo. No período de 1969 a 1973, a dívida externa dava um salto de 4 para 12 bilhões de dólares. No final da década 1970 estava em torno de 60 bilhões de dólares, saltando para 100 bilhões de dólares em 1984, demonstrando assim uma evolução muito rápida deste processo.

A velocidade de dívida foi proporcional as consequências para a classe trabalhadora. Em pleno “milagre” 52,5 % dos assalariados estavam recebendo menos que um salário mínimo, além das péssimas condições de trabalho, moradia e saneamento. (HABERT,1992). É nesse período que se inicia a eliminação da estabilidade do emprego, facilitando as demissões e cooptação dos sindicatos.

O governo Emílio Garrastazu Médici tentou criar um clima de segurança, de paz e de desenvolvimento através da idéia de que o Brasil se transformaria em uma grande potência. O pronunciamento feito em 1973 pelo então presidente confirma esta opinião. Médici *apud* Habert (1992, p.27),

Sinto-me feliz todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta das greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante, após um dia de trabalho.

Assim, o Brasil no tempo da ditadura expressava contradições latentes entre a insolência dos governos e as agitações da classe trabalhadora.

O fim do “milagre econômico” se aprofundou com o processo de crise acentuada nos países centrais do capitalismo. Como o Brasil estava bem alinhado com os EUA, tanto no plano político como no econômico, a crise que abalava os EUA em 1973-74, também influenciou o ritmo do Brasil.

Segundo Habert (1992, p. 41) “(...) A economia se apoiava na expansão das exportações de bens manufaturados e baratos e dependia da importação de equipamentos e tecnologias avançados e caros (...)”. Porém, com a desvalorização do dólar, a taxa de exportação caiu fortemente e a taxa de importação continuou aumentando.

Mesmo com forte crise mundial, o governo militar presidido por Ernesto Geisel, continuou mantendo as mesmas políticas de “desenvolvimento” através de construções

faraônicas, como por exemplo, a hidrelétrica de Itaipu, programas de alternativa de petróleo, a ferrovia do Aço, o programa Pró-álcool, etc.

Apesar de alguns investimentos continuarem, não restou saída, pois a partir da segunda metade dos anos 70, as percentagens de crescimento econômico diminuíram de 9,8% em 1974 para 4,8% em 1978, as políticas de importações permaneceram crescendo e a inclinação para pagá-las diminuiu (HABERT 1992). Com isso os gastos públicos e o déficit cresceram.

Só para se ter uma idéia, a inflação teve um aumento recorde de 110% em 1980. Isto significou perdas irreparáveis principalmente para a classe trabalhadora.

Portanto, o período ditatorial foi marcado por contestações, mortes, repressão e violência que se teve no período militar. Assim, sob o governo militar de João Batista Figueiredo (1979-85), é possível visualizar o que se chamou de “abertura gradual e segura”. É o período chamado de transição.

Segundo Habert (1992), esse momento ainda tinha um ranço conservador muito grande onde a burguesia e os militares mantiveram sua hegemonia. O desdobramento desta situação desembocará no que veio a ser chamada de “Nova República”. Com essa nova estratégia de aliança, ocorreu eleição indireta em 1985 de Tancredo de Almeida Neves e de José Sarney em 1985/89.

Desta forma, é a partir do governo de José Sarney e mais precisamente no início dos anos 90 que os planos de estruturação para América Latina são anunciados. Logo, estes ajustes indubitavelmente tiveram um reflexo enorme no Brasil e isso será também expresso nas políticas para educação.

1.4 Do Consenso de Washington ao dismantelamento da Educação Pública brasileira

Vários acontecimentos marcaram a década de 1980. Destaca-se a queda do muro de Berlin, o desfacelamento do stalinismo e o anúncio fracassado do fim da história. Observa-se também que, os países periféricos do capitalismo passam a ter que adotar receituários neoliberais objetivando ajustamento de suas economias com as do resto do mundo.

A expressão maior disto foi o Consenso de Washington. Tratou-se da formulação de 10 regras para os países da América Latina no que tange as questões essencialmente político-econômicas.

As dez regras passaram a ser políticas oficiais do Fundo Monetário Internacional. Os dez temas referiram-se dentre outras coisas segundo Williamson (1990), o criador da expressão “Consenso de Washington a: 1) Déficit fiscais; 2) Despesa pública; 3) Reforma Tributária; 4) Taxas de juros; 5) Taxa de câmbio; 6) Política comercial; 7) Investimento direto estrangeiro; 8) Direitos de propriedade; 9) Desregulamentação e 10) Privatização.

No que concerne ao déficit fiscal público, este representou o total de receitas do governo e as suas despesas, levando em consideração que as despesas são maiores que as receitas. No Brasil esse déficit cresce por conta de um determinado *quantum* de juros (juros da dívida) adicionados do lado das despesas a pagar, esse é apenas um dentre outros fatores. O equilíbrio orçamental proposto pelo Consenso foi de justamente impor aos governos da América Latina uma disciplina fiscal.

Segundo Williamson (1990, p.03) “(...) O (FMI) tem feito a restauração da disciplina fiscal um elemento central dos programas de alta condicionalidade que negocia com os seus membros que desejem tomar emprestado (...)”. Essa restauração foi coordenada pelo FMI, com intuito de conseguir “educar” os países para se alinharem ao eixo da subserviência.

Sobre as despesas públicas, em especial os custos com Educação e Saúde, Williamson (1990) afirma que a Educação primária é muito mais importante do que o ensino universitário e que a Saúde primária beneficia mais os pobres do que hospitais equipados com alta tecnologia.

Ora, avalia-se que Williamson não enxerga que o desenvolvimento da Educação está intimamente ligado com os dois níveis de ensino. Não se pode ter uma educação primária de qualidade se não há um ensino superior em boas condições. Assim como a saúde preventiva só pode ter sentido com uma infra-estrutura de qualidade nos hospitais. Isso significa laboratórios bem equipados, computadores de última geração para detectar problemas de saúde, funcionários bem formados e com bons salários.

Todos os pontos citados no Consenso de Washington são a expressão que pretendem o ajustamento da economia. O corte de verbas foi e ainda é o ponto central para as políticas de afastamento do Estado e a implantação do Estado Mínimo.

Outro ponto do Consenso diz respeito à reforma tributária, que pode ser entendida como uma tendência de aumentar os impostos para que as receitas se elevem. A rentabilidade recai em ampliar a base tributária, isso significa aumentar impostos também através de juros, recaindo em gastos maiores para a população.

As taxas de juros foram e são também muito importantes no controle de qualquer economia capitalista. Duas características para o Consenso foram centrais: a primeira é que as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e a segunda que essas taxas de juros deveriam ser positivas. Isso significa que o mercado passa a ser visto como aquele que vai regular as relações entre taxa de juros e agente propiciador de lucros, fazendo com que exista uma positividade também das taxas de câmbio⁶.

Observa-se também que a política comercial é extremamente parecida com a política das Organizações das Nações Unidas- ONU nas suas resoluções de 1974 para salvar o capitalismo em plena crise. O consenso direciona os países a aplicarem uma política econômica orientada para a liberalização de importações. O ideal de livre comércio (política neoliberal), deve ser segundo Williamson (1990) qualificado de dois modos, o primeiro diz respeito a proteção de indústrias que se instalam com as devidas reduções de impostos. O segundo é fazer com que ao mesmo tempo se abra para importação, mas com certa proteção, ou seja, uma proteção no sentido de controle por parte do mercado.

Sobre o investimento direto estrangeiro, Williamson (1990, p. 08) diz que “(...) Esses investimentos podem trazer capital necessário, competências e know-how, ou produção de bens necessários para o mercado doméstico (...)”. Isso quer dizer a entrada de capital quanto à criação de mecanismos de dependência dos países da periferia do capitalismo em relação aos de centro.

No que tange aos direitos de propriedade, o Consenso abraça esse tema para estabelecer um marco na política de direitos, da importância que é para o sistema capitalista ter propriedade de recursos, de inteligência e não menos importante a propriedade clássica da terra.

⁶ Taxa de câmbio é o preço de uma moeda estrangeira medido em unidades ou frações (centavos) da moeda nacional. No Brasil, a moeda estrangeira mais negociada é o dólar dos Estados Unidos, fazendo com que a cotação comumente utilizada seja a dessa moeda. Dessa forma, quando dizemos, por exemplo, que a taxa de câmbio é 2,00, significa que um dólar dos Estados Unidos custa R\$ 2,00. A taxa de câmbio reflete, assim, o custo de uma moeda em relação à outra. As cotações apresentam taxas para a compra e para a venda da moeda, as quais são referenciadas do ponto de vista do agente autorizado a operar no mercado de câmbio pelo Banco Central. Ver site do Banco Central do Brasil.
<http://www.bcb.gov.br/pre/bc>.

Outro tema fundamental refere-se às orientações de desregulamentações que deveriam ser praticadas na América Latina. Esse é um dos itens mais importantes quando se quer analisar o que se passou a chamar de precariedade do trabalho uma vez que se considera que essa política provocou no campo das relações de trabalho o mais forte golpe do capital a classe trabalhadora, principalmente a partir de 1990 até hoje.

A desregulamentação do trabalho é acompanhada pelas reformas através de leis introduzidas principalmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

É nesse sentido que no Governo de Fernando Henrique Cardoso foram elaborados diversos dispositivos regulatórios, como por exemplo: **a)** decreto Nº 2.490, de 04/02/1998 que regulamenta a Lei 9.601/98, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. (DOU de 05 Fev. 98); **b)** a Lei 9.608, de 18/02/1998, dispõe do serviço voluntário e de outras providências; **c)** o decreto Nº 2.594, de 15/05/1998 que Regulamenta a Lei 9.491/97, que dispõe sobre o Programa Nacional de desestatização e dá outras providências. (DOU de 15 mai. 98); **d)** o decreto Nº 3.342, de 25/01/2000 que Regulamenta a execução do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (DOU de 26. jan.00); **e)** a Lei 10.097 de 19/12/2000 que altera os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; **f)** a Medida Provisória 2.164-41d 24/08/2001 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva as regulações relacionadas à vida dos trabalhadores também podem ser destacadas: **a)** Decreto Nº 5.313, de 16/12/2004 que regulamenta o art. 3º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário; **b)** o Decreto Nº 5.598, de 01/12/2005 que regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências; instruções normativas; **c)** a instrução normativa Nº 13, de 17/11/2009 que dispõe sobre o registro de empresas de trabalho temporário; **d)** a instrução normativa Nº 09, de 05/08/2008 que estabelece a obrigatoriedade do Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho - MEDIADOR, implantado pela Portaria nº 282, de 6 de agosto de 2007; **e)** a instrução normativa Nº 01, de 03/10/2008 que dispõe sobre a cobrança da contribuição sindical dos servidores e empregados públicos; **f)** a lei Nº 10.940, de 27/08/2004 que altera e acrescenta dispositivos à Lei no 10.748, de 22 de outubro de 2003, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego

para os Jovens - PNPE e à Lei no 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o Serviço Voluntário, e dá outras providências.

Ao todo são 12 (doze) dispositivos propostos a partir do governo FHC e de Lula da Silva. Não será objetivo de este trabalho analisar um por um, mas sim de apresentar estes dispositivos, pois mostram claramente como a política do Consenso foi de certa forma aceita pelo governo no Brasileiro, tanto de direita quanto de “esquerda”. Os dispositivos apresentados são apenas os que o banco de dados que o Ministério do Trabalho e Emprego disponibilizam no portal eletrônico.

Por último, uma das mais polêmicas propostas de ajuste formalizado pelo Consenso de Washington foi a da privatização. Segundo Willianson (1990, p. 08) “(...) a privatização pode ajudar a aliviar a pressão sobre o orçamento do governo, tanto no curto prazo pelas receitas provenientes da venda da empresa e, em longo prazo na medida em que os investimentos não precisam mais ser financiados pelo governo (...)”. A idéia que se propaga é que as empresas privadas são mais bem coordenadas e geridas do que as estatais. Willianson (1990) diz que esta confiança no setor privado tem sido um artigo de fé.

O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial tiveram e tem o papel de incentivar o processo de privatização na America Latina. No Brasil isso se deu com maior efervescência no governo de Fernando Henrique Cardoso e continua com o de Lula da Silva. Como o objetivo deste tópico é de discutir a relação e os nexos entre as políticas do Consenso e o desmantelamento da educação pública, será exposto de que forma a educação pública brasileira foi afetada pela adoção dos receituários propostos para America Latina. Vamos centrar as análises nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula da Silva.

1.5 O governo de Fernando Henrique Cardoso e as políticas de adaptação.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) foi antecedido pela falência do Regime Militar e a efervescência do movimento das Diretas Já. Sarney assumiu a presidência da república na então denominada “Nova República”. Esse foi o projeto fracassado da burguesia nacional, uma vez que o governo federal não conseguiu concretizar mudanças qualitativas na área social e nem tão pouco econômica. Um dos planos colocados em prática, o plano cruzado de 1986, segundo a avaliação de Pinheiro

(2004) levou o Brasil a uma recessão e alta dos preços, ocasionando uma instabilidade tanto econômica quanto social no país.

No que tange a educação, o governo Sarney procurou seguir o então acordo MEC-USAID, firmado entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development* em 1965, onde já se apontava a necessidade da privatização da universidade e da educação pública brasileira.

O plano cruzado resultou em um grande fracasso levando o país a uma recessão. Mais uma vez foi elaborado um plano estratégico para o Brasil. A estratégia utilizada a de exploração de um novo perfil de candidato. Apresenta-se um homem novo e de boa aparência, ligando esta imagem a um Brasil novo, “pra frente”, na figura de Collor de Melo, conhecido por todos pelo *impeachment* sofrido por corrupção durante o pouco tempo que passou no governo. Mas a política para educação continua a ser feita nos velhos moldes: o sucateamento do ensino básico e público e a privatização das universidades continuam a ser uma realidade. Segundo Pinheiro (2004, p.224),

Nesse governo, iniciam-se com um projeto claramente neoliberal, de forma mais ampla de que o de José Sarney, a reforma do Estado, a abertura e desregulamentação da economia, as privatizações e o desmonte dos serviços públicos.

Ou seja, a desregulamentação da economia tomava corpo, assim como o modelo de privatizações que vão ser emblemáticos no governo de Fernando Henrique Cardoso contribuindo para o sucateamento dos serviços públicos e para a precarização educação pública.

Cunha (2003) comenta que uma das políticas versadas no plano da educação pela equipe de governo de Fernando Henrique Cardoso a qual foi instituída sob diversas medidas já em curso para educação foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB de 1996. Esta seria a segunda LDB, pois a primeira, de 1961, havia sido modificada por muitas leis, tornando-se, além de obsoleta, inoperante em termos práticos.

Essa Lei, segundo Cunha (2003) foi marcada por grandes polêmicas, e provavelmente pela percepção de que o papel mais marcante da proposta foi o econômico. Isto é compreensível uma vez que esta proposta estava baseada no novo modelo de desenvolvimento.

Outra política foi a inserção de avaliação dos cursos de graduação por meio da Lei 9.131/95, executada pelo MEC, que cria o Exame Nacional de Cursos (PROVÃO). Catani (2003) ressalta que a avaliação do ensino superior é central no processo de reforma e de ajustes estruturais da educação brasileira, sobretudo considera-se as medidas de avaliação como, por exemplo, o Exame Nacional de Cursos, iniciado em 1996, e a avaliação das condições de oferta de cursos de graduação, em 1997.

No que tange as consequências das políticas de avaliação e suas interferências no trabalho docente, tem-se o caso da Gratificação de Estímulo à Docência- GED instituída em 1998, a qual segundo Conceição e Mota Júnior (2007) se orienta a partir da lógica neoliberal, interferindo na atividade docente, pelo seu caráter produtivista, e pela supervalorização das atividades de ensino em detrimento de outras atividades como a de gestão e pesquisa.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, as políticas se estenderam no seio da estrutura educativa e social, haja vista que outras medidas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério- FUNDEF serviria, segundo Silva (2006), como correção aos desequilíbrios e ineficiências da educação. É expressamente inteligível que essa correção seria justificada no novo modelo de educação proposta pelo capital, pois além do FUNDEF ter este teor, este fundo não abarcava a Educação de Jovens e Adultos, estratégia perfeita para a expansão do ensino particular depois aprofundada no governo Lula da Silva.

Ainda com relação as políticas de Fernando Henrique Cardoso é importante citar por exemplo, a criação do Bolsa Escola (1995), a Alfabetização solidária (1997), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica- SAEB, o Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM e os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs.

Esses foram apenas alguns exemplos que a sociedade brasileira teve de enfrentar com o modelo privatizante e mercadológico das políticas de Fernando Henrique Cardoso e que nos dá a possibilidade de inicialmente entender todo um encadeamento lógico de como as políticas educacionais são elaboradas na tentativa de moldar a educação pública a lógica do capital.

1.6 O Governo Lula da Silva e a política de continuidade da lógica subserviente.

Com o estandarte da esperança Lula da Silva assume a presidência da República dia 1º de Janeiro de 2003. As desmedidas que de alguma forma iria atingir a classe trabalhadora podem ter seu marco inicial em seu discurso de 22 de junho de 2002. O presidente Lula lança a chamada “Carta ao povo brasileiro”, que consideramos ser o primeiro documento que oficializava a subserviência do governo do PT ao imperativo categórico do capital.

Para ficar em poucas linhas, o discurso do presidente, sem parafrasear, dizia que a partir de então seria necessário “O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país”. O discurso revelou a intenção de seu governo concretizar as reformas da previdência e a trabalhista.

Contudo, foi possível assistir assim, as medidas que afetaram a educação básica e a universidade pública. No âmbito do ensino superior, as políticas educacionais tiveram certa prioridade no contexto das reformas para educação.

O caminho que tomou o ensino superior no Governo Lula da Silva, vem se efetivando por meio de projetos de lei e de medidas provisórias como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); a Lei 10.861, aprovada em 14/04/2004 e sua regulamentação por meio da Portaria MEC 2.051 em 09/07/2004; o Decreto nº 5.205 em 14/09/2004 sobre as fundações de apoio privadas, que regulamenta a Lei 8.958 de 20/10/2004 que versa sobre as relações entre as IFES e a pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio; o Programa Universidade para Todos (PROUNI), aprovado, em definitivo, no final de dezembro de 2005 e já em execução, e o REUNI, proposta de ampliação do número de vagas nas universidades, não acompanhando na mesma proporção por concursos públicos para professores, ocasionando superlotação nas salas de aula e tendo como uma de suas consequências a precarização do trabalho docente.

A proposta do atual governo brasileiro de expandir o acesso e promover a permanência do aluno no ensino superior, independentemente da natureza da instituição a que pertença, quer seja ela pública, privada, comunitária ou filantrópica, materializada no Programa Universidade para Todos, aplica-se também a este raciocínio. O PROUNI colocou em curso um mecanismo de realocação de verbas públicas para a iniciativa privada, aquelas até então auferidas com a cobrança fiscal e que deixaram de ser para a compra das vagas no setor educacional privado. Assim, o que está em jogo com esse Programa é sua configuração quanto à oferta do ensino superior.

O governo tenta transmitir a idéia de expansão do ensino superior e inclusão social financiando e comprando vagas para pessoas de baixa renda no setor privado da educação. A isenção de imposto de renda e contribuições previdenciárias por parte do Governo fazem

parte do acordo firmado com a iniciativa privada por oferecimento de vagas para estes alunos.

Como parte desse processo de privatização do ensino superior, destaca-se a política adotada para a realização de pesquisas no país que passa a ser fortemente induzida pela Lei de inovação tecnológica, que sob uma ótica mercantil e utilitarista da pesquisa, reorienta o uso das instituições de pesquisa públicas para parcerias com o setor privado, deslocando o papel estratégico e social destas instituições.

Entram em cena as fundações de apoio privado, sua presença é justificada segundo Chaves (2006) reitores das IFES- Instituições Federais de Ensino Superior, sob o argumento de que são primordiais para agilização e viabilização da prestação de serviços. A autora ainda destaca que o papel real destas fundações é marcado pela não clareza na prestação de contas dos recursos adquiridos, falta de transparência de alocação dos recursos, além da ausência da universidade na fiscalização da administração e das finanças destas.

Essas características que põe em risco tanto o ensino básico como o ensino superior no Brasil, percebidas quer seja no governo de Fernando Henrique Cardoso como no de Luiz Inácio Lula da Silva, revelam as relações estreitas com os ajustes do capital, quer sejam pelas medidas provisórias, que sejam por decretos e leis.

Assim, o setor da educação foi um dos mais afetados por este tipo de política e isto é perceptível nos projetos e nas leis e estes se constituem em dispositivos centrais para análise do processo de desmantelamento da educação. A utilização dos decretos e leis para adequação da educação as exigências internacionais evidencia a forma subserviente que o governo brasileiro se comporta frente ao capital.

A visualização mais concreta que se pode ter dos efeitos destas políticas é percebendo o dia a dia dos sujeitos que fazem a educação, quer sejam eles funcionários, estudantes e professores. Estes últimos, talvez sejam um dos mais afetados. Por isso, nos dedicamos a discutir adiante como uma parte da delimitação da pesquisa, justamente o processo de intensificação e precariedade do trabalho bem como a condição de proletariado docente.

2. O PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E PROLETARIZAÇÃO DOCENTE: o caso dos professores de Educação Física do município de Belém-PA.

Este capítulo tem como objetivo discutir o processo de intensificação do trabalho, levando em consideração algumas categorias clássicas marxianas. Aborda também a discussão a respeito da proletarização / assalariamento / condição de proletariedade dos professores de Educação Física, partir dos dados coletados e na pesquisa realizada na cidade de Belém com aplicação de questionários a 11 professores do sexo masculino e 11 do sexo feminino.

2.1 Objetivação, estranhamento e alienação como categorias clássicas para o entendimento do trabalho docente

É nesse contexto que se torna necessário compreender o conceito de objetivação, estranhamento e alienação, como sendo elementos antagônicos na relação entre capital x trabalho. Para tanto, uma das obras importantes que cumpre esse papel são *os Manuscritos econômicos e filosóficos* de Marx de 1844 ou também chamados de Manuscritos de Paris.

Nesta obra podemos encontrar elementos fundantes da categoria trabalho entendendo as noções que Marx desenvolve sobre: *objetivação, estranhamento e alienação*, e outras categorias que neste momento não serão centrais neste trabalho, ainda que possam ser citadas.

Essas categorias irão permitir compreender dois aspectos: a) a validade das afirmações de Marx sobre as definições destas categorias para o mundo do trabalho no século XXI; b) O estreito relacionamento destas definições quando comparado as condições de trabalho e saúde dos professores de Educação Física.

Logo, para compreender esse processo, destaca-se na teoria marxiana a categoria *objetivação do trabalho*, que além de ser um dos conceitos-chave definido nos Manuscritos é sem dúvida o momento de realização plena da transformação do plano subjetivo para o constructo da materialidade.

É nesse sentido que Marx (2004, p.111-112) afirma que “O produto do trabalho é trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho (...)”. Em uma frase: *todo trabalho realizado é a objetivação deste*.

Portanto, a realização do trabalho aparece na esfera da economia política como *desrealização* do trabalhador, a objetivação como *perda e servidão do objeto*, a apropriação como *alienação* (MARX, 2004).

Temos deste modo dois aspectos a pensar: primeiro, a realização do trabalho na esfera da economia política, ou seja, no modo de produção do capital, a forma de se trabalhar e de criar uma objetivação se difere nos dias de hoje em outros modos de produção. O segundo é como o trabalhador deixa de se realizar enquanto homem, passando de criador para criatura e de senhor para servo de seu próprio objeto. A apropriação como momento posterior a objetivação passa a assumir posição de alienação.

A apropriação do objeto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais objetos o trabalhador produzir, tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio do seu produto, o capital (MARX, 2004).

Acrescenta ainda, que todas essas consequências derivam do fato de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como um objeto *estranho*. Esse estranhamento caracteriza-se para Marx (2004) como mais uma etapa do momento do constructo material da formação ou criação de um objeto pelo trabalhador.

O excerto que enfatiza o estranhamento, alienação e desrealização do trabalhador com maior ênfase é o seguinte, Marx (2004, p. 113),

A alienação do trabalhador em seu objeto é expressa da maneira seguinte, nas leis da Economia Política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; quanto mais valor ele cria, tanto menos valioso se torna; quanto mais aperfeiçoado o seu produto, tanto mais grosseiro e informe o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, tão mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tão mais frágil o trabalhador; quanto mais inteligência revela o trabalho, tanto mais o trabalhador decai em inteligência e se torna um escravo da natureza.

Podemos inferir então que a natureza do trabalho e do trabalhador a partir da lógica do capital muda radicalmente. A materialidade, a riqueza, a inteligência e as tecnologias criadas pela objetividade do labor do trabalhador se voltam contra este com uma hostilidade sem precedentes. Além de existir uma relação proporcional entre o trabalho e sofrimento, pois a medida que o trabalho torna-se *objetificado-estranhado-*

alienado, para o trabalhador, torna-se também frágil a sua saúde e mais propenso a doença e a morte fica este trabalhador.

Logo, o constructo formalizado por Marx no processo de trabalho na sociedade capitalista *objetivação-estranhamento-alienação*, deve ser acrescido no processo de investigação com o par conjugado denominado, *saúde-sofrimento*. Pois em todas as categorias desenvolvidas pela genialidade de Marx no que diz respeito à temática da relação de trabalho, encontramos como consequência o fator saúde para ser analisado e investigado.

2.2 Professores: assalariados ou proletários?

Este tópico abordará um tema ainda muito caro no que tange as discussões do processo de destruição da vida dos professores. Trata-se do debate sobre as funções sociais dos docentes. Alguns autores acreditam que o professor passa por um processo de proletarização. Outros debates utilizam a tese que o professor não é proletário, sobretudo o professor de escola pública.

Um dos autores que discute a localização dos professores no capitalismo contemporâneo é Lessa (2007) que afirma a existência de diferença entre o proletário, o professor (mestre escola) e o professor da rede pública.

A obra onde traz algumas diferenças entre trabalhadores assalariados e proletários denomina-se “Trabalho e Proletariado”. Nela, o autor tenta esclarecer que apesar dos trabalhadores serem massacrados pelo capital, não se pode homogeneizar sua localização no contexto da realidade.

Apoiado na concepção marxiana, Lessa (2007) afirma que por proletariado se entende o indivíduo assalariado que produz e valoriza a mais-valia, o ‘capital’. Assim, as principais diferenças entre professores e proletários se encontram, sobretudo em quatro características: a) no conteúdo material da riqueza social; b) na sua práxis; c) no produto final do trabalho produtivo e d) na diferença de classe.

Sobre o conteúdo material da riqueza social, o autor diz que é o processo de transformação da natureza em mercadoria, em coisas úteis a sociedade, por exemplo, a produção de um carro, uma casa, uma salsicha, uma roupa etc. Somente o proletariado produz esse conteúdo material da riqueza social. Apesar do trabalho do professor de uma escola particular ser produtivo também, gerando mais-valia, seu trabalho não

produz algo concreto, pois sua relação está intimamente ligada a produção de ministrar aulas ou transmitir conhecimentos.

Em relação à *práxis*, o proletário transforma a natureza no seu processo laborativo. Envolve-se espiritualmente com a natureza através de um metabolismo. Já o papel que o professor exerce é a transformação da substância social da personalidade dos alunos. O proletário tem como mediação as ferramentas e os meios de produção. O professor, por conseguinte, tem a linguagem, a cultura, aulas, pesquisas, provas etc. Logo, são elementos que se diferenciam quanto às *práxis* dos dois. (LESSA, 2007).

A respeito do produto final do trabalho produtivo, são os meios de produção e a sua própria condição de subsistência que serve como valorização e acumulação de capital, ou seja, no processo de produção de mercadorias. Segundo Lessa (2007, p.176) “(...) só a mercadoria produzida pelo proletário no intercâmbio orgânico com a natureza pode servir de meio para acumulação do capital (...)”. A mesma coisa não se enxerga na “mercadoria” produzida pelo professor, que é o conhecimento, o ato de ministrar uma aula.

Segundo Marx (1985, p.164; 1983b, p.606) *apud* Lessa (2007, p.176),

Para acumular, precisa-se transformar parte do mais-produto (*einem Teil des Mehrprodukts*) em capital. Mas, sem fazer milagres, só se podem transformar em capital coisas (*solche Dinge*) que são utilizáveis no processo de trabalho, isto é nos meios de produção (*Produktionsmittel*) e além, destas, coisas (*Dinge*) com as quais o trabalhador pode manter-se isto é, meios de subsistência (*Lebensmittel*).

Desta forma, apenas a produção advinda do proletariado pode além de valorizar o capital, acumular o mesmo. Ao contrário do professor em que seu trabalho segundo Lessa (2009, p. 177) “(...) se exaure no momento em que é objetivado e dele não resulta nenhuma ‘coisa’ equivalente a um meio de produção ou meio de subsistência (...)”, logo seu produto final não pode se enquadrar como meio de acumulação do capital.

No que toca as diferenças de classe, talvez esse seja um dos mais polêmicos. Primeiramente para o autor as diferenças se expressam quando se observa que o proletário é o único que vive de seu próprio conteúdo material da riqueza social que produz. E o professor por sua vez, vive do conteúdo material da riqueza social produzida pelo proletário. O exemplo é interessante, pois, mesmo o professor trabalhando para um dono de estabelecimento de ensino, que o mesmo recebe dinheiro dos pais dos alunos para pagar o salário do professor, cabe perguntar: de onde vem o

dinheiro do bolso dos pais dos alunos? Vem exatamente do conteúdo material da riqueza social produzido pelo proletário.

Deste modo, Lessa (2007) comenta ainda que os trabalhadores assalariados não proletários têm uma grande ligação com o processo de conservação do sistema capitalista, pois estes possuem seus salários e seus bens a partir da exploração que a burguesia submete os proletários na geração da riqueza. Remete-se então, a uma posição mais privilegiada por parte dos professores em relação aos proletários.

O autor chama atenção de que os professores se enquadram na categoria em que Marx destaca como a classe em transição, ou em algumas situações, a pequena burguesia. Pois essa em momentos de luta e de revoluções tende a se aliar ou aos trabalhadores ou aos setores da sociedade mais reacionários e burgueses, por possuírem um status de maior privilégio na sociedade.

Por outro lado, Lessa (2007, p.184) diz que “Entre os proletários e os trabalhadores temos uma única identidade: são todos eles assalariados, explorados pelo capital (...)”. Ou seja, as mesmas circunstâncias que estão inseridas os proletários, estão também os professores com diferenciações que o autor destaca que compreende não serem detalhes que convergem para identidades iguais, pois as diferenças destacadas pelo autor são centrais para o entendimento dos sujeitos sociais da revolução. Por isso, não se pode tecer diferenças categoriais e depois reduzi-las a semelhanças genéricas.

Até aqui foram explanados as relações e as funções sociais dos proletários e dos professores, porém, para Lessa (2007) os professores da rede pública estão fora de sua análise, pois estes são improdutivos. Para ele estes professores não geram e nem valorizam o capital por estarem inseridos no corpo do Estado e serem funcionários deste.

Portanto, quando se visualiza outros elementos e autores é possível enxergar outras possibilidades de análises que propiciam uma reflexão entorno destes professores que são funcionários públicos ou que não estão diretamente ligados a produção fabril.

2.3 A proletarização como condição atual do professor

O ponto de partida para se defender a proletarização do professor é o processo de trabalho e as relações sociais. O processo de trabalho do professor é fortemente constituído pela lógica sócio-metabólica do capital. O livro que se tem como base para esta discussão é

“A proletarianização do professor: neoliberalismo na educação” de Costa; Neto; Souza (2009). No capítulo intitulado “Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação no trabalho dos professores do ensino básico brasileiro”, a autora aborda especificamente o processo de alienação dos professores.

A hipótese principal de Costa (2009) é que o professor sofre um processo de alienação desde sua formação e que esta perdura no decorrer de toda sua vida profissional.

Costa (2009) vai se fundamentar na categoria alienação para justificar que, alguns pontos que Marx desenvolveu, são extremamente válidos para entender que o professor está submetido a um processo de alienação no trabalho desenvolvido na escola.

Duas características são traçadas pela autora, a primeira é a práxis do professor, seu papel no processo de produção, sua luta no combate a exploração e a segunda, são as fases da alienação em que os professores estão inseridos.

Sobre a práxis do professor segundo seu papel no processo de produção, Costa (2009, p. 60) diz que ele “(...) Introduce nos sujeitos o *modus operandi* do mundo do trabalho e, assim, participando ativamente na produção da mercadoria força de trabalho (...)”. É explícito que se fala indiretamente de produção, ou seja, a produção vindoura, a partir da ação pedagógica em que será consumida pelo aluno e que mais tarde esse utilizará os conhecimentos, técnicas e habilidades para a produção de mercadoria, caso venha ser um trabalhador fabril.

O segundo aspecto observado que se refere a práxis é a função do professor no combate a exploração, pois ele é o principal responsável no contexto escolar pela elevação das consciências dos estudantes a partir de sua atuação pedagógica, é um recurso que o capital não pode retirar do professor quando este tem consciência do seu papel de transformador da realidade.

Mesmo com um papel importante o professor tem que constantemente lutar contra os processos de alienação docente promovidos pelas políticas públicas para educação desde os níveis de ensino básico até o superior. O processo de desalienação docente é constante e dura a vida toda.

Costa (2009) apresentará algumas fases e características da alienação em que o professor está inserido.

A primeira fase é a própria produção. A produção será entendida no caso do trabalho do professor como sua própria ação pedagógica. Marx em 1859 no texto

“Introdução à contribuição para crítica da economia política” dizia que a produção não é somente uma produção particular, é constituída de um corpo social, um indivíduo social, que exerce conjuntamente de vários ramos de produção, ou seja, a produção é entendida como algo de natureza material e de certa genericidade, pois para o próprio Marx esse conceito tem um sentido não fechado.

No mesmo texto onde Marx faz uma forte crítica aos economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo em relação a concepção de produção, consumo e distribuição, afirma que o próprio indivíduo concebido no século XVIII é produto da decomposição da sociedade feudal assim como é também produto das forças produtivas desenvolvidas a partir do século XVI.

Marx (s/n) irá dizer que “(...) todas as épocas da produção têm certos traços e certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração que possui um sentido, na medida em que realça os elementos comuns (...)”. Essa produção é realizada a partir das relações sociais estabelecidas entre os homens no processo de trabalho e também originária a partir do desenvolvimento histórico e social das sociedades que se constituem a partir de um determinado modo de produção vigente.

No caso da objetivação no marco da educação, mais propriamente na ação pedagógica do professor se dá segundo Costa (2009) no processo de ensinar, a partir da preparação das aulas, ocorrendo o confronto entre um determinado nível de conhecimento do aluno, o que se pode caracterizar por senso comum com conhecimento científico sistematizado.

Essa relação é a pedra angular da objetivação da ação pedagógica. É o elemento central do ato de ensinar. Pois ao mesmo tempo em que esse fenômeno é elevado, há em sua própria gênese um processo de descaracterização e de dilapidação moral, o qual no processo de produção de uma mercadoria Marx chamava de estranhamento, e que no contexto da escola capitalista esse estranhamento é presente no cotidiano dos professores.

O estranhamento no contexto educacional para Costa (2009) se dá nas atividades, no trabalho pedagógico, o professor se torna um repetidor das informações dadas, proveniente de sua formação inicial, pragmática e da aplicação de conteúdos liberais, impostos a partir dos livros didáticos, e também das diretrizes curriculares (políticas de educação). Percebe-se que tanto os professores da rede pública, quanto os da rede particular de ensino sofrem o processo de estranhamento no trabalho. São estas

circunstâncias adversas e impostas pelo capital que de um modo geral se apresentam como um desafio crescente para os professores nesta quadra histórica.

No que concerne a auto-alienação segundo Costa (2009) o professor mesmo em condições físicas horríveis, de sofrimento no trabalho, permanece dando aula até o momento de esgotamento profissional e neste momento normalmente é aliado do processo de trabalho pelo capital, ou perdem sua identidade como professor, destaca-se, por exemplo, a situação de professores readaptados.

Os professores acabam aceitando estas situações pelo simples fato de terem que conseguir formas de sobreviver. A autora faz alusão da *imposição* que são colocadas aos professores, sejam elas pelas legislações abusivas, seja pelo seu efeito, a intensificação do trabalho.

É possível salientar e relacionar mais um elemento que Marx (2004) enfatiza quando se refere à alienação do trabalhador e que tem correspondências semelhantes com a formação e a atividade docente. Trata-se da alienação do *homem em relação ao homem*. A mesma constatação (contraditória) sobre o produto do trabalho do professor (ação pedagógica), levando este a auto-alienação, ocorre também sobre o mesmo espectro a alienação com os outros homens, os quais podem ser colegas professores e alunos.

Segundo Marx (2004, p.18) “(...) a afirmação de que o homem se encontra alienado de sua vida genérica significa que um homem está alienado dos outros, e que cada um dos outros se encontra do mesmo modo alienado da vida humana (...)”. Logo, a forma de enxergar o outro é exatamente traduzida a partir da maneira em que o trabalhador concebe a si mesmo. Isso mostra claramente a contradição que há no processo pedagógico quando não se consegue estabelecer relações de cooperação, de companheirismo entre professores e alunos e em relação a professores e funcionários de outros setores da escola.

As possibilidades de ações coletivas ficam mais difíceis, pois quanto mais afastados os sujeitos sociais ficam um do outro, menores as chances para mobilização, por exemplo, sindical, política, estrutural da escola etc.

A ordem estabelecida é a ordem da alienação da vida humana. Para se passar de uma ordem para outra é preciso incidir em mudanças qualitativas essenciais, qual seja, modificar a esboço estrutural das relações humanas, para isso é necessário transformar a ordem societária hodierna.

2.4 A condição de proletariedade

Para dar continuidade ao exposto no que tange ao debate da proletarização dos professores e para elaborar uma possível análise quanto aos trabalhadores improdutivos, cabe lançar mão do conceito de *condição de proletariedade*.

A expressão cunhada é de Alves (2009, p.61) onde o mesmo a define como sendo “(...) a condição existencial fundamental (e fundante) da modernidade do capital, que implica homens e mulheres despossuídos dos meios de produção de sua vida social, na situação de “classe social” do proletariado (...)”. Essa vai ser uma das definições centrais para a condição onde estão inseridos os despossuídos dos meios de produção.

A teoria social da classe do proletariado na qual o autor se baseia teórica e metodologicamente é a teoria do estranhamento e não a teoria da exploração. O autor faz questão de deixar claro que a separação entre as duas teorias é apenas um recurso heurístico, portanto, necessariamente na esfera da totalidade social, entende-se que quando há exploração certamente existe estranhamento e o estranhamento implica em exploração.

Sobre teoria da exploração Alves (2009, p.62) conceitua como: “(...) o complexo categorial que explica a dinâmica estrutural da produção e acumulação de valor (...)”. É nesse sentido que Marx desenvolve de forma minuciosa e essencial categorias empíricas das relações sociais de exploração, tais quais: mais-valia, trabalho produtivo e improdutivo, trabalho vivo, trabalho morto etc.

Alves (2009) diz que a teoria da exploração é visível no decurso de sua [Marx] crítica a economia política. Logo, a teoria da exploração elucida a estrutura da valorização da produção.

Por outro lado, a teoria do estranhamento na explicação de Alves (2009, p.62) é entendida como “(...) o complexo categorial que explica a desefetivação do ser genérico do homem a partir das relações sociais / práxis histórica constitutivas do trabalho estranhado e da vida social estranhada subjacente a produção do capital (...)”. Os manuscritos de Paris (1844) vão ser a pedra angular para a justificativa da teoria do estranhamento.

Três características vão ser centrais para a teoria do estranhamento, quais sejam, a) a propriedade privada, b) a divisão hierárquica do trabalho, e c) o trabalho estranhado. O conteúdo material destas categorias vai ser necessariamente estabelecido

nas **relações sociais**. E isso será dado nas relações sujeito-objeto e sujeito-sujeito. (ALVES, 2009).

Desta forma, o que chama atenção é que nos manuscritos de 1844, Marx não discute somente no âmbito da produção social, mas também da reprodução social. Marx se posiciona em uma dimensão onde não se separa trabalho e vida. O trabalho estranhado no âmbito de sua multiplicidade engloba mesmo aqueles que não estão ligados diretamente a produção do capital.

A forma mais desenvolvida do trabalho estranhado é o trabalho assalariado. Logo, a condição de proletariedade passa a existir a partir do trabalho assalariado. A característica fundamental da condição de proletariedade, segundo Alves (2009) é a despossessão dos meios de produção da vida social. Nesta situação encontram-se pessoas ou individualidades abandonadas pelo capital, sujeitos sem objeto, sujeitos desfetivados.

É nesse contexto que segundo Alves (2009) cria-se um novo tipo de humanidade, a humanidade proletária. Sobre a égide desta nova constituição social que será importante entender o sujeito desta pesquisa, o professor.

Para Lessa (2007), o professor de uma escola pública, por ser um trabalhador improdutivo não se caracterizaria como um proletário, a inferência toma direção da teoria da exploração e não do estranhamento como faz Alves (2009).

Assim, entendemos que a teoria do estranhamento possibilita compreender o proletariado como expressão da condição de proletariedade. Logo, nossa análise se aproxima do caminho da teoria do estranhamento.

A condição de proletariedade estabelece somente a capacidade objetiva da “classe social”, porém quem vai instituí-las será o movimento real das condições objetivas e subjetivas na direção da *consciência* de classe contingente. (ALVES, 2009).

Será isso a força motriz capaz de avançar dentro dos marcos da *classe para si*, e possibilitando um *quantum* a mais de movimento em direção da classe *para-além de si*, é o que o autor denomina de uma ação da *genericidade humano genérica*. Logo, a consciência de classe passa a se constituir como consciência crítica, cuja teleologia será a sociedade sem classes.

É nesse sentido que Alves (2009) afirma que estar localizado na condição de proletariedade não quer dizer pertencimento a uma classe propriamente dita do proletariado, como elemento contra o capital, apesar do envolvimento real possibilitar a

aquisição da consciência de classe. Estas mediações são realizadas por entidades de classe, como por exemplo, sindicatos, partidos políticos e por associações.

A condição de proletariedade se enquadra em uma determinada *relação social* de produção que necessariamente é alienada e que independe da estrutura da produção do capital. É nesta situação que entram os funcionários públicos.

É na condição de proletariedade que os funcionários públicos (professores) vão se configurar como operários da empresa estatal. O autor diz que o trabalho assalariado, a categoria salário, é o principal implicador a subordinação do trabalho ao capital. Pois é nesta situação que os professores estão inclusos.

Na tentativa de se relacionar com o a condição proletária dos professores, Alves (2009, p.104) faz alusão de maneira genérica a todos os trabalhadores do serviço público dizendo,

A condição proletária de trabalhadores ligados às atividades gestadas a partir do fundo público assume uma forma particular, tendo em vista que o operário ou empregado (funcionário público) não se encontram diante de um capitalista privado, mas sim de um gestor do capital social (apesar disso enquanto houver Estado político, isto é, um ente estranho, há capital, o que implica a efetividade da condição de proletariedade.

A classe do proletariado não é formada somente pelos trabalhadores produtivos. A revolução social é um elemento contra o trabalho estranhado, que pressupõe a relação do salário, do trabalho assalariado, e não somente a questão da produção de valor onde estão localizados os trabalhadores produtivos. (ALVES, 2009).

Portanto, perceber que os professores funcionários públicos se inserem na seara da lógica estranhada, por serem trabalhadores assalariados e também por estarem submersos numa determinada precariedade, possibilita enxergar que estes passam necessariamente ao estatuto (não privilegiado) de proletários.

A idéia de condição de proletariedade é interessante porque rompe com análise pontual do trabalho produtivo/improdutivo. O conceito engendra em si mesmo a ampliação da concepção de proletariado, fazendo com que se analise as condições de trabalho do professor ligado estritamente com sua vida. Pois como se percebe na pesquisa, as condições de trabalho implicam, sobretudo nas formas de se viver no mundo e de se relacionar com os outros.

É neste cenário que a pesquisa revela um pouco das condições de vida e do trabalho dos professores de Educação Física e demonstra quais os limites imperativos

que os mesmos encontram no seu fazer laboral. Apresenta-se desta forma, a empiria desta discussão, através de observação e análise de algumas variáveis.

Portanto, a concepção de Alves (2009) a partir da teoria do estranhamento possibilitará uma análise mais ampliada quando se fala em professores da rede municipal de educação, pois a desefetivação deste trabalhador é presente em suas relações sociais e em seu processo de trabalho.

2.5 A vida no trabalho e o trabalho na vida

Na pesquisa realizada com os professores algumas variáveis foram extremamente importantes para se perceber os problemas concernentes ao trabalho destes professores. As variáveis destacadas e que são analisadas neste trabalho referem-se ao: a) Turno; b) Carga horária; c) Rotina de trabalho; d) Número de turmas; e) Satisfação com recursos disponíveis para trabalho; f) Outros empregos; g) Tipos de outro emprego; h) Salário; e i) Formação Acadêmica;

No que concerne a variável **turno** dos professores, a Tabela 2 apresenta a relação da quantidade de professores da rede pública municipal, entrevistados no mês de junho a setembro de 2009, pela quantidade de turnos que trabalham. Percebe-se que 68,18% dos professores informaram que trabalham em três turnos. Trabalhar em três turnos vai significar dentre outras coisas uma sobrecarga de trabalho para estes professores. A figura 2 apresenta esses resultados graficamente.

Tabela 2: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Quantidade de Turno que Trabalha.

Quantidade de Turnos	Quantidade	Percentual
Apenas um turno	2	9,09
Dois Turnos	5	22,73
Três Turnos	15	68,18
Total Geral	22	100,00

Fonte: Pesquisa amostral realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.

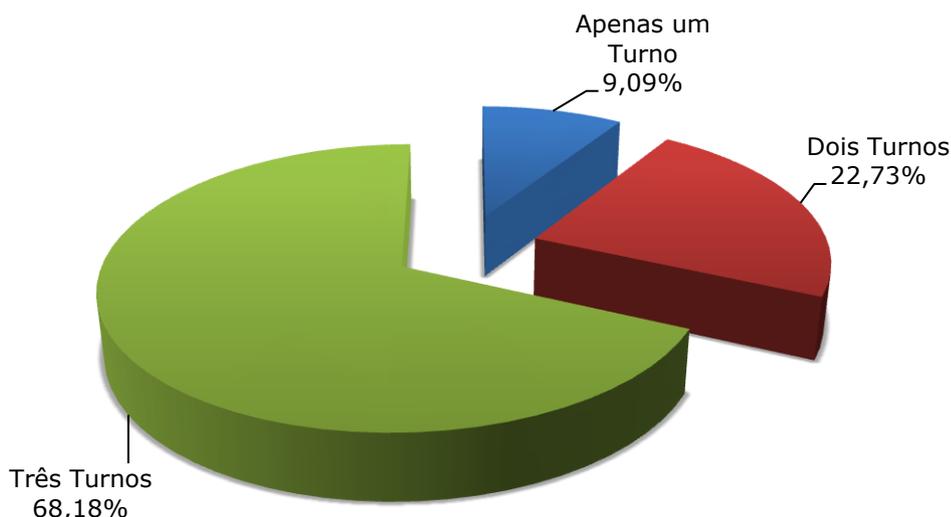


Figura 2: Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Agosto de 2009, por Quantidade de Turno que Trabalha.

Trabalhar em três turnos e muitas vezes em escolas diferentes provoca sem dúvida, comportamentos indesejáveis. Durante o contato com os professores foi possível enxergar na expressão corporal destes docentes um cansaço enorme, bem como a ausência de planejamento na hora de ministrar as aulas. Tendo vários turnos para trabalhar, o professor geralmente não consegue planejar suas aulas. Na maioria das vezes as aulas destes professores resumem-se a jogos de *futebol* (meninos) e *queimada* (meninas) e ele atua como mero observador.

O processo estafante de repetição vistos na ação pedagógica dos professores por vezes acentua uma culpabilização do indivíduo, porém se sabe que a rotina de trabalho tende a favorecer estas práticas comuns nas escolas públicas.

Segundo Marx (1985, p.188) “(...) Uma pessoa pode, durante o dia natural de 24 horas, dispender apenas um determinado *quantum* de força vital. Por outro lado, um cavalo pode trabalhar um dia após o outro, somente 8 horas (...)”. O que Marx diz de forma excepcional é que nem um cavalo consegue ter um ritmo de trabalho tão violento assim. É preciso que tanto o animal como o trabalhador, descansem, durmam, alimentem-se. O trabalhador precisa satisfazer as suas necessidades espirituais e sociais.

A dilatação da jornada de trabalho para Marx (1985) esbarra em limites morais; pois a intensificação do trabalho é a mais pura espoliação que o capital impõe ao trabalhador.

É nesta perspectiva que se torna possível compreender as condições de trabalho no contexto da precariedade. Dejours (1999) em sua formulação da “psicodinâmica do trabalho” discorre sobre os processos de trabalho, afirmando a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, considerando-o como um espaço de constituição de identidades dos sujeitos, conceitualizando a organização do trabalho, como dimensão central de intersubjetividade onde ocorre a divisão de ocupações e a “divisão de homens”, cujo papel pode ser patogênica ou estruturadora do trabalho. Analisa ainda as relações entre trabalho e saúde, demonstrando a sua evolução histórica, discorrendo também sobre as estratégias defensivas individuais e coletivas em relação ao sofrimento no trabalho. (FRANCO, 2004, DRUCK, 2007).

O desemprego, a falta de condições de trabalho, o assédio moral no trabalho, as perseguições políticas sofridas em instituições públicas e privadas podem corresponder a um processo de adoecimento, de naturalização, ou como Dejours (1999) denomina de “banalização da injustiça social”.

Isso é visível também quando se vê a **carga horária** a qual os professores estão submetidos. Na tabela 3 pode-se visualizar dados sobre a quantidade de horas trabalhadas pelos professores da rede pública municipal, entrevistados no mês de junho a setembro de 2009. Observa-se que 59,09% dos professores declararam trabalharem de 51 a 75 horas por semana. A figura 3 apresenta esses resultados graficamente.

Tabela 3 : Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Carga Horária semanal.

Carga Horária	Quantidade	Percentual
Até 25 Horas	3	13,64
De 26 e 50 Horas	6	27,27
De 51 a 75 Horas	13	59,09
Total Geral	22	100,00

Fonte: Pesquisa amostral realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.

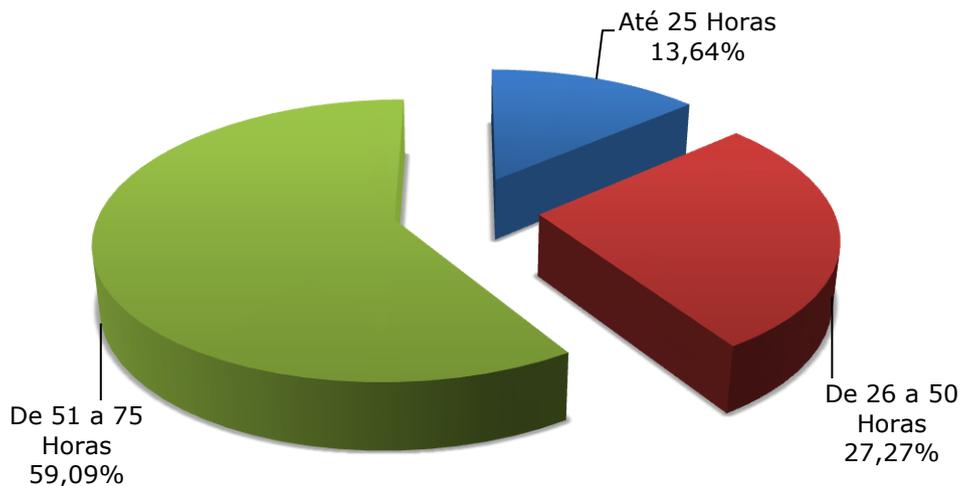


Figura 3: Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Carga Horária.

Os professores que trabalham até 25 horas por semana, geralmente têm apenas um turno, e isso significa que estes trabalham 5 horas por dia. Chama-se atenção para o fato de que um número significativo destes professores que trabalham até 25 horas geralmente tem outros empregos como será mostrado anteriormente.

Os professores que trabalham de 26 a 50 horas por semana correspondem a 27,27%, equivale a dizer que trabalham em média 10 horas diariamente. Já os professores com carga horária de 51 a 75 são os que trabalham 3 turnos e chegam a cumprir 15 horas diárias de trabalho distribuídas entre empregos públicos e privados.

Nem mesmo a Lei fabril inglesa de 1867 que versava sobre a jornada de trabalho era maior do que as dos professores do município de Belém estão submetidos. Segundo Marx (1985, p.193) “(...) A *Factory Act*⁷ atualmente (1867) em vigor permite como média diária de trabalho nos dias de semana 10 horas, a saber, para os primeiros 5 dias da semana 12 horas, das 6 da manhã até as 6 da tarde (...)”. É espantoso ver que a jornada de trabalho para alguns professores chega a ser mais cruel do que a de trabalhadores fabris de século XIX na Inglaterra.

Segundo o Estatuto dos Funcionários Públicos do município de Belém de 1990, no título III, dos direitos, das vantagens e das obrigações, no capítulo I que versa sobre a jornada de Trabalho, no artigo 49 diz o seguinte “(...) A jornada de trabalho não poderá ser superior a 40 nem inferior a 20 horas semanais, na forma que dispuser a lei ou

⁷ Lei Fabril.

norma regulamentar (...)”. Essa é uma contradição inerente a própria lógica de precariedade do trabalho dos professores, pois mais da metade dos professores estão em uma jornada de trabalho diferente a que o estatuto dos servidores prega. Uma das explicações para isso tem relação com os salários, pois para se ter mais renda, os professores procuram outros empregos, como por exemplo, o emprego na rede estadual.

Com mais carga horária a ser cumprida, a percepção que os professores vão ter de sua **rotina de trabalho** será alterada. Na tabela 4 é possível visualizar informações que permitem entender a rotina de trabalho destes trabalhadores. Estes dados permitem afirmar que 50% dos professores consideram sua rotina de trabalho intensa, enquanto que 22,73% avaliam que sua rotina de trabalho é extremamente intensa. Assim, quando se analisa a variável Intensa, Muito intensa e Extremamente intensa será possível verificar que 86,37% dos professores não estão satisfeitos com sua rotina de trabalho. Apenas 01 professor vê seu trabalho como algo que pode ser executado sem nenhum esforço. Percebeu-se também que nenhum professor entrevistado considera que o trabalho que executa seja leve. É possível ver esses dados na tabela 4 e graficamente na figura 4.

Tabela 4: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Rotina de Trabalho.

Rotina de Trabalho	Quantidade	Percentual
Sem Nenhum Esforço	1	4,54
Leve	0	0,00
Um Pouco Intensa	2	9,09
Intensa	11	50,00
Muito Intensa	3	13,64
Extremamente Intensa	5	22,73
Total Geral	22	100,00

Fonte: Pesquisa amostral realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.

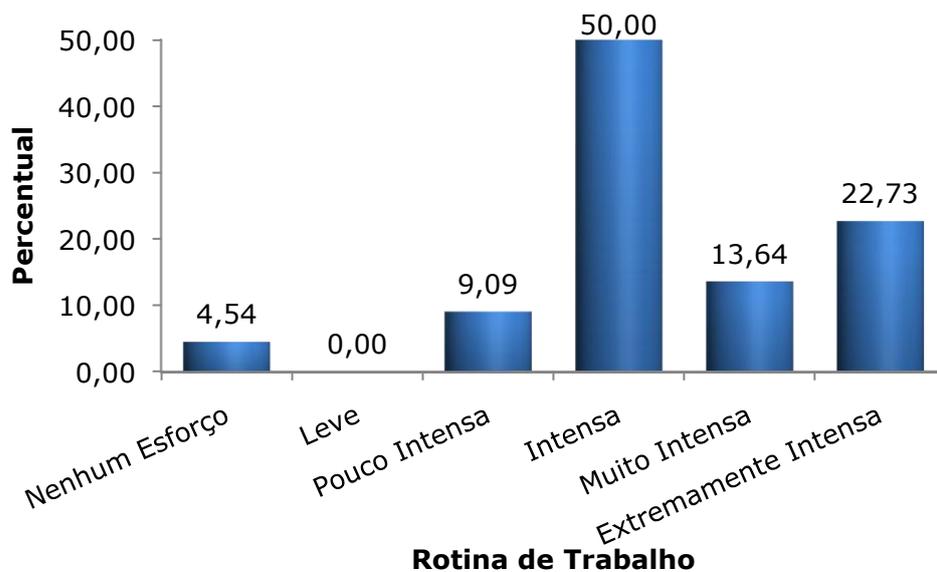


Figura 4: Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Rotina de Trabalho.

As duas professoras entrevistadas relatam o quanto seu dia a dia é intenso. Perguntado a professora Amanda (nome fictício) como é sua rotina de trabalho, ela responde:

(...) de segunda a sexta a gente ministra aula, 10 aulas por dia, uma carga horária assim que agente acha excessiva, porque você trabalha na rede municipal 240 horas uma carga horária máxima, são 19 turmas, você dá 10 aulas por dia, faixa etária de 4 anos a 14 anos (...).

Para se realizar a entrevista foi preciso marcar um horário específico com a professora. No dia da entrevista a professora Amanda apresentava um aspecto de cansada, fatigada, exaurida e quase não deu conta de exprimir seu testemunho quanto a sua condição de trabalho.

A professora Amanda trabalha em duas escolas e é uma típica professora que chega esgotar sua possibilidade de trabalho no preenchimento da carga horária. O que ela chama de carga horária *excessiva* é a expressão mais aguda da rotina de trabalho que ela vive diariamente.

O mesmo quadro foi constatado em um estudo realizado com professores do ensino médio em uma escola estadual do Rio de Janeiro por Gomes e Brito (2006), onde a percepção da rotina e a carga horária de trabalho se relacionam aos problemas enfrentados devido às várias situações associadas ao trabalho dentro e fora da escola,

casualidade que reflete a situação da educação no país. Pouco investimento financeiro e ausência de valorização concreta dos professores.

Com mais de 10 anos de docência e uma jornada de trabalho intensa, foi observado algumas consequências do ritmo frenético de trabalho, como por exemplo, debilidades nos pés da professora Amanda, resultado segundo a mesma de deslocamentos de uma escola para outra, ocasionando diversos calos nos dedos, o que a obrigava ter que usar faixas de pano para amenizar a dor diária.

O sentimento de insegurança, de risco e violência nas cidades também é classificado como um dos problemas que atingem este tipo de trabalhador.

A expressão “situação de risco” observado em alguns momentos junto aos professores tem uma conotação que anuncia de imediato três dimensões, quais sejam a) o sentimento de insegurança; b) a impossibilidade de conhecer a geografia local; e c) o afastamento dos professores e diretores dos pais e dos alunos que frequentam a escola.

O sentimento de insegurança é acompanhado pelo medo. E o medo provoca a impotência dos professores em conhecer a realidade da escola, a geografia local e os pais dos alunos.

Durante as entrevistas realizadas ocorreram alguns eventos importantes. O primeiro foi de um homicídio⁸ cometido por um aluno de 15 anos, onde o mesmo assassinou um colega de 13 anos na hora do recreio.

O evento ocorreu uma semana depois que se realizou a entrevista com o professor de Educação Física da escola municipal.

Outro fato ocorreu com uma professora de Educação Física que foi assaltada na quadra de esportes. A professora acionou a polícia e o aluno foi preso. Depois de reincidência a escola teve que paralisar suas atividades por tempo indeterminado. A professora teve que se transferir da escola e os alunos ficaram sem aulas.

A violência escolar ganha proporções inimagináveis, a professora Beth (nome fictício) sofreu um assalto no ano de 2009 e foi baleada durante o mesmo, adquirindo a patologia denominada síndrome ou transtorno de pânico. Com sério problema de saúde e analisando por outro lado sua rotina de trabalho, a mesma responde:

(...) É uma loucura, porque eu ia para Icoaraci (Distrito de Belém) de ônibus, agora eu ando de carro direto, até porque eu me sinto mais segura andando de carro, aí minhas despesas aumentaram, então é uma correria. De segunda quarta e sexta eu

⁸ A matéria sobre o caso encontra-se na edição de número 9180 de 20 de agosto de 2009 do jornal Diário do Pará. <http://ee.diariodopara.com.br/>.

vou para Icoaraci, ai fica mais difícil, volto para cá, para ir para outra escola a tarde, é complicado assim (...).

É imprescindível enxergar que o processo de intensidade no trabalho e de adoecimento docente é *também* causado pelo sentimento de insegurança na escola, no local de trabalho, na ida ao trabalho e em outras situações. A rotina de trabalho não está somente associada ao tempo de trabalho despendido apenas quando o professor se encontra na escola, mas sim desde a preparação para ir trabalhar, seguindo ao trajeto para escola e o espaço da escola propriamente dito, além do retorno.

Além da maioria dos professores classificarem suas rotinas de trabalho intensa, outro fator contribui para isso, trata-se do número de turmas que têm os docentes. Na tabela 5 mostra que 54,55% dos professores têm mais de 15 turmas. Apenas 4 professores, representando 18,18% têm até 10 turmas. Os dados também podem ser visualizados graficamente na figura 5.

Tabela 5: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês Junho à Setembro de 2009, por Número de Turmas no Município.

Número de Turmas no Município	Quantidade	Percentual
Até 10	4	18,18
De 11 a 15	6	27,27
Mais de 15	12	54,55
Total Geral	22	100,00

Fonte: Pesquisa de campo realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.

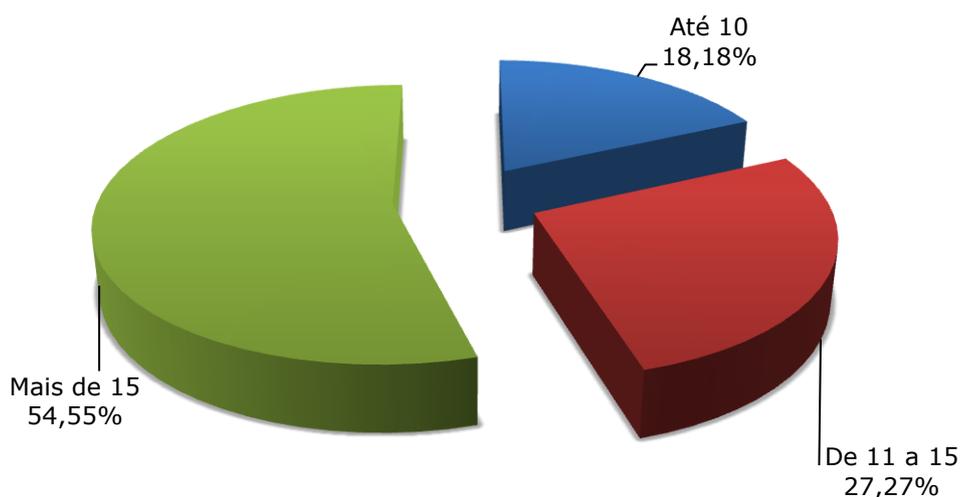


Figura 5: Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês Junho à Setembro de 2009, por Número de Turmas no Município.

Esses dados apontam para uma realidade típica do capitalismo contemporâneo no que se refere ao mundo do trabalho. As relações de exploração de um trabalhador pelo capital ganha proporções importantes no funcionalismo público. O professor entre as estratégias do projeto neoliberal com a reestruturação do Estado e a corrida frenética da vida na busca por sobrevivência.

É por isso que quando se aproxima de uma determinada categoria de trabalhadores que têm uma alta carga de trabalho, como por exemplo, os professores, torna-se possível enxergar a situação de proletariedade destes.

Neste sentido, a tarefa dos professores passa ser maior, pois além de terem muitas turmas, a quantidade de alunos por turma também é superior as suas possibilidades de ensino.

A tabela 6 mostra que 86,36% dos professores têm mais de 25 alunos por turma. Apenas 3 professores, os quais representam 13,64% declararam possui até 25 alunos por turma. Os dados são representados na tabela e figura 6.

Tabela 6: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Agosto de 2009, por Quantidade de Alunos por Turma.

Quantidade de Alunos por Turma	Quantidade	Percentual
Até 25	3	13,64
Mais de 25	19	86,36
Total Geral	22	100,00

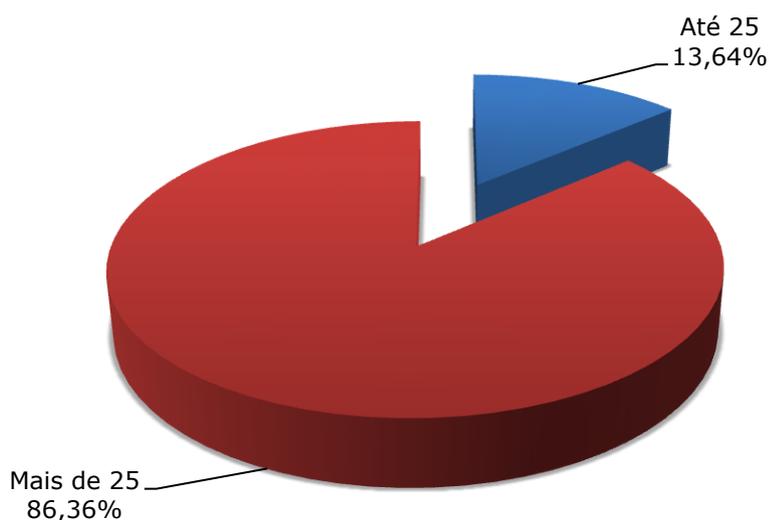


Figura 6: Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Agosto de 2009, por Quantidade de Alunos por Turma.

Segundo o próprio MEC, para os alunos de ensino fundamental de 1º a 5º série o limite é de até 25 alunos por turma. As escolas que foram pesquisadas em média apresentavam número superior ao limite que o MEC estabelece. Mesmo até a 9º série em que o limite é de até 30 alunos, foi percebido um número superior a estes.

Foi possível entender o quanto os professores se sobrecarregavam com tantos alunos. A organização, o planejamento, abrangência e efetividade da aplicação do conteúdo ficam comprometidas com turmas de alunos superior a permitida.

Vários professores estão insatisfeitos com o número de alunos que tem na sala de aula. Segundo alguns relatos dos professores, a aula geralmente fica comprometida quando se tem um número demasiadamente grande de alunos em uma turma somente. A atenção deve ser dobrada.

O fenômeno do inchaço das salas é sem dúvida uma realidade tanto da educação básica como o da educação superior. Isso pode ser exemplificado no âmbito da educação superior com o Plano de Reestruturação de Expansão das Universidades-REUNI, que prevê um aumento do número de vagas nas universidades federais sem a devida atenção a questões como valorização docente, condições estruturais das universidades públicas, assistência aos estudantes etc. Essas são algumas críticas apontadas pelo Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES.

Na procura de conhecer alguns detalhes importantes sobre as condições de trabalho outro elemento que se vale para adentrar nesta questão foi o grau de satisfação que os docentes têm dos materiais disponíveis para o exercício da docência. Os dados coletados informam que 50% dos professores consideram que os recursos disponíveis são *muito ruim*. Ao se somar a resposta para os itens *muito ruim e ruim*, tem-se que 63,64% são extremamente insatisfeitos com os materiais disponíveis.

Tabela 7: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Nível de Satisfação sobre os Materiais Disponíveis.

Nível de Satisfação	Quantidade	Percentual
Muito Ruim	11	50,00
Ruim	3	13,64
Regular	5	22,73
Bom	2	9,09
Excelente	1	4,54
Total Geral	22	100,00

Fonte: Pesquisa amostral realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.



Figura 7: Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Nível de Satisfação sobre os Materiais Disponíveis.

Quando foi perguntado para a professora Beth (nome fictício) sobre os pontos negativos em ser professor e as condições dos recursos para trabalhar ela respondeu:

(...) As negativas são: as quadras descobertas, muita carga horária para gente ganhar um dinheiro a mais, materiais também, agora que a escola tá...quando eu cheguei na escola não tinha nada, só bola velha. Então, agora eles já renovaram já compraram bastantes materiais. A questão é essa, a quadra, minha quadra é um triângulo assim [a professora faz um gesto com as mãos em um formato de triângulo] não tem condição nenhuma, mas dá pra fazer, pra trabalhar dá, porque tem gente que não tem nem espaço, mas é complicado (...).

Apesar de a professora Beth dizer que eles [administração da escola] compraram bastante materiais, foi possível concluir que estes ainda eram insuficientes (e precários). O problema mais grave desta situação foi o relato de vários professores dizendo que *compram* com seu próprio dinheiro os materiais para darem aula.

Alguns professores entrevistados mostraram as condições das bolas que se tinham na escola.

Foi possível em contato com professores visualizar que os poucos recursos disponíveis para as aulas de Educação Física juntamente com as péssimas condições de grande parte das escolas públicas municipais, dos espaços para a ação pedagógica, são

um dos motivos concretos para a desmotivação dos professores, impotência e *pouca alegria* para ministrar aulas.

Existe idéia bastante desenvolvida no campo da Educação Física escolar: considera-se que na falta de recursos necessários para trabalhar o imprevisto e criatividade estão fortemente presentes. As precárias condições das escolas públicas forçam a criatividade do professor. Porém, o que se constata é exatamente o contrário, o pouco investimento na educação, as condições difíceis dos espaços pedagógicos, a ausência de materiais dificultam e até mesmo cerceiam o processo de criatividade do professor.

A criatividade intrínseca ao professor advém da busca por autonomia no trabalho é direcionada a avaliação que o professor tem do progresso e do reconhecimento dos seus alunos (LANTHEAUME; HÉLOU, 2008).

A capacidade criadora deve ser e é um anseio daqueles que trabalham no setor da educação. Entretanto, a criatividade forjada pelo imprevisto por causa das poucas condições de trabalho deve incansavelmente ser combatida pelos sujeitos que vivem a escola. Na linha de frente desta luta estão os professores, pois eles são um dos que mais sofrem com esta situação.

Procurou-se também conhecer a situação econômica dos professores e questionou-se sobre a existência de outro emprego além daquele da rede municipal. Na Tabela 8 pode-se observar que 77,27% declararam ter outro emprego. Em números absolutos isso representa 17 docentes. Os outros 5 professores entrevistados disseram não possuir outra atividade remunerada.

Tabela 8: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Agosto de 2009, por se Tem Outro Emprego.

Tem outro Emprego?	Quantidade	Percentual
Sim	17	77,27
Não	5	22,73
Total Geral	22	100,00

Fonte: Pesquisa amostral realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.

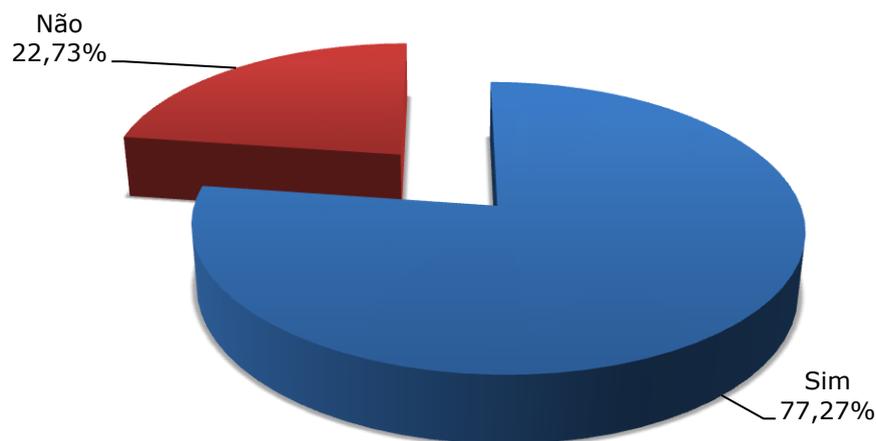


Figura 8: Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por se Tem Outro Emprego.

Os docentes são levados a terem outro emprego por causa da complementação salarial. Com isso, pagam o preço do ritmo frenético de suas vidas. Poucos são os professores que têm somente uma ocupação. Só não têm outros empregos porque não conseguiram entrar na rede estadual ou porque alguns estão prestes a se aposentar, ou porque o precário mundo do trabalho não lhes dá oportunidade.

Os dados possibilitaram constatar que 70,59% daqueles que declararam ter outro emprego desenvolve esta outra atividade no Estado, isso significa que são duplamente servidores públicos.

Tabela 9: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Tipo do Outro Emprego.

Tipo	Quantidade	Percentual
Rede Particular	3	17,65
Bancário	1	5,88
Militar	1	5,88
Servidor Estadual	12	70,59
Total Geral	17	100,00

Fonte: Pesquisa amostral realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.

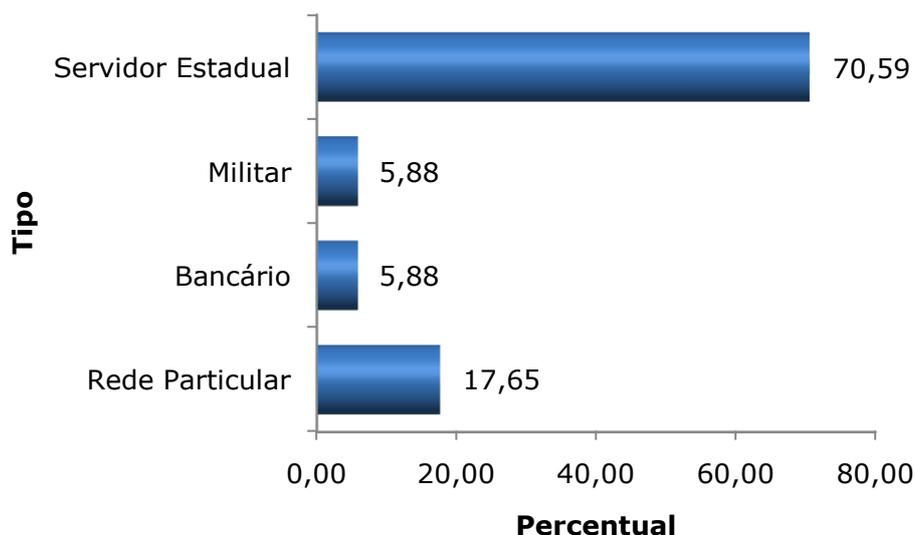


Figura 9: Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Tipo do Outro Emprego.

Nas observações feitas durante as entrevistas percebeu-se que os docentes são conhecedores de suas condições penosas de trabalho, porém parece que existia uma espécie de *rotina robotizada* onde os mesmos não se dão conta de seus deslocamentos, de suas aulas, das condições de trabalho e da relação entre os companheiros.

Sobre a relação entre os colegas professores e técnicos da escola, observou-se que a rotina de trabalho, a não estabilidade em uma só escola, acaba por não criar laços mais fortes entre os sujeitos que compõe o núcleo escolar.

As ações coletivas por sua vez se fragilizam em detrimento do ritmo agitado de trabalho que passam os professores, quer seja ações de reivindicação salarial ou melhorias das condições materiais de trabalho e também em organização de entidades classistas.

Sennett (1999) considera que os empregos de longa duração possibilitavam a formação do caráter dos trabalhadores. Os professores de Educação Física possuem contratos de trabalho estáveis, mas apesar disso não podem desenvolver relações aprofundadas com seus pares, uma vez que suas jornadas de trabalho são realizadas em vários lugares. Isso faz com que haja a impossibilidade de estabelecimento de vínculos mais profundos com a escola e com os professores.

O salário percebido por estes professores foi também objeto de investigação. A tabela 10 mostra que 45,45% dos professores declararam terem ganhos superiores a R\$ 3.500,00. Observa-se também que 22,73% estão na faixa salarial de R\$ 2.501 a R\$

3.000,00. Interessante neste aspecto é estabelecer relação entre o salário e a carga horária destes professores. Provavelmente os maiores salários estão com aqueles que possuem uma carga horária acima daquilo previsto em lei.

Tabela 10: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Renda Pessoal.

Renda Pessoal	Quantidade	Percentual
Até R\$ 2.500,00	4	18,18
De R\$ 2.501 a R\$ 3.000,00	5	22,73
De R\$ 3.001 a R\$ 3.500,00	3	13,64
Acima de R\$ 3.500,00	10	45,45
Total Geral	22	100,00

Fonte: Pesquisa amostral realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.

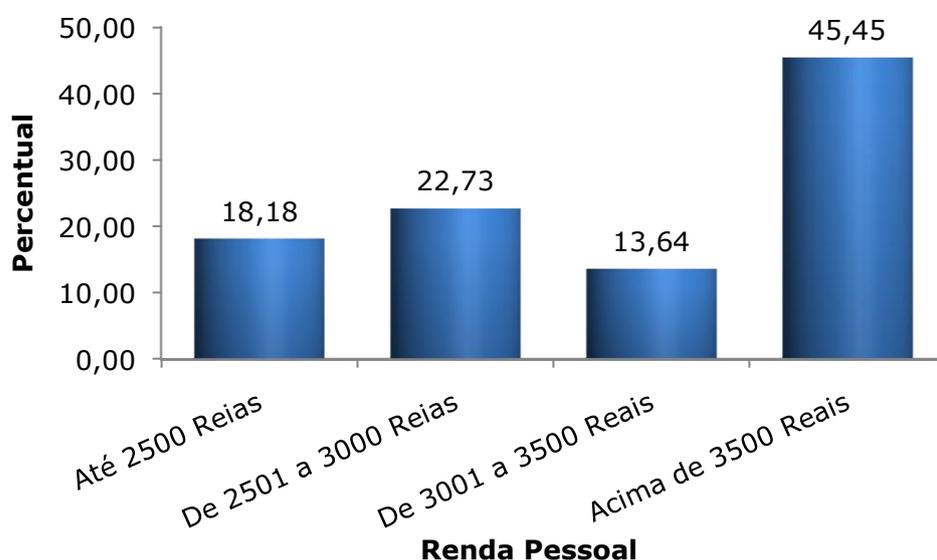


Figura 10: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Renda Pessoal.

Mesmo com uma renda de R\$ 3.500,00 de alguns professores é preciso analisar o valor real dos custos e do poder de compra que estes sujeitos possuem.

Desde modo, colocam-se em questões duas coisas: a) como é que se estrutura a política salarial dos professores em nível nacional? b) qual é a base do salário mínimo fixado pelo DIEESE e suas correspondências com os salários dos professores?

A primeira questão corresponde a instituição da Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008 que estabelece o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. O Art. 2º diz,

O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Existe neste dispositivo uma contradição imperativa, qual seja ele não diz se esse salário é o valor do vencimento ou da remuneração. Pois por vencimento entende-se a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público expresso em lei, enquanto que remuneração é o vencimento mais as vantagens que o trabalhador tem e que são expressas também em lei.

Logo, é muito fácil instituir uma lei e estabelecer um piso de R\$ 950,00 levando em consideração a remuneração e não o vencimento. A lei ainda estabelece uma jornada de trabalho de 40 horas. Isso significa que um trabalhador deva exercer sua função em pelo menos 8 horas diárias, durante os 5 dias da semana. Representa então pelo menos 2 turnos de trabalho e uma lotação em média de 200 horas por mês.

A idéia de instituir um “piso” em forma de lei equivale a travar a possibilidade de aumento de salário. *Fixa* uma quantia acima do salário mínimo atual ocultando o significado do que seja um piso salarial.

Tendo esse salário como piso para os professores e considerando a divisão de 950,00/ 30, sendo 30 o número de dias do mês, tem-se que um professor ganha por dia R\$ 31,66 com a proposta do governo federal.

Em se tratando do poder de compra, os dados permitem relacionarmos o salário com o valor da cesta básica. O valor da mesma em janeiro de 2010 no próprio município de Belém estipulado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos - DIEESE foi de R\$ 204, 62.

O valor de R\$ 204,62 compreende 43,61% do salário mínimo que é hoje de R\$ 510,00. Corresponde a 21,53% do salário piso do governo de R\$ 950,00. Considerando os professores de Educação Física pesquisados que trabalham em média três turnos e que ganham até R\$ 3500,00, o valor da cesta básica é de 5,84% de seu salário.

A questão interessante é que para ficar nessa percentagem de 5,84% do valor do salário, os professores em questão se sobrecarregam com jornadas de trabalho absurdas e mesmo com uma porcentagem relativamente “pequena” em relação a cesta básica, seu salário não compensa um regime de trabalho pior do que um trabalhador fabril do século XIX. Mesmo os professores que ganham até R\$ 3.500,00 não ultrapassam duas

vezes o salário mínimo⁹ orientado pelo DIEESE, que é de R\$ 1.987, 26, dados para o mês de janeiro de 2010.

Numa visão materialista histórica-dialética, não se pode olhar em um primeiro momento para o salário dos professores de Educação Física e realizar determinadas conclusões (pseudo-concreticidade) que parecem colocá-los em uma situação favorável em relação a outros trabalhadores.

A ausência de lazer, a falta de preparação das aulas são conseqüências da dura rotina de trabalho, como também das dificuldades financeiras, as deficiências na formação acadêmica, a falta de políticas públicas para o aperfeiçoamento dos professores, revelaram pouco contentamento com seu trabalho.

O exemplo é a incipiente formação acadêmica que eles têm e tomando como prova, é possível demonstrar empiricamente o quanto esses sujeitos pararam no tempo.

As ações sobre valorização docente por parte dos governos revelaram sua eficiência. Segundo Oliveira (2009) tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a LDB preconizavam mecanismos de valorização docente. A autora aponta que no artigo 17 da LDB determina que a educação no país deve necessariamente assegurar planos de carreira para os professores, assim como admissão somente por concursos públicos de provas e de títulos, formação permanente com remuneração, tempo dedicado para estudos contidos na carga horária de trabalho, além de condições básicas de trabalho.

Verificou-se na pesquisa de campo que existe uma espécie de travamento das possibilidades de continuar a formação. Inicialmente é necessário demonstrar através dos resultados o que foi encontrado no que diz respeito a formação acadêmica dos professores de Educação Física.

A Tabela 11 mostra o quadro da formação acadêmica destes docentes. Nela, é possível entender que a maioria dos professores não conseguem avançar para além da titularidade da especialização. Somente 9,09% dos professores têm mestrado, representando apenas 2 professores numa amostra de 22. A maioria dos professores têm

⁹ Salário mínimo necessário: Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada Mês o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário. DIEESE (2010).

especialização, representando 81,82%, o que em números absolutos equivale a 18 professores.

Tabela 11: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Formação Acadêmica.

Formação Acadêmica	Quantidade	Percentual
Graduação	2	9,09
Especialização	18	81,82
Mestrado	2	9,09
Total Geral	22	100,00

Fonte: Pesquisa amostral realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.

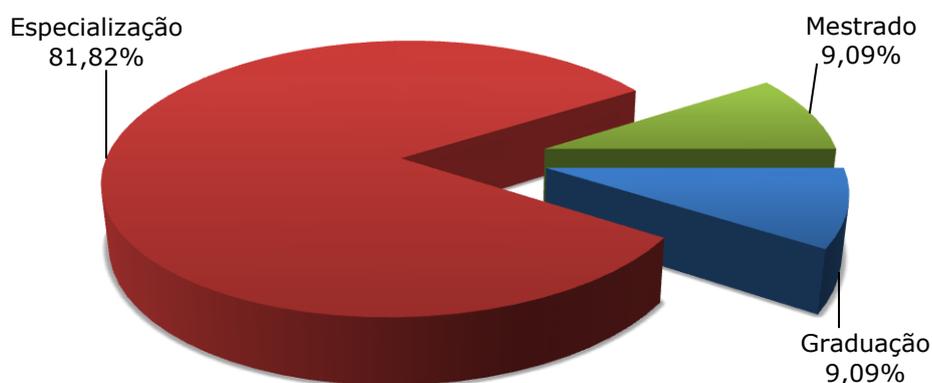


Figura 11: Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Formação Acadêmica.

Em várias escolas através do contato com os professores foi possível notar a ansiedade de alguns deles no que concerne ao anseio de prosseguir os estudos. O cenário do encontro com esses professores os prendia em uma espécie de jaula de ferro (expressão weberiana), onde era possível enxergar em alguns, a impotência de não poder concretizar essa vontade devido ao seu ritmo diário de trabalho.

A resposta para a questão suscitada tem uma dupla natureza que são complementares. A primeira é o discurso não efetivo da valorização docente, o segundo é a frágil garantia em lei do fomento a formação continuada.

A Lei nº 7.502, de 20 de dezembro de 1990 dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Belém. Durante leitura deste documento foi

possível verificar que dentre todos os itens sobre afastamento do serviço público não havia nenhum que versasse sobre licença para estudos.

Quando se analisou a Lei Ordinária N.º 7528, de 05 de agosto de 1991, Capítulo IV das Licenças. Art.35, I, percebe-se um item que permitia o afastamento para frequentar cursos de aperfeiçoamento ou especialização. Não havia indicação para licença para mestrado e doutorado.

Somente a portaria n° 1662/97 de 22 de outubro no Art.2 §4 é que estabelece o direito de licença para cursar mestrado de 2 anos e doutorado até 4 anos. Porém, no Art.3 item II a portaria fecha a área em que os servidores devem fazer os seus cursos. Admite-se somente mestrado e doutorado nas áreas da *educação*.

Considera-se que esta determinação da área deva ser revista pela secretaria de educação do município de Belém. Os professores de Educação Física poderiam muito bem optarem por realizar o mestrado e doutorado em áreas afins, com isto se estaria levando em conta a concepção de interdisciplinaridade tão cara ao conhecimento.

Mesmo com estas limitações existem professores de Educação Física do município que já saíram para o mestrado ou doutorado, porém ainda é incipiente o incentivo aos professores por parte da secretaria, dificultando o acesso a informação e motivos que levam o docente procurarem prosseguir sua formação.

A imersão dos docentes pesquisados numa determinada condição de proletariedade, visto a partir de algumas variáveis empíricas, trazem consigo dentre outras uma questão fundamental, o sofrimento no trabalho. E esta angustia, desgosto e estranhamento, leva muitas vezes, ou na maioria delas, ao processo de adoecimento.

Assim, será realizado em seguida um esboço ao processo de adoecimento docente. Porém, ao se trazer para o debate a questão do adoecimento docente, será necessário realizar um apanhado no contexto em que se localiza a saúde no país e no mundo.

O tema saúde docente tem se tornado importante. A partir das particularidades e das generalidades do fenômeno, apoiado na crítica marxista e nas condições de trabalho destes sujeitos é possível compreender como a vida e a saúde destes trabalhadores é afetada.

3. UM BRINDE A SAÚDE! QUANDO A CELEBRAÇÃO VIRA TRAGÉDIA: impressões sobre a saúde docente.

Um dos pressupostos fundamentais de toda existência humana como afirmava Marx e Engels em A ideologia Alemã (1845-46) é o homem estar em condições de poder viver e fazer história.

É justamente a condição de viver, de fazer história, de trabalhar que tem sido difícil para os trabalhadores e em especial para categoria docente nos últimos anos. O ritmo frenético de trabalho, as decepções com a profissão, os salários baixos, os problemas de ordem psicológica dentre outros, são alguns dos principais agravantes segundo se pode observar para a saúde dos professores.

É nesse sentido que este capítulo apresenta inicialmente uma revisão de alguns casos relacionados a saúde docente, mostrando fatores determinantes de agravamento deste fenômeno que se expande a cada dia no ambiente escolar.

Após uma breve revisão sobre as condições de saúde de professores através de algumas pesquisas internacionais e nacionais, será exposto os resultados da investigação de campo sobre os professores de Educação Física da rede municipal de Belém.

Esses resultados são importantes porque passam a mostrar as relações com outras pesquisas e os episódios particulares na vida, no trabalho e na saúde dos professores. E nesse sentido se torna necessário construir a partir dos limites do trabalho e da saúde docente, as possibilidades de enfrentamentos.

3.1 O adoecimento docente: estudos de lá e de cá

É no cenário sobre adoecimento docente que se torna importante destacar uma pesquisa de revisão de 10 teses, 51 dissertações e 4 livros realizada por Leite e Sousa (2007) entre os anos de 1997 a 2006 sobre as condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil.

Nesta investigação foram pesquisados 65 trabalhos onde foi possível identificar em que áreas do conhecimento estavam localizados. Os resultados foram: 19 trabalhos relacionados à área de psicologia, estudos de mal-estar docente, burnout e stress; 15 trabalhos na área de Fonoaudiologia; 11 sobre saúde ocupacional; 06 em organização e

gestão do trabalho e qualidade de vida; 05 em ergonomia; 04 em educação e pedagogia; 02 sobre epidemiologia; 01 de engenharia de produção, saúde pública e psicodinâmica do trabalho. As autoras comentam que nestes estudos não se encontrou uma inter-relação suficiente com outras áreas do conhecimento, como por exemplo, a das Ciências Sociais.

Não foi identificado nenhum trabalho no campo da sociologia nem da antropologia relacionado a este tema. As ênfases se deram mais na área das ciências biológicas. Desperta desta maneira a necessidade de considerar uma análise sociológica de ampliação sobre a condição de saúde dos professores.

Assim, é a partir do entendimento dos nexos e das determinações entre as relações sociais e organizacionais do trabalho e a saúde docente que poderá ser inferidos alguns pressupostos sociológicos, sobretudo no campo da sociologia do trabalho.

Desta maneira, destaca-se na literatura internacional sobre o tema saúde docente, algumas pesquisas importantes como por exemplo na China, onde Yang, Ge, Hu, Chi, Wang (2009) revelam que problemas como ausência de recursos, aumento na sobrecarga de trabalho, pressão do governo e dos pais dos alunos, são elementos que favorecem o adoecimento dos professores chineses.

Os autores ainda comentam que com a implantação de reformas educacionais e a política de filho único adotada pelo governo chinês para diminuir a natalidade na China, os pais dos alunos se tornam mais exigentes para com a educação das crianças, e a competitividade para o ingresso no ensino superior cresce. Desta forma, o stress e outros problemas como hipertensão, dor de cabeça e alterações psicossomáticas são constantes nestes trabalhadores.

Yang, Ge, Hu, Chi, Wang (2009) constataram que na variável gênero, a saúde física e o stress ocupacional das professoras são piores que a dos professores, isso é explicado pelo papel de ensinar que a mulher chinesa tem na sua cultura. Revela que o processo de adoecimento nas mulheres é significativo neste contexto.

Em outra pesquisa realizada na Escócia com 282 professores foi verificado que a maior incidência de doenças ocupacionais são relacionadas com saúde mental e em segundo lugar doenças musculoesqueléticas. Esses dados reforçam a ideia de uma crescente tensão no trabalho de professores nos últimos anos (BROWN, GILMOUR, MACDONALD, 2006).

Já na Alemanha, onde segundo Bauer *et al* (2007) mesmo com investimentos fortes na educação é possível encontrar em uma pesquisa com 949 professores, ameaças de violência, insultos verbais 42%, e problemas de saúde mental 29,8%.

Os professores da Alemanha acumulam ao mesmo tempo uma série de atividades (correção de provas, preparação de aulas, trabalhos extra classes, obrigações administrativas, conselhos de classe, supervisão de alunos, trabalhos extras devido ausência de outros professores etc), esses fatores começam a acarretar problemas de saúde por excesso de atividades nos professores deste país.

Outra pesquisa interessante é a Merrill, Ray, Thibeault (2004) sobre o uso da voz pelos professores nos Estados Unidos. Pesquisados 1243 professores e 1288 não professores através de um questionário, observou-se que mais da metade 57,7% apresentaram distúrbios na voz, enquanto que apenas 28,8% do grupo controle tiveram algum sinal de debilidade na voz.

A mesma pesquisa nos Estados Unidos revelou que os distúrbios da voz aumentavam conforme a idade, alcançando maior destaque para professores entre 50 e 59 anos. Além da idade, as mulheres apresentaram índices maiores 46,3% do que os homens 36,9%, mostrando que no processo de adoecimento docente as mulheres têm sofrido mais.

Um estudo realizado com docentes de uma instituição de ensino superior em Bogotá na Colômbia, confirma que as condições de trabalho destes são marcadas por altas cargas físicas, exigência cognitiva, sobrecarga de atividades extracurriculares, revelando altas doses de exigências intelectuais. Este estudo afirma que a profissão docente pode ter as mesmas correspondências de outras profissões e apresentam riscos muito elevados a saúde (LOZADA, 2005).

A mesma autora oferece resultados como alguns efeitos derivados do uso da voz, outros provenientes da carga física, como problemas osteomusculares¹⁰.

Lozada (2005) diz que no ato de ministrar uma aula, o professor geralmente fica em uma posição bípede, onde para se manter assim são forçados alguns grupos musculares. Essa contração gera certa acumulação de ácido láctico produzindo dor e

¹⁰ Para detalhamento ver BEAR-LEHMAN, J. Afecções Ortopédicas. In: TROMBLY, Catherine; Radomski. **Terapia ocupacional para disfunções físicas**. 5 Ed. São Paulo: editor santos. p.909-925, 2005. Onde as autoras dizem que “Afecções de ortopedia incluem lesões, doenças e deformidades ósseas das articulações e estruturas relacionadas a músculos, tendões, ligamentos e nervos. Essas condições podem ser provocadas por eventos traumáticos, como acidentes com veículos motorizados, recreacionais ou relacionados com o trabalho; por trauma cumulativo ou anomia congênita”.

incômodo. Estes fatores podem levar mais tarde a varizes e edemas nos membros inferiores.

No Brasil se tem estudos, por exemplo, de Brito e Gomes (2006) que avultam em uma pesquisa nas escolas da rede pública do Rio de Janeiro que os fatores institucionais, pedagógicos e burocráticos, causaram consequências para a saúde e para o desempenho dos professores. Alguns destes são: falta de ar, dores de cabeça, problemas físicos e mentais, rinite, problemas relacionados ao sono, dificuldades de alimentação adequada, stress e sintomas de depressão e irritação.

Todos esses efeitos colaboram para entender que a saúde docente está em seus limites e que o estabelecimento que foi investigado pelas autoras é uma possível confirmação do processo de proletariedade dos trabalhadores da rede pública de ensino.

Espírito-Santo e Mourão (2004) num estudo exploratório, realizado com nove professores (três homens e seis mulheres), identificaram que, embora os professores avaliassem sua saúde como boa ou muito boa, alguns apresentavam queixas de dores como (enxaqueca, cólicas, lombalgias, dores nos joelhos etc) ou doenças crônicas, como glaucoma.

Delcor (2003) em outra investigação com 250 professores, predominantemente do sexo feminino em Vitória da Conquista-BA, constatou no trabalho destas mulheres um número alto de queixas relacionadas a postura corporal, além de problemas de saúde mental e de voz (calos nas cordas vocais). Observa-se que no processo de precariedade do trabalho no capitalismo global, as mulheres¹¹ são as mais vitimadas neste processo.

Em se tratando de análise de documentação teve grande importância o trabalho de Gasparini, Barreto, Assunção (2005) realizado em Minas Gerais a partir dos dados da gerência de saúde do servidor e da perícia médica, pois mostraram que existe uma quantidade significativa de afastamento do trabalho por motivos de saúde. A categoria com mais incidência de casos foi a dos professores.

Nos dados da perícia médica foram registrados um número de 4463 para função de professor, representando 84,2%. Em segundo ficou a função de auxiliar de escola com frequência de 438 ficando com 8,3% do total. Em penúltimo ficou a função de diretor com 22 registrando 0,4% e em último com percentagem 0,1% teve o supervisor de alimentação escolar.

¹¹ Existe um importante trabalho de Brito (1999) sob o título: Saúde, Trabalho e Modos sexuais de viver. Demonstra como os efeitos do trabalho atingem a saúde das mulheres.

Nota-se que a diferença no número dos servidores de Minas Gerais foi muito grande, ficando os professores em um patamar elevado no que se refere ao afastamento por motivos de doença.

No que se refere aos professores de Belém, procurou-se entender a partir do relatório de 2008 sobre o levantamento epidemiológico dos servidores da Secretaria Municipal de Educação do Município de Belém- SEMEC, realizado pelo Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador- NAST, alguns dados importantes sobre o adoecimento docente.

Os dados do relatório informam que houve em 2008 um registro de 907 casos de afastamento médico envolvendo os trabalhadores em geral da Educação. Os professores representaram em números absolutos 454 destes afastamentos o que em percentuais significa 50,05% do total de servidores afastados. Os dados são significativos, pois mostram que metade das ocorrências médicas foi com os docentes.

Foi possível verificar também que dos 907 casos de afastamento médico, 691 incidências deveu-se ao sexo feminino. Este número representa todas as trabalhadoras da educação no município; não foi possível neste caso visualizar no relatório dados específicos sobre os cargos das professoras. Porém, é provável que o índice de professoras que pediram afastamento tenha sido alto.

O relatório ainda demonstra que nos anos de 2006 a 2008 a maior incidência de tratamento médico foi por parte de professores (pedagógicos e licenciados). As patologias encontradas com maior frequência foram doenças osteomusculares, doenças referentes a transtornos mentais, túnel do carpo e doenças do aparelho geniturinário.

Esses resultados possibilitaram entender um pouco a dimensão da saúde dos professores do município de Belém e as patologias encontradas que são realmente típicas segundo Lozada (2005) de indivíduos que trabalham em situações desfavoráveis. Assim, os professores se inserem dentre os grupos de trabalhadores com mais riscos para sua saúde. As patologias encontradas no relatório são em certa medida resultado de anos de trabalho no setor da educação.

Segundo o mesmo documento, os trabalhadores da educação de Belém que mais apresentam doenças são aqueles que possuem entre 06 a 10 anos de trabalho. Esses dados do NAST são importantes uma vez que o intervalo de tempo não é grande em termos relativos, principalmente se levar em conta que os docentes têm uma média de 25 e 30 anos de serviço. Isso significa que os professores estão adoecendo mais rápido no exercício de sua profissão.

Essa perspectiva é encontrada também em estudos de Araújo e Carvalho (2009) com professores no Estado da Bahia entre 1996 a 2007. Os autores afirmam que existe grande incidência de problemas relacionados à saúde docente e indicam desgastes precoces que tendem a se tornar mais comuns em professores com pouco tempo de serviço.

Em síntese, os resultados de algumas investigações supracitadas como patologias encontradas em docentes, tais quais, doenças osteomusculares, túnel do carpo, mentais, geniturinário, voz e questões relativas a violência cotidiana nas escolas, levam a pensar que a qualidade de vida dos professores a cada dia é consumida pelas demandas que o trabalho no capitalismo contemporâneo impõe a estes trabalhadores.

É neste cenário - não no sentido de justificção de desigualdade, mas sim de valorização da diferença - que as mulheres professoras, assim como aquelas inseridas no modo fabril de produção, tendem a ter uma jornada mais intensa, levando conseqüentemente à fragilidade de sua saúde.

Portanto, cabe perceber nas relações de trabalho nas quais estão envolvidos os professores de Educação Física, as estratégias desenvolvidas pelo setor público municipal para extrair cada vez mais trabalho destes professores.

3.2 Da formação do professor de Educação Física aos limites de sua saúde

Falar sobre saúde para um profissional que foi e é conhecido como aquele que auxilia na qualidade de vida de outras pessoas não é tarefa fácil. Ainda mais numa época de modismos como o *fitnes*, academias, *personal trainer* etc.

Com o discurso da prática de atividades físicas, e da incorporação da Educação Física pelo capital, que antes tinha na área simplesmente o esporte como principal ferramenta para sua reprodução, ganha hoje um sensível destaque.

Não é objetivo deste trabalho ir as origens da Educação Física porque senão, deveria se remontar toda uma construção do desenvolvimento da história, passando pela Grécia antiga, pelos métodos ginásticos do século XIX com introdução de práticas

ginásticas advindas e copiadas da Europa¹² e também pelos processos de colonização no Brasil.

Irá tão somente buscar o entendimento dos processos de formação profissional que ocorreu no Brasil e as condições de trabalho deste profissional.

A Educação Física, como qualquer outra profissão acompanhou algumas mudanças que foram impulsionadas, dentre outros fatores, pela nova forma de organização do sistema capitalista na primeira quadra do século XX. No campo da educação surge como base teórica para as “novas” práticas educacionais, o movimento da Escola Nova¹³, ficando muito claro a posição dos escolanovistas para a educação.

Nota-se, então, que o movimento escolanovista não apresentava grandes modificações para a educação, pois não se efetivou com tanta rapidez, e nem modificava a educação militarista. Os pensadores da Educação Física, da mesma forma, introduziram teorias liberais para dentro da área, levando elementos como o Estudo do Comportamento Humano para dentro dos cursos de Educação Física, sem, no entanto, apresentar uma análise real do que essas teorias representariam na prática para a Educação Física.

Essa nova formulação pedagógica passou a ocupar 1/8 da carga horária do curso, visando fortalecer a formação do professor e fazer dele um educador.

Mas a “importância” fundamental que a Educação Física (no âmbito escolar) ganha a partir desse momento histórico está relacionada com os desfiles cívicos, com a propaganda da escola na comunidade, com os jogos intra e inter-escolares, ou seja, ela cumpria o papel que a educação liberal instituía : formar o cidadão. (GHIRALDELLI, 2004).

Com o Regime Militar ocorreu a reformulação das diretrizes curriculares para a formação profissional, tendo como base a Reforma Universitária de 1968. A partir dessa

¹² Para compreender melhor a influencia dos métodos ginásticos europeus no Brasil é importante analisar estudos de SOARES, C.L (2007) na obra: *Educação Física: raízes européias e Brasil*. E para se ter um entendimento sobre a História da Educação Física no Brasil o livro de FILHO, L. C (1988): *A Educação Física no Brasil: A história que não se conta*.

¹³ O movimento chamado **Escola Nova** esboçou-se, na década de 1920, no Brasil. O mundo vivia, à época, um momento de crescimento industrial e de expansão urbana e, nesse contexto, um grupo de intelectuais brasileiros sentiu necessidade de preparar o país para acompanhar esse desenvolvimento. A educação era por eles percebida como o elemento-chave para promover a remodelação requerida. Site capturado em 21/10/2008. http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Nova. Para melhor compreensão ver: MENDES, D.T. (1985). Anotações sobre o pensamento educacional no Brasil.

reformulação, tem-se uma clara definição do que a Educação Física se propunha a realizar e quais os conteúdos que ela se utilizaria para intervir na sociedade.

Podemos dizer que estes conteúdos foram divididos em três grandes blocos: conhecimentos biológicos, conhecimentos desportivos e conhecimentos pedagógicos. Nesse sentido os professores passaram a ser formados em cursos de 3 anos de duração.

Ghiraldelli (2004) sintetiza o momento histórico em que a Educação Física viveu somente por medalhas, ressaltando que o desporto de alto nível significava para Educação Física um grande avanço nas áreas da Fisiologia, na Biomecânica e no Treinamento desportivo. A racionalização da técnica na área era a principal ferramenta da suposta neutralidade científica.

A ideologia que predominou nesse período foi a da exacerbação do esporte de rendimento, a política para a formação em Educação Física se volta completamente para esse tipo de intervenção na sociedade, a maneira encontrada pelo Regime Militar para conter as pressões populares e dissimular a exploração e a miséria que os trabalhadores sofriam.

Assim, o Governo forçava, através de acordos políticos, que empresas privadas financiassem (patrocínio) atividades esportivas nos arredores das empresas para os trabalhadores, proporcionando uma melhoria do rendimento nas fábricas e garantindo a submissão dos mesmos frente às políticas impostas pelo Governo, conseguindo com isso conter as pressões dos movimentos de oposição à Ditadura. Castellani Filho (2004, p. 112) exemplifica esse fato através de uma chamada na Revista *Visão* (edição 30 de novembro de 1981), incentivada pela Associação Cristã de Moços- ACM, segue a nota,

Corte o stress e o cansaço do seu pessoal: funcionários bem preparados fisicamente produzem mais e melhor. Vários horários para a prática da natação, Cooper, ginástica, voleibol, basquete, futebol de salão, atividades sociais e culturais, etc... Aproveite as facilidades do convênio com empresas.

Esse tipo de publicidade idealizada nos princípios fordista/taylorista era a marca do processo de dominação do capital mediante o esporte. Por sua vez, a cada ano, o ufanismo pelo esporte e, principalmente, pelo Futebol, muito impulsionado pela Copa do Mundo crescia. O “Patriotismo” que era incentivado pelos meios de comunicação nos períodos de Copa e de Olimpíadas foi fundamental para a garantia e multiplicação surpreendente das políticas de esporte rendimento. Chegando a ponto da construção do projeto Esporte Para Todos (*EPT*).

Castellani Filho (2004) comenta que o desporto de massa que foi apresentado como esporte informal e significativo para a construção da idéia do Esporte Para Todos, era o que a burguesia e os militares precisavam para convencer da idéia do “milagre econômico” aliando a idéia da política para o esporte como uma política social. A fantasia propalada pelo EPT tinha como objetivo mostrar que o então desenvolvimento da economia da década de 70 era correspondente com o desenvolvimento da população, através das atividades de lazer.

A formação, então, em Educação Física estava voltada para o aprimoramento dos exercícios biomecânicos utilizados nos esportes, assim como dos estudos fisiológicos, anatômicos e psicológicos.

Todo esse movimento que ocorreu com a Educação Física principalmente após a segunda guerra serviu como esteio para o grande capital, no ideário de acumulação flexível atuar em três frentes: 1- Na educação para a produtividade; 2- no escamoteamento das contradições sociais via esporte e 3- Na formação do trabalhador (professor) acrítico e obediente as futuras demandas que o capital os impunha.

De fundo o que se tem é a contribuição não crítica do trabalhador produtivista, formado para sustentar a reprodutibilidade do capital. Ocorrendo conseqüentemente no exercício profissional a precariedade no trabalho, por apresentar depois das reformas educacional um intenso processo de reestruturação profissional da área.

Quando se analisa essa formação para dentro do ambiente escolar, é possível perceber que o trabalho pedagógico do professor de Educação Física se faz quase sempre nos moldes e na educação produtivista, objetivando formar trabalhadores fortes e “sadios” para o precário mundo do trabalho, pois a disputa no currículo de projetos antagônicos está quase sempre presentes nas reformas curriculares.

Considera-se que, essas transformações supracitadas e mais recentemente a partir da década de 1980-90 até os dias de hoje como a super valorização do corpo, resultou no ocultamento das condições de saúde deste profissional, sobretudo os que atuam na escola.

Dois estudos significativos em relação às condições de trabalho do professor de Educação Física revelam um pouco este fato.

O primeiro é de Franco (1996) que mostra que os professores de Educação Física têm problemas até de encontrar lugar para se proteger do sol, pois em muitas escolas não se tem quadra coberta, os espaços em algumas situações são verdadeiras terras batidas, sem qualquer possibilidade para ministrar aulas.

O mesmo autor concluiu que de acordo com os diagnósticos dos atestados médicos de professores, as patologias mais correntes foram a do sistema osteomuscular, as lesões e envenenamentos, sendo que houve uma preponderância de doenças do sistema digestivo.

O segundo é a pesquisa realizada com 15 professores de Educação Física da Rede Municipal de Porto Alegre sobre o processo de abandono do trabalho docente. O autor conclui que o sentido de trabalho para estes professores é marcado por enormes sensações de negatividades o que compromete a prática docente destes trabalhadores, e acarretando também problemas de ordem físicas e mentais. (SANTINI, 2004).

A tradução deste fenômeno para o autor foi vista através de sensações de depressão por parte dos professores e de outras patologias, denominando esta situação como Síndrome do Esgotamento Profissional. A mesma síndrome tem como designação Burnout na Classificação Internacional das doenças CID-10.

Assim, estes dois estudos são centrais para se compreender que o processo de adoecimento em professores de Educação Física é existente no Brasil e a necessidade de investigações torna-se fundamental.

3.3 A saúde dos professores de Educação Física do Município de Belém.

Este tópico caracteriza-se por apresentar os resultados empíricos da pesquisa de campo realizada de junho a setembro de 2009 com os professores de Educação Física do Município de Belém. As variáveis significativas se relacionam com o cotidiano dos docentes e seus principais problemas de saúde.

Em primeiro lugar cabe ressaltar que no questionário foi aplicado dos 22 professores e destes 11 eram do sexo masculino e 11 do feminino. Foram também entrevistadas 2 professoras e a decisão de entrevistá-las deveu-se em perceber que tanto na literatura do tema quanto na realidade das escolas pesquisadas, as mulheres se destacavam em questões de enfermidades. As entrevistas possibilitaram o aprofundamento de algumas questões consideradas relevantes para o entendimento de nossa problemática.

Com relação a variável acidentes de trabalho se observou que 50% dos professores informaram já terem sofrido algum tipo de acidente de trabalho e destes 27% eram professores do sexo feminino.

Na tabela 12 é apresentado o tipo de acidente que mais afetam os professores. Nela pode-se observar que 72,3% dos acidentes são de natureza ortopédico. Destaca-se quedas e fraturas de tornozelo, e estes ocorrem, sobretudo, quando os docentes estão desenvolvendo suas atividades profissionais. As quedas são a expressão do sucateamento do sistema de educação municipal, pois a maioria das quadras ficam molhadas, já que não são cobertas, apresentando um grande risco para os professores e para os alunos. A figura 12 ilustra graficamente os dados comentados.

Tabela 12: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Tipo de Acidente de Trabalho Sofrido.

Tipo de Acidente de Trabalho	Quantidade	Percentual
Ortopédico	8	72,73
Pérfuro-Cortante	1	9,09
Arma de Fogo	1	9,09
Outros	1	9,09
Total Geral	11	100,00

Fonte: Pesquisa amostral realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.

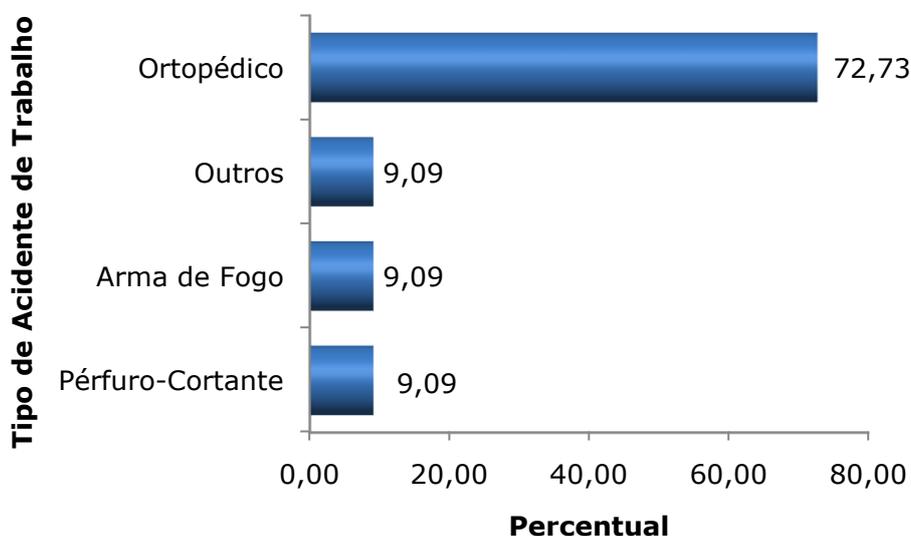


Figura 12: Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Tipo de Acidente de Trabalho Sofrido.

Dentre as sequelas que ficaram a partir dos acidentes relatados foi possível destacar cicatrizes e nódulos em alguma parte do corpo, perda parcial da visão (desligamento da retina), obrigando um professor que participou da pesquisa realizar

três cirurgias. Também, outras consequências foram destacadas como dores constantes na coluna vertebral e na cabeça.

Considerando que uma das variáveis centrais neste trabalho é a questão das doenças ocupacionais. Na tabela 13 é possível observar dados relativos a existência de enfermidades nos professores, mais da metade deles informaram que já sofrem de algum tipo de doenças advindas do trabalho, e isso representa 68,18%. Na figura 13 pode-se observar graficamente esta informação.

Tabela 13: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por se Já Sofreu Alguma Doença Ocupacional.

Sofreu Doença Ocupacional	Quantidade	Percentual
Sim	15	68,18
Não	7	31,82
Total Geral	22	100,00

Fonte: Pesquisa amostral realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.

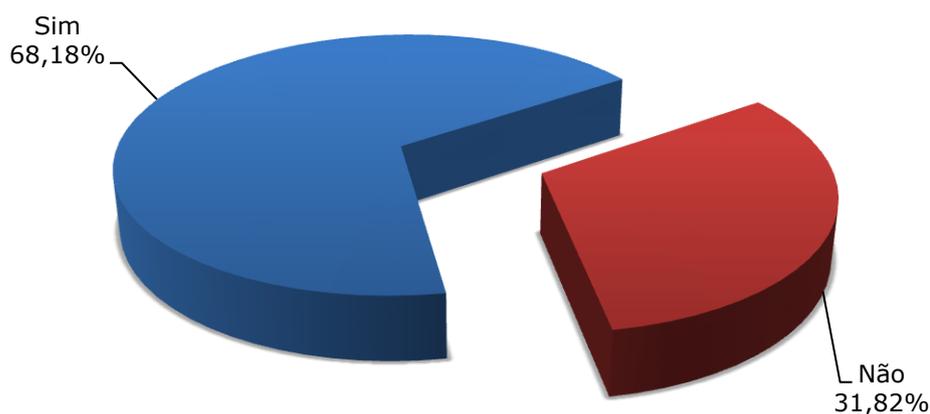


Figura 13: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por se Já Sofreu Alguma Doença Ocupacional.

Oito dos quinze professores que responderam que tinham alguma doença ocupacional eram mulheres. Mesmo tendo pouca diferença quando comparado aos homens considera-se este resultado como um elemento significativo para se entender o processo de adoecimento que ocorre em mulheres professoras.

Na Tabela 14 é demonstrado o tipo de doença ocupacional presente. Os problemas relacionados com a fonoaudiologia foram os mais frequentes com 07 ocorrências, representando 46,67%. Das sete incidências relacionadas a fonoaudiologia,

todas são problemas com a voz e dos 7 profissionais que informaram esta patologia 06 eram mulheres. A figura 14 mostra graficamente.

Tabela 14: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Tipo da Doença Ocupacional.

Tipo da Doença Ocupacional	Quantidade	Percentual
Fonoaudiológico	7	46,67
Outros	3	20,00
Neuromusculoesquelético	2	13,33
Doença Mental	2	13,33
Ortopédico	1	6,67
Total Geral	15	100,00

Fonte: Pesquisa amostral realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.

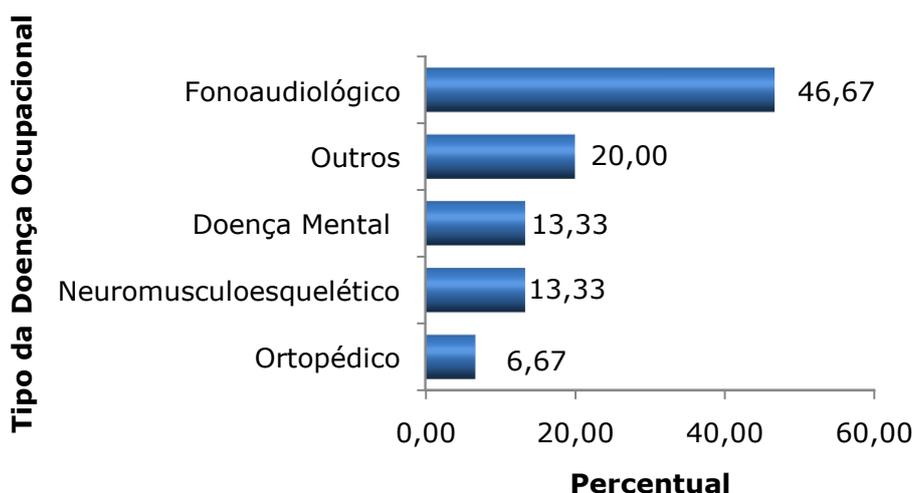


Figura 14: Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Tipo da Doença Ocupacional.

Sobre a patologia que mais está presente entre os professores cabe contextualizar os fatores de risco.

Segundo Gonçalves, Pentead, Silveiro (2005) no período de 1960 no país, a categoria dos docentes e sua voz não eram percebidos no contexto das suas atividades.

Grande parte das ações dos fonoaudiólogos se direcionava para os riscos da saúde vocal e enfatizavam como culpa os determinantes individuais, como por exemplo, a indevida utilização da voz pelos professores, assim como os seus estilos de vida. O

pressuposto fundamental era de que o professor não conhecia os assuntos desta área, logo precisaria de auxílio de um profissional. A intervenção pautava-se em um caráter meramente informativo a respeito do uso ideal da voz (GONÇALVES, PENTEADO, SILVERIO, 2005).

Penteado (2007) explica que quando se trata de investigar tipologias de doenças relacionadas ao trabalho, como os problemas na voz, necessariamente deve-se procurar direções metodológicas que evidenciem os diversos sentidos no trabalho. Cabe apreender o fenômeno estudado a partir das impressões dos sujeitos entrevistados para conseguir observar os motivos reais de seu cotidiano no trabalho e ainda, que possibilite um plano de ação a partir de objetivos em conflito.

A área da fonoaudiologia e a intervenção no serviço de assistência ao trabalhador necessitam melhorar sua análise quando se trata de patologias relacionadas aos professores, especialmente quando se trata da voz (GONÇALVES, PENTEADO, SILVERIO, 2005).

O problema da voz não pode ser analisado apenas pelo esforço em excesso, deve-se, sobretudo entender outros fatores que modificam a rotina dos docentes. No caso dos professores de Educação Física de Belém que trabalham muitas vezes em quadras descobertas, a incidência de sol e chuva favorecem os desequilíbrios na fala.

O processo de trabalho relaciona-se com a dinâmica que é dada ao professor no exercício de sua profissão. Alguns fatores sem dúvida alteram a dinâmica da voz dos docentes como a relação que os mesmos têm com os estudantes, destacando a atenção que deve ser dada. O envolvimento do professor em questões da escola, como participação em reuniões com pais e conselho de classe. A estrutura consolidada dos horários a serem cumpridos, pois é interessante perceber que alguns professores ainda trabalham no município no período denominado de “intermediário”, o qual começa às 11hs da manhã e termina às 14hs ou 15hs dependendo das escolas.

Se levar em conta as condições climáticas da região Norte há de se concluir que o horário intermediário é absolutamente incompatível para o desempenho das atividades características da docência dos professores de Educação Física.

Assim sendo, o ambiente de trabalho é caracterizado pelas condições estruturais onde o professor se insere para ministrar as aulas. Os espaços internos da escola e sua localização na cidade podem ser fatores de interferência no uso da voz. Um ambiente arejado, uma sala com boa acústica poupa naturalmente a voz dos professores, por isso cabe uma reflexão sobre o uso da voz no sentido de entender que apenas técnicas ou

auxílio de um profissional não é suficiente para resolver esse grave problema que afeta quase a metade dos professores de Educação Física que foram entrevistados.

A voz não se caracteriza apenas como emissão de som, ou vibrações e frequências propaladas, mas também como *modos* de expressar a subjetividade do sujeito, formas de entender o mundo, maneiras de interagir com o outro, além de ser um dos instrumentos fundamentais que o professor possui para formação de alunos críticos e transformadores diante da realidade do capital.

Por isso, a voz não pode ser entendida como instrumento mecânico, mas sim como instrumento dinâmico que permite o professor manifestar suas ações e reações no cotidiano de trabalho, além de ser aparelho de expressão de suas limitações na saúde.

Os diagnósticos dados pelos profissionais da voz para os professores devem ser facilitados, tendo em vista não apenas o professor dentro do ambiente escolar, mas também entender que existe uma vida para além dos muros da escola, onde o professor estabelece relações sociais.

O trato com o conhecimento relacionado a voz, principalmente a dos professores, poderia ser mais centrado na vida, no cotidiano, na realidade dos docentes e não apenas um conhecimento técnico (ainda que seja importante e necessário) que trate o problema objetivando um resultado imediato, tendo o professor como um indivíduo incapaz de fazer uso adequado da voz.

Assim, além da questão da voz existem outros problemas que também são importantes de se destacar neste trabalho, trata-se dos problemas de ordem psicológicas.

Sobre as questões mentais, cabe ressaltar a entrevista com a professora Andressa (nome fictício) onde se observou um episódio interessante a este respeito.

(...) Teve uma professora lá, que a gente percebeu que ela já estava com alguns problemas, na casa dela, ela surtou de repente, até hoje ela não voltou mais para escola, síndrome do pânico, essas coisas. Ela tentou fazer o tratamento, mas não sei, pois no Estado é mais difícil, porque a rede é maior de professores e de funcionários.

A professora Andressa fez um relato sobre uma professora que conheceu na rede estadual com transtorno do pânico. Este exemplo mostra que estes problemas existem entre os professores tanto do município quanto aos que trabalham na rede estadual.

Um dos exemplos é o denominado de Transtorno do Pânico-TP citado como um caso na rede estadual que se caracteriza por situações de ansiedade, sintomas físicos e de afetos, pois se trata de um agravante crônico que atinge 3,5% da população em geral

no percurso da vida. Os mais afetados são as mulheres e pessoas entre 30 e 40 anos (BLAYA; MANFRO, 2006).

Não foi possível realizar entrevista com um professor de Educação Física que estava com sintomas do transtorno do pânico (TP) já diagnosticado pela perícia médica do município. Tentou-se entrar em contato várias vezes, porém mesmo afastado do cargo, sua recusa indireta foi decisiva para não se concretizar a entrevista.

Desta forma, mesmo esta pesquisa não tendo a intenção de se investigar a fundo as questões das doenças mentais, um fator que chama atenção é a existência da síndrome de Burnout em trabalhadores da educação. Em busca de entender o adoecimento docente, percebeu-se que este tema está presente em pesquisas relacionadas a professores.

Somente na base de dados do Scientific Electronic Library Online- SCIELO existem 132 artigos científicos sobre o tema sendo que a maior parte deles estão localizados na área das ciências da saúde. É evidente que nem todos os trabalhos referem-se a professores, porém, atualmente este tema vem se destacando enquanto problemática significativa no campo da educação e sem dúvida é uma temática que careceria de pesquisa no âmbito da educação em Belém.

A síndrome de Burnout foi cunhada como termo por Maslach e Jackson (1981) onde se constituiu três características que expressam essa síndrome e que a maioria dos trabalhos científicos como, por exemplo, CARLOTTO e PALAZZO (2006), LEVY E NUNES SOBRINHO (2009) analisam quando fazem comparações com determinadas pesquisas empíricas em profissões. As características são: 1) Exaustão emocional; 2) Despersonalização e 3) Diminuição da realização pessoal.

Carlotto e Palazzo (2006) em pesquisa realizada com 190 professores de escolas particulares de Porto Alegre adotaram o mesmo modelo de Maslach e Jackson das três características associadas a síndrome de Burnout.

No que concerne a exaustão emocional as características mais presentes são a ausência de entusiasmo e a frustração e tensão no processo de trabalho. Nos resultados de Carlotto e Palazzo (2006) foi perceptível as falas dos professores que exprimiam decepção e esgotamento com o trabalho, impaciência de trabalhar com outras pessoas e limites para o exercício da profissão.

Sobre a despersonalização, sabe-se que está relacionado com o distanciamento do trabalhador com o seu próximo. No caso dos professores existe uma certa indiferença com os colegas de trabalho. Os relatos encontrados na mesma pesquisa

estavam relacionados a sentimentos de impessoalidade, preocupação e medo de que o trabalho estaria afastando um dos outros na escola.

A diminuição de realização pessoal é vista como uma avaliação negativa do trabalhador, transformando-se em pessoa infeliz e não satisfeita com seu trabalho, com isso seu sentimento de competência tende a diminuir drasticamente, fazendo com que este sujeito se afaste das pessoas (CARLOTTO E PALAZZO, 2006).

Mesmo não sistematizadas foi perceptível nas entrevistas com alguns professores de Educação Física do Município de Belém, fatores que se aproximam com características da síndrome de Burnout, como desânimo para o exercício profissional, relatos sobre esgotamento no trabalho e manifestações de despersonalização, ou seja, do afastamento afetivo para com outros colegas de trabalho e para com os alunos.

Isso vem afirmar que as características ou sintomas da síndrome de Burnout podem ter algumas correspondências com a situação de saúde dos professores de Educação Física do Município de Belém.

Os problemas de caráter psicológicos inseridos no contexto das doenças ocupacionais só são diagnosticados mediante a disponibilidade do professor realizar determinadas consultas para verificar seu estado de saúde.

E foi no intuito de perceber essas questões que se obteve os seguintes resultados que expressam a regularidade que tinham os professores em irem ao médico: 45,45% dos professores disseram que a última vez que foram ao médico foi há 01 mês.

Tabela15 : Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Agosto de 2009, por Última Vez que Foi ao Médico.

Última vez que Foi ao Médico	Quantidade	Percentual
Há Uma Semana	5	22,73
Há Um Mês	10	45,45
Há Seis Meses	6	27,27
Mais de Seis Meses	1	4,55
Total Geral	22	100,00

Fonte: Pesquisa amostral realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.

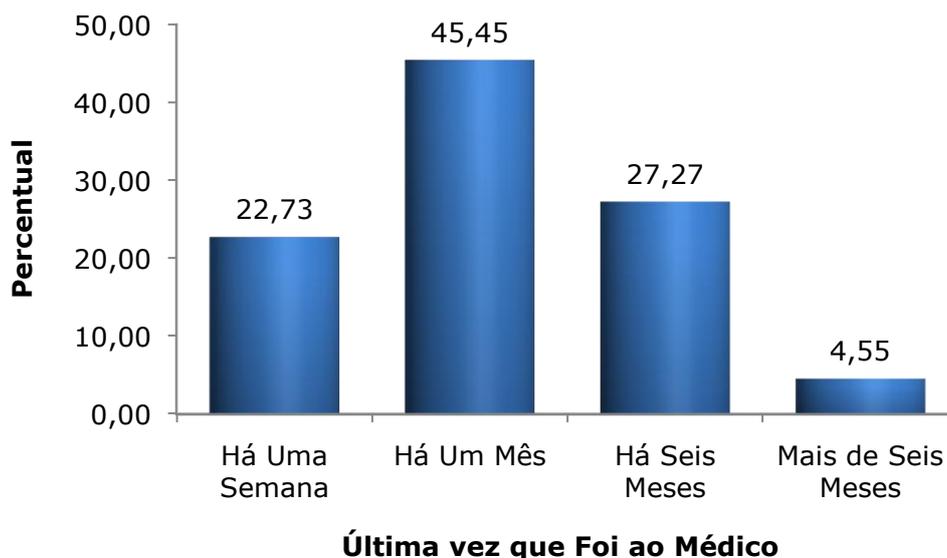


Figura 15: Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês Junho a Setembro de 2009, por Última Vez que Foi ao Médico.

Isso demonstra a periodicidade das idas dos professores para se consultar. Em entrevista com a professora Andressa a regularidade com que realizava as consultas médicas se expressou em:

(...) em 2009 foi muito freqüente, eu faltei muito na escola, por mês eu faltei uma média de 8 a 10 vezes com atestado médico né, eu também entendo que a gente tem a permanência da sala de aula com aluno, eu entendo que durante as HPs (Hora Pedagógicas) eu tento rever essas aulas. Olha, eu estou indo no otorrino, ortopedista e neurocirurgião, porque você precisa ter um acompanhamento do neurologista, pra que ele possa te dizer a medicação, a atividade e se o teu caso é cirúrgico sim ou não, meu caso não é cirúrgico, é tratado, como o pessoal de Educação Física já sabe, é fisioterapia e você precisa fazer o tratamento no meio líquido para fortificar a musculatura, os paravertebrais, você precisa ir para o meio líquido e fortalecer na musculação (...).

Sobre o mesmo assunto a professora Beth (nome fictício) comenta:

(...) Eu estou indo sempre, de 15 e 15 dias. Psicólogo e psiquiatra e fiz vários exames, ginecológico, acupunturista por sugestão dela, ela pediu os exames hormonais, porque ela explicou que com a idade vêm também esses problemas, e também pode interferir, eu disse pra ela: tomara que seja só hormonal, que tem como resolver, a questão mental é mais complicada (...).

Nesse sentido, mesmo identificando que a maioria dos professores entrevistados foi ao médico há pelo menos um mês da entrevista e que relatos das professoras mostram interesse pela assistência, a investigação constatou também que uma parte dos professores não está satisfeita com o serviço de saúde oferecido pelo município e por isso, muitas vezes adquirem serviços de assistência particular.

A Tabela 16 apresenta os dados referentes ao tipo de plano de saúde que tem os professores. Nela, identifica-se que somente 36,36% dos professores têm o plano de saúde oferecido pelo município. A figura 16 demonstra esses dados graficamente.

Tabela 16: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Tipo de Plano de Saúde.

Tipo da Doença Ocupacional	Quantidade	Percentual
Particular e do Serviço Público	11	50,00
Apenas do Serviço Público	8	36,36
Apenas Particular	3	13,64
Total Geral	22	100,00

Fonte: Pesquisa amostral realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.

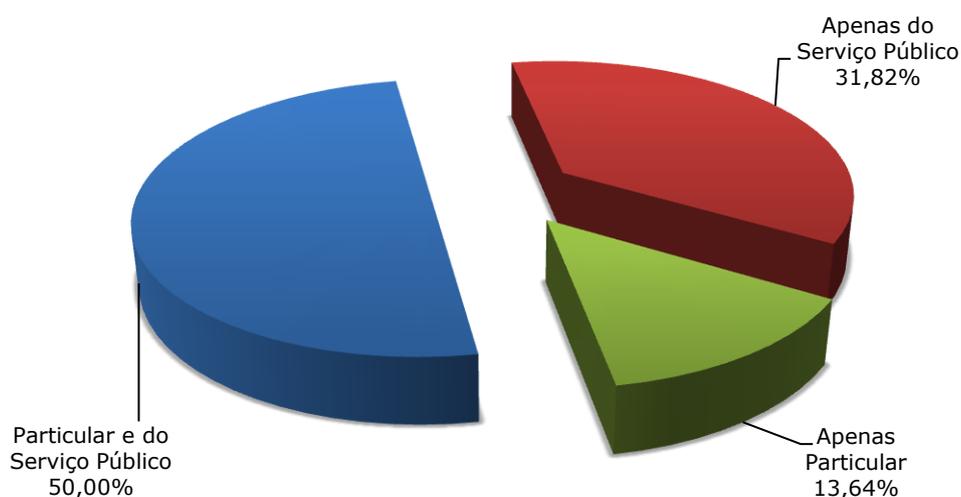


Figura 16: Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Tipo de Plano de Saúde.

Essa foi outra variável que possibilitou entender a essência dos hábitos dos professores em cuidar de sua saúde, procurando destacar suas idas ao médico e mecanismos de proteção a saúde além do grau de satisfação.

Em se tratando da estrutura da saúde no Brasil, a existência do Sistema Único de Saúde, criado a partir da constituição de 1988, através de intensas lutas dos movimentos

sociais fez com que houvesse certa abertura que dava direito a saúde para alguns trabalhadores, pois antes disso, só tinha acesso a saúde pública e gratuita aqueles que trabalhavam com carteira assinada.

Neste bojo cabe uma reflexão central: como um sistema de saúde é Único e ao mesmo tempo permite a existência paralela de sistemas complementares, como por exemplo, os planos de saúde? Sabe-se que com essa abertura foi possível observar uma intensificação da precariedade da saúde pública em todo país.

No que toca ao financiamento da saúde, a OMS - Organização Mundial da Saúde estipula que os investimentos na área sejam de no mínimo 6% do PIB – Produto Interno Bruto. Os dados do ministério da saúde revelam que o Brasil gastou em 2007 apenas 3,34% do PIB.

O problema da saúde no Brasil é sobretudo, um fator de impedimento concreto de qualidade de vida dos brasileiros e de grande parte do mundo. É nesse contexto que além de ser descontado mensalmente nos contra-cheques dos professores um certo percentual de seus salários, são influenciados a partir da precarização do serviço público a adquirirem serviços de saúde privado. E isso não é um fenômeno restrito aos professores, mas abrange uma parte da população brasileira.

No caso dos professores de Educação Física entrevistados 84,21% não estão satisfeitos com o plano de saúde ofertado pelo município. A Tabela 17 apresenta os dados e a figura 17 mostra os resultados graficamente.

Tabela 17: Quantidade e Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por se Tem Satisfação com o Plano de Saúde.

Satisfação	Quantidade	Percentual
Sim	3	15,79
Não	16	84,21
Total Geral	19	100,00

Fonte: Pesquisa amostral realizada no mês de Junho a Setembro de 2009.

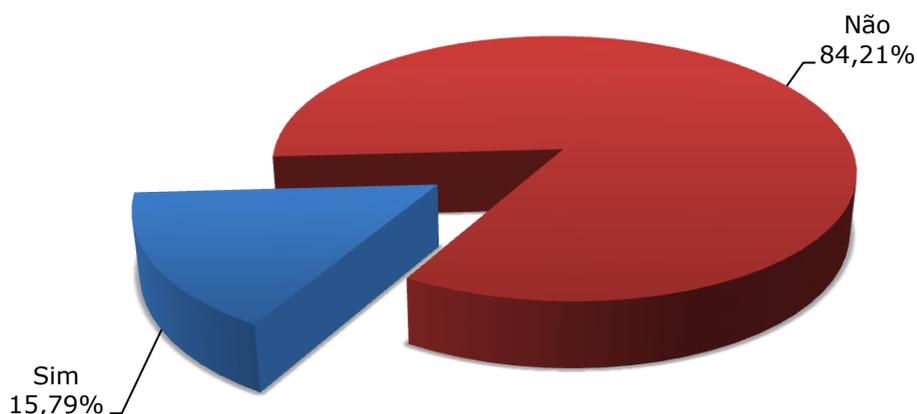


Figura 17: Percentual de Professores da Rede Pública Entrevistado no Mês de Junho a Setembro de 2009, por Satisfação com o Plano de Saúde.

Algumas reclamações dos professores referem-se à dificuldade de marcar consultas, organização do plano de assistência ao servidor e não funcionamento regular do número de telefone disponibilizado para consulta.

Para conferir alguns destes fatores mencionados, realizou-se em caráter de pesquisa, uma visita ao hospital que presta assistência aos servidores para marcar uma consulta para um dos professores. A orientação dada pelo mesmo era de que o melhor horário de chegada para marcação seria às 05h30min da manhã e para pegar a senha até às 06h30min. Ao se chegar ao hospital às 06h00min já havia pelo menos 150 pessoas esperando com a senha para ser atendidos.

A experiência em agendar a consulta revelou alguns problemas que se confirmavam na fala dos professores, os exemplos são: o de marcação de consulta, pois de 10 em 10 minutos o atendente avisava para o público que às 07h00min não havia mais disponibilidade de marcação de consulta para o dia e para determinado médico. E em cada aviso foi possível visualizar que pelo menos 04 pessoas se retiravam e desistiam de marcar a consulta de um universo de 250 pessoas na espera para marcação de consulta. Os avisos foram vários e as desistências também.

Outra coisa notada foi à ausência de organização da administração em coordenar as pessoas para os seus objetivos na hora da marcação. Muitas dúvidas não esclarecidas faziam os servidores se alterarem com os atendentes, além da expressão de insatisfação constante de alguns servidores.

Mesmo com ambiente bem arejado e cadeiras para as pessoas sentarem, o que ficou mais evidente foi ver que para se realizar uma consulta é preciso ir bem cedo, pois caso contrário pode-se não ter sucesso. Algumas frases de servidores insatisfeitos foram captadas como, por exemplo: “*Eu só conseguiria marcar se eu dormisse aqui no IPAMB*”, e “*toda vez é isso!*”. Essas frases representam o quanto é limitado o número de senhas para cada especialidade e como os servidores são prejudicados.

A faixa etária mais visualizada foram pessoas idosas que esperavam em uma fila especial, porém mesmo com um atendimento específico para essa faixa etária, encontrou-se ausência de organização e número de funcionários limitados para o atendimento.

Conclui-se que o plano dos servidores de assistência a saúde tem limitações no que se refere:

a) ao tempo médio para se efetuar uma consulta no IPAMB sendo de 02 duas horas, onde é preciso chegar no limite máximo de 06h30mn da manhã, podendo não ser atendido caso ultrapasse o horário.

b) Falta de informação para os usuários quanto à possibilidade de realizar a consulta, pois foi verificado em muitos momentos que só era informado que não tinha médico depois de se iniciar em pelo menos 01 uma hora e 30mn o atendimento, ocasionando insatisfação e desistência de alguns usuários.

c) Deficiência da administração em organizar os pacientes e distribuição de senhas, além de criação de filas para consulta imediata com médicos disponíveis no momento, porém sem nenhum critério de escolha para os servidores.

Com as informações dadas pelos professores de Educação Física a respeito da insatisfação para com o plano de saúde é possível afirmar que o resultado condiz com as dados dos docentes quanto às limitações no atendimento do IPAMB. O descontentamento dos docentes com o serviço de assistência a saúde pode ser um dos motivos para se ter um número expressivo de professores com planos de saúde particulares.

Cabe indagar até que ponto os problemas enfrentados pelos professores no que se refere à assistência a saúde são fortes para que o mesmo cuide de si, ou mais, se as dificuldades ou restrições em concluir um tratamento interferem em sua satisfação com sua vida, seu cotidiano e seu trabalho.

Entende-se que estes problemas são fortes indícios para que a adesão a outros planos de saúde sejam reais e que o atendimento e organização do IPAMB favorece a insatisfação dos professores com a assistência médica oferecida pela prefeitura.

3.3.1 Possibilidades coletivas no cuidado com a saúde

Existiu também uma preocupação em saber quais eram as mobilizações coletivas na esfera da escola entre os professores para se discutir saúde. As duas professoras entrevistadas responderam que inexistiam espaços para discussão sobre saúde no ambiente escolar.

A professora Andressa responde sobre a necessidade de tais espaços de integração e diálogo:

(...) seria muito produtivo e até esclarecedor porque tem pessoas que não tem algum esclarecimento assim a cerca do que faz, e o que pode trazer como problema de saúde, como é o caso de algumas merendeiras, mas assim uma coisa mais técnica, olha se você pegar esse objeto com força de forma incorreta vai te acarretar esses problemas, que a maioria tem, é muito comum e é notório, principalmente nas mulheres porque já engravidaram, já pariram, e você sabe que faz força os paravertebrais, força uma lordose, então a maioria das mulheres que eu vi nas escolas eu observo essa questão, seria interessante organizar um representante ou vários representantes de cada turno para ter essa conversa, ai verificaria um dia, mas isso tem que passar por todo um sistema maior, passar pela secretaria, a secretaria enviaria para os diretores, fazendo com cada representante de cada turno, ai tem que ser uma coisa maior, conversada, organizada, e colocada no papel e que funcione (...).

O depoimento traz consigo uma ampla possibilidade reflexiva sobre as buscas por uma vida mais saudável no trabalho vivido pelos docentes em geral e especificamente os de Educação Física. O esclarecimento, a informação e o levantamento dos casos de fragilidades em coletividade num primeiro momento podem ser a condição primária para ações mais eficazes do ponto de vista das reivindicações que os próprios professores fazem sobre seu trabalho e sua saúde.

A organização coletiva para a criação de uma roda de conversa para discutir saúde no âmbito escolar e o movimento de institucionalizar esse espaço será um ponto de apoio e de legitimação das reivindicações dos professores.

A professora Rosa comenta que além da necessidade de haver momentos para discussão dos problemas relacionados a saúde seria interessante mecanismos que fizessem os professores se movimentarem no sentido do exercício ser um instrumento de aproximação e de sociabilidade para se conceber a própria saúde.

(...) deveria existir um momento para os professores discutirem essa questão não é? Eu já tive assim uma idéia. Então eu falei com ela (diretora), que eu ia fazer esse projeto tipo como tem a ginástica laboral nas empresas, na escola, eu tava pensando assim, ou os professores chegassem antes, ou alunos chegassem um pouco depois, do horário, no caso 7:30 no caso eles chegarem 7 horas, ficaria assim tipo uma meia hora, pra gente está reunindo, pra fazer uma ginástica, um alongamento, um relaxamento (...).

Percebe-se que o processo de aproximação entre os trabalhadores da educação na escola quer sejam professores ou técnicos administrativos são muito debilitados, pois cada sujeito se fixa no cumprimento de suas atividades. É verdade que as relações sociais são presentes entre aqueles que trabalham no mesmo setor, por exemplo, os funcionários que trabalham na limpeza, ou na copa, ou na secretaria, ou entre os próprios professores.

Quando se realizou a pesquisa de campo com os professores foi possível observar que uma parte dos professores não possuía vínculos mais fortes com outros funcionários da escola, dando a impressão que suas relações eram apenas técnico-profissional.

Assim, as formas de ações necessárias e forjadas para se criar mecanismos de percepção da saúde pelos professores surgem em meio a uma contradição latente nos dias atuais e que se expressa nos fracos vínculos construídos na sociedade contemporânea, pode-se citar os estudos de Bauman (2004) sobre as fragilidades dos laços humanos onde o mesmo as caracteriza e as localiza na chamada modernidade líquida.

É preciso salientar que a denomina de modernidade líquida de Baumam (2004) nada mais é do que as modificações essenciais da lógica sócio-metabólica do capital em tempos de crise. As mudanças nas relações de produção e reprodução da vida no modo de produção hodierno, marcadamente alteram as formas de sociabilidade da própria sociedade. Com isso, modifica a estrutura psicogenética da consciência coletiva.

Simmel (2005) analisando a vida nas cidades ainda no início do século XX na Europa, mais precisamente na Alemanha já atestava os prejuízos das formas de

sociabilidade na então modernidade, pois a técnica da vida já alcançara as estruturas individuais dos homens da cidade. O autor chega a comentar que os fundamentos psicológicos que se constituem as personalidades dos sujeitos da cidade é a intensificação da vida nervosa.

As formas de ver a si e ao outro têm dificultado as possibilidades de adesão ou criações de propostas que venham na direção de uma emancipação dos sujeitos em relação ao trabalho e a saúde.

Sabe-se que mesmo com alguns processos de reestruturações do capital como a captura da subjetividade do trabalhador, Alves (2007), pondo em risco formas de mobilização e ações coletivas, torna-se necessário pensar maneiras de participação e engajamento político e social no ambiente de trabalho, de maneira que haja participação ativa dos sujeitos nos espaços de trabalho.

É necessária a identificação dos problemas que afligem uma parcela significativa da sociedade, por exemplo, os professores de forma geral. As constatações revelam que a precariedade do trabalho destes profissionais traz consigo graves consequências para sua saúde.

Por isso, além das reivindicações necessárias por políticas públicas como é naturalmente e demasiadamente descritos em vários trabalhos neste campo, deve-se atentar para a construção de ações coletivas que surjam da base das relações sociais entre os sujeitos históricos e que sejam organizadas por instrumentos de luta construídos na defesa da classe trabalhadora como, por exemplo, os sindicatos e partidos políticos que tenham essa questão como importante nas suas bandeiras de luta, assim como no programa.

Não há ação mais eficaz por parte dos organismos de luta do que o próprio trabalhador tomar consciência da necessidade de lutar pela sua própria saúde. Para isso são condições primárias todas as formas de intervenção ou iniciativas individuais e coletivas que se possa ter em um país marcado pelas contradições sociais e pelo descaso com a educação pública.

A luta pela saúde no cotidiano dos professores requer também sua construção e formação militante permanente para que com isso as formas de enfrentamento no trabalho e as ações coletivas possam ser reais na vida sujeitos.

3.4 Portfólio fotográfico: cenas do cotidiano docente

As imagens em tela são resultados da experiência de campo e principalmente de conversas com os professores colaboradores. O registro fotográfico teve a total permissão dos participantes com as devidas autorizações e termos de consentimento para o uso da imagem.

A idéia de se apresentar estas fotografias nasceu de uma necessidade de ilustrar ainda que de maneira introdutória, algumas situações que marcaram esta pesquisa e que ficaram na nossa memória.

A foto abaixo ilustra a situação de uma professora com os pés enfaixados “pé-de-professor/a” durante uma conversa sobre sua saúde. Os pés representam a base de apoio de todo o corpo humano, quando este não se encontra em boas condições, o corpo padece e as dores chegam.

FIGURA 18 – Pés-de-professor (a)



A professora em questão compra quase todos os dias panos para colocar em seus pés. Tornou-se uma rotina essa prática e no momento da entrevista, sua atitude de tirar os sapatos para mostrar os pés foi quase naturalmente. A captura da imagem representa a cena de um sofrimento diário de uma trabalhadora. São realidades como esta que às vezes são ocultadas revelando o drama de quem se dispõe a trabalhar nas escolas públicas do Brasil.

As imagens abaixo contam a história de outra professora. Trata-se de uma situação de assalto a caminho da escola. A foto denominada de “Marcas do Projétil” relembra o episódio narrado por ela no dia da agressão.

FIGURA 19- Marcas de projétil



Os sinais de violência não são apenas explícitos no seu corpo, mas também em sua lembrança. A violência em qualquer nível compromete geralmente a saúde. As marcas são levadas pelo resto da vida e jamais serão apagadas da consciência de quem a sofre.

Não é novidade que atualmente cresce o número de professores vítimas de violência nas escolas públicas do país. A escola como *locus* do aprender, de trocas de experiências entre professores e alunos é transformada em espaço estranho para convivência e muitas vezes essa transformação ocorre em detrimento do abandono e de ausência de políticas eficazes.

As marcas indevidamente herdadas pela violência são um subproduto das relações objetivas e subjetivas do modelo societal vigente na humanidade. As cicatrizes são como selos anexados na pele de forma definitiva e passam a moldar e modificar a estrutura primária de uma dada região do corpo afetado.

É pouco provável que um proletário que trabalha em condições onde sua saúde está em risco não adquira alguma destas marcas do capital.

FIGURA 20- Depressão.



A outra imagem cedida e autorizada pelo professor expõe seu cotidiano de trabalho. Nela é possível identificar alguns aspectos quanto aos limites de ser professor

de Educação Física. As quadras descobertas são geralmente um fator para não se conseguir ministrar aulas. As fortes incidências de raios provenientes do sol acabam provocando doenças de pele e casos de câncer.

Os perigos não estão somente ao alcance dos professores. Os alunos também sofrem com a precariedade dos espaços de lazer dentro das escolas. Muitos estudantes realizam as aulas de Educação Física sem camisas, sem sandálias, sem proteção alguma, pois são desassistidos pelas políticas do Estado capitalista. Assim, as ocorrências de problemas na saúde dos alunos como, por exemplo, manchas na pele e coceiras estão presentes no cotidiano destes. E os professores diariamente têm que lidar com essas questões nas escolas de Belém, em especial as escolas municipais.

FIGURA 21- Quotidiano das aulas de Educação Física.



É nesse sentido que captar estas imagens não são apenas um produto secundário desta pesquisa, mas sim um objeto de reflexão imprescindível tanto para mostrar ao poder público burguês que seu projeto de educação não funciona, ao contrário, vai na

contra mão do desenvolvimento do homem e ratifica a concepção mais cara e contraditória do trabalho, a de um instrumento de sofrimento.

O contato com os entrevistados possibilitou escutá-los e tentar entendê-los, sobretudo quando se tratou das suas jornadas de trabalho e de suas condições de saúde. Foi unanime a disposição positiva dos professores em realizar as fotografias, pois para todos os três professores que permitiram a publicação de suas imagens neste trabalho, significou segundo eles, uma forma de expressar o quanto a vida e saúde estão em constantes riscos quando os mesmos exercem suas atividades docentes nas escolas públicas do município de Belém e o quanto seus silêncios gritam em voz alta.

CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo compreender as condições de trabalho e saúde dos professores de Educação Física do município de Belém. Foi um desafio realizar este estudo sobre o fenômeno do trabalho e saúde dos docentes, pois foi realizado na região norte do país, marcada pelas contradições sociais e pelo descaso com a educação, valorização dos professores e dignidade humana. Os fenômenos sociais que se expressam no âmbito local numa dada realidade da periferia do capitalismo é sem dúvida a matéria prima de uma análise cujas incursões levam necessariamente a possibilidades de rupturas essenciais em níveis globais de maior proporção.

Este estudo teve seu direcionamento e sua objetividade em servir de instrumento de contribuição para outras investigações que possam surgir nesta área, assim como possibilitar através dos dados e reflexões levantadas, enfrentamentos no cotidiano da vida dos professores no intuito de subsídio para luta de classes.

Também teve como perspectiva de análise para compreensão das contradições entre o trabalho e a saúde dos professores, o modo de produção capitalista, que seguramente ainda se encontra em sua fase mais avançada, qual seja, o imperialismo. Trouxe para o debate a crise do petróleo como um marco para demonstração das crises cíclicas do capital, além de reconhecer que atualmente, a crise energética possivelmente ganhará ainda mais destaque no que concerne a tentativa de recomposição do capital.

Por isso, foi e é através das crises do modelo vigente societal que as consequências tendem a ter um aumento significativo na vida dos proletários do mundo todo. E nesse bojo se encontram os professores cada vez mais impactados pelas mazelas impostas pelo capital, tendo como referência negativa os agravos na sua saúde.

Os ajustes através de medidas políticas educacionais e econômicas vêm na contramão do bem estar e da qualidade de vida dos professores em todo Brasil e também no mundo. As políticas públicas para educação vigentes foram apontadas neste trabalho como medidas que contribuem para a manutenção da lógica sócio-metabólica do capital.

Este estudo confirma a hipótese levantada de que as medidas de reestruturação da economia mundial forçada pela crise atual do capitalismo, tendo como consequência a intensificação da precariedade do trabalho em nível mundial afeta a vida no trabalho e a saúde dos professores, dentre estes os professores de Educação Física.

As condições de trabalho dos professores mostraram-se fragilizadas, pois desde sua jornada de trabalho excessiva até as condições básicas para se ter sucesso na execução de uma aula pelos professores são problemáticas no município de Belém.

Foi possível identificar que o fenômeno da violência nas escolas é parte fundamental do processo de precariedade no trabalho dos professores. Até então, tinha-se de certa forma, uma convicção de que a categoria precariedade e / ou precarização do trabalho estava muito mais associada às condições de trabalho, expressas na ausência de recursos e na intensificação da jornada de trabalho. Porém, com a pesquisa e com acesso a referenciais, foi possível enxergar que a violência nas escolas é também um fenômeno essencial para o entendimento do processo de precariedade do trabalho do professor.

Tendo em vista a análise sobre o salário dos professores, o que se compreende é que em média os mesmos ganham acima de R\$ 3.500,00, por outro lado, somente quem atinge esta renda são os que possuem uma jornada de trabalho intensa, além de terem que trabalhar em média 3 turnos. É nesse sentido que se infere que a vida dos professores do ensino básico municipal apresenta uma característica interessante. Os ganhos salariais não permitem dizer que o cotidiano de trabalho de uma determinada categoria corresponde a uma jornada de trabalho ou ritmo de trabalho adequado para se ter uma vida sem prejuízos a saúde. O capitalismo contemporâneo impõe aos trabalhadores ritmos de trabalhos absurdos cerceando o direito a liberdade, ao lazer e ao repouso necessário aos trabalhadores.

No caso dos professores, o que foi observado é que os que ganham um salário maior são aqueles que trabalham em um ritmo frenético. Nesse caso, a estratégia do capital no âmbito do serviço público é intensificar o trabalho dos professores em todos os níveis, porém quando se percebe a realidade dos docentes de Educação Física fica evidente os limites do trabalho destes sujeitos, pois as consequências são justamente o agravamento das doenças ocupacionais.

As enfermidades encontradas nos professores do município de Belém como, por exemplo, problemas fonoaudiológicos e mentais são marcas expressas na vida dos professores e doenças que acompanham e intensificam-se na vida destes profissionais. Foi possível identificar através do acesso de estudos em outros países que as patologias encontradas não diferem muito com as encontradas nos professores de Educação Física do Município de Belém. A tendência das moléstias não é um dado local, mas se expressa em níveis mundiais.

Os professores de alguns países que se localizam no centro do capitalismo, como por exemplo, na Alemanha possuem sérios problemas de saúde associado ao stress, tensão, violência bem como outros fatores psicológicos. Os docentes brasileiros por outro lado, especialmente os do Município de Belém, apresentam tanto os problemas mencionados como também as questões estruturais de infra-estrutura deficitária, falta de recursos pedagógicos, violência nos bairros onde se localizam as escolas, dentre outros fatores que agravam ainda mais a saúde.

A partir da coleta dos dados e análise, foi possível observar que os maiores índices de adoecimentos encontrados referiram-se as mulheres. Esses dados vêm ao encontro dos estudos de Brito (1999) que enfatiza que as mulheres sofrem diretamente as consequências da saúde psicofísica da reestruturação produtiva, das novas tecnologias, onde esses mecanismos tendem a dissimular discriminar e explorar com mais severidade o sexo feminino.

Antunes (2005) afirma que se vive uma ampliação significativa do trabalho feminino, chegando a 40% da força de trabalho dos países centrais do capitalismo. A absorção de mulheres pelo capital é preferencialmente dada numa situação de trabalho *part-time*, extremamente desregulamentado e precarizado. No caso das professoras, isso é um pouco diferenciado, pois se trata de trabalhadoras públicas, mas mesmo assim observa-se que a situação estratégica do capital é semelhante no que se refere a exploração e intensificação do trabalho feminino.

O trabalho das professoras pode ser analisado na própria alteração e nos efeitos que as políticas educacionais ou a ausência destas podem causar aos trabalhadores em educação, em especial as mulheres, problemas gerados a partir dos fatores como lotação docente, assistência médica, infra-estrutura adequada, valorização docente, Plano de Cargos Carreira e Remuneração- PCCR são alguns exemplos.

Sabe-se que as mulheres que trabalham no setor da educação, cumprem uma jornada que às vezes é dupla ou tripla, com isso, há necessariamente uma relação proporcional no que tange aos processos de precariedade no trabalho docente. Pois, quanto mais se aumenta os problemas nas escolas em geral, mais as mulheres professoras tendem a sofrer as consequências laborais e de saúde.

O caso de problemas com saúde relacionada com a violência escolar encontrado nesta investigação teve como protagonistas duas professoras, as quais tiveram grandes dificuldades de retorno a trabalho, devido aos traumas adquiridos neste processo.

Outra questão importante encontrada neste estudo diz respeito à assistência a saúde dos professores. O serviço médico oferecido ao servidor público municipal ainda é limitado quanto seu atendimento. Constatou-se que com o avanço dos serviços complementares a saúde, como os planos de saúde privados, implantados e incentivados pelo Estado, reforçando a idéia de valorização do privado e desvalorização do público, os planos de saúde particulares são cada vez mais valorizados e adquiridos, enquanto que os serviços de assistência pública¹⁴ são depreciados.

A estratégia de recomposição do capital mediado pelas políticas estruturantes como foi visto a partir do Consenso de Washington permitiu um grande apelo ideológico aos processos de privatização dos serviços oferecidos pelo Estado. A lógica do privado reforça a matriz paradigmática de cunho mercadológico-empresarial do modelo da eficiência.

É nesse sentido que se torna necessário repensar uma política da educação concreta no Brasil contra o capital, onde a valorização da escola pública e dos professores sejam reais.

Para isso, é preciso que se reivindique *tempo* para se pensar no trabalho e na própria saúde. O ritmo de trabalho frenético reduz a possibilidade de tempo para se pensar o trabalho e as condições individuais e coletivas de saúde. Observou-se nos espaços escolares investigados a ausência de momentos de discussão sobre a própria vida dos professores. Foi perceptível a resposta positiva ao indagar uma professora na pesquisa sobre a possibilidade de criação de um espaço interativo de identificação e possíveis soluções para os problemas enfrentados no dia a dia no ambiente escolar.

Por isso, torna-se urgente a necessidade de espaços para discussão da saúde dos professores, além de se ter permanentemente a presença de profissionais da saúde como o da fonoaudiologia, e de outros que discutam esta temática.

Propõem-se como metodologia e estratégia de ação a experiência próxima com o projeto de formação e investigação em saúde e trabalho desenvolvido a partir do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividades e Políticas (NEPESP), da Universidade Federal do Espírito Santo.

A proposta adequada para a realidade do Município de Belém consiste em primeiro lugar, a institucionalização de um espaço e tempo pedagógico periódicos para

¹⁴ Os planos de saúde oferecidos para os trabalhadores do município de Belém são descontados em seus contra-cheques.

encontros sistemáticos que versem sobre as experiências de trabalho e os problemas quotidianos de saúde dos professores.

Em segundo, que este espaço seja constituído pela comunidade escolar, e que tenha total autonomia para deliberação das reivindicações constatadas nos encontros. É importante também que o tema “Saúde no Trabalho” seja discutido neste espaço a fim de que seja pautado no planejamento das escolas municipais de Belém.

Este espaço teria a participação de todos os professores e técnicos, pois os problemas com saúde e trabalho atingem todos os trabalhadores da educação. Por isso, a concretização desta proposta passaria por 5 características fundamentais iniciais, que seriam: 1) organização de um projeto a ser encaminhado pela comunidade escolar apresentando os motivos pelo qual se reivindica o espaço de discussão e que seja também incluído nas pautas de reivindicações dos professores; 2) Criação e efetivação do espaço com periodicidade e com horário específico para reuniões e que conte como parte da carga horária de trabalho; 3) Elaboração de um roteiro de identificação dos problemas de trabalho e saúde dos professores e técnicos proposto a partir da experiência do grupo NEPESP; 4) Realização de oficinas de produção de conhecimento com temas sugeridos pelos professores e técnicos, afim de constantemente apresentar a secretaria de educação as reivindicações identificadas e 5) Realização de seminários municipais sobre a temática saúde e trabalho nas escolas, com a participação de organismos classistas e a comunidade.

Desta maneira, estas características são apenas um passo para o início de organização de ambientes que favoreçam a reflexão para ação das melhorias de condições de vida no trabalho e da saúde dos professores. Não é objetivo de este trabalho demarcar ou estabelecer um modelo acabado de plano, mas sim de apresentar uma contribuição constitutiva do projeto. Seu desenvolvimento e preparo dependem de cada professor que vive o seu próprio quotidiano laboral.

Sabe-se também que para concretização da proposta é necessário o engajamento político dos sujeitos que fazem a escola, quer sejam os professores, estudantes ou técnicos, logo, é de grande importância que se criem possibilidades de construção de uma escola contra o capital e de indivíduos que a partir das contradições de sua própria existência se movam em busca de melhorias para suas vidas e de mudança da ordem estabelecida.

A construção da consciência de classe se apresenta como uma protoforma necessária para o avanço da luta ideológica contra a burguesia e instauração de uma

sociedade socialista, pois não é possível uma sociedade livre das opressões, presa ao constructo do trabalho histórico capitalista pautado no sofrimento sem que se tenha como horizonte estratégico uma sociedade sem classes.

A luta pela saúde universal e pela ontologia essencial do trabalho como realização humana depende exclusivamente da luta revolucionária contra o modo de produção vigente. A proposta de constituição de espaços para se pensar a saúde docente deve estar associada a destruição da fabricação da falsa consciência pública fomentada pelo Estado burguês. As falsas aparências, o mundo da pseudo-concreticidade devem ser extirpados pela consciência de classe assumida pelo proletariado mundial.

Como agente principal das mudanças qualitativas que tem o proletariado, o professor tem a tarefa de contribuir para transformar uma sociedade que é submissa a um sistema de representação que a legitima constantemente em outra capaz de corresponder aos anseios da humanidade.

A construção de consciência de classe, ou a consciência para si é forjada na luta política cotidiana. A disposição de um docente em contribuir para formação crítica de um estudante e levá-lo a pensar sua realidade já é um sinal positivo de seu engajamento. A ação e reivindicação dos seus direitos a melhores condições de trabalho já o torna um combatente. A exigência de uma quadra coberta e de materiais para o uso pedagógico se traduz como um embrião da luta contra o modelo vigente educacional.

A luta por trabalho digno e por saúde de qualidade só se torna possível nesta sociedade com a ruptura do capital irreversível. Mas mesmo tendo esse destino de irreversibilidade o capitalismo como modo de produção e reprodução da vida atual tenta forjar sua sobre vida na captura da consciência social. Mézáros (2002, p.469) afirma que “(...) quanto mais articulada se torna a superestrutura legal e política, mais abrangente ela abarca e domina não apenas as práticas materiais reprodutivas da sociedade, mas também as mais variadas “formas ideais” de consciência social (...)”. Isso revela que quanto mais articulado é o Estado burguês, maior sua estratégia de ataque.

É nesse sentido que as tarefas colocadas aos professores são enormes. E para concretização destas é preciso se pensar formas de concretização das lutas e da transformação.

Para tanto, abre-se a possibilidade de se pensar na construção de um professor que milite por suas causas e pelos anseios da sociedade. Porém, para se formar um professor que milite e que reivindique seus direitos cabe ressaltar a formação deste *professor militante*.

Bogo (2008) comenta que as características do militante na situação de negações permanentes é a própria organização. A mesma o conduz a diretrizes que devem ser interpretadas e tomadas como estruturantes na vida do militante, mas para isso é necessário entender quais os interesses das massas e o que gera suas motivações.

Nesse sentido é preciso destacar uma diferença significativa quanto ao professor militante. Trata-se do processo de formação e de consolidação deste.

Para se formar este novo tipo de professor, faz-se necessário a percepção de sua disposição em lutar nas melhorias das suas condições de vida, quer seja no trabalho ou em outras esferas da vida. A reivindicação por melhores condições de trabalho, ou até mesmo a exigência de um serviço de saúde que contemple seus anseios imediatos, pode ser um dispositivo de introdução a vida militante.

Entende-se como militante o sujeito que toma partido de uma causa em que desperte nele um determinado interesse. No caso dos professores, é possível entender que uma simples cobrança ou exigência por melhores salários nas greves são em certa medida um sintoma de que este sujeito começa a perceber a necessidade de organização.

O processo de consolidação por sua vez do professor militante requer uma determinada experiência na luta de classes e uma organização e compreensão mais elaborada quanto aos mecanismos de sua revolucionária.

Moreno (2001) afirma em primeiro lugar que enquanto existir o sistema capitalista como modelo estruturador das relações sociais não existirá solução para qualquer tipo de problema que se tem atualmente, desde as questões que pairam na esfera da educação até as questões mais gerais como o problema da fome no mundo. E isso permite ao professor começar a entender que a luta por suas reivindicações são bem mais complexas e maiores do que suas exigências imediatas.

Não existirá nenhuma concretização de um sistema novo de sociedade se não se prezar pela democracia operária nos setores onde se pretenda expropriar a burguesia. Para Moreno (2001, s/d) “(...) O grande mal, a sífilis do movimento operário mundial é a burocracia, os métodos totalitários que existem [...] nas organizações operárias, os sindicatos, os partidos que se reivindicam da classe trabalhadora (...)”. Entende-se que no domínio da formação militante é impossível formar um professor militante salutarmente sob um cotidiano marcado pela burocratização desde a associação de professores em nível local até o sindicato ou a partidos políticos que estes possam atuar.

Moreno (2001) chama à atenção a construção de organizações classistas em níveis mundiais. Sabe-se desde Marx que a emancipação da classe trabalhadora só poderá ser

efetivada a partir de uma transformação global. É nesse bojo que a consolidação do professor militante deve passar, pois o sindicato ou o partido a que pertençam deve necessariamente ser a verdadeira escola para a consolidação deste sujeito.

Chama-se atenção a consolidação teórica da categoria dos professores. Não se trata apenas de uma simples formação, trata-se de uma formação para a revolução, que transpareça no semblante de cada docente o espírito da mudança, da indignação frente às condições de trabalho que passam e as doenças ocupacionais que adquirem.

A consolidação militante deve ter por base a concepção materialista da história com inspiração marxista, pois o lugar e o papel do professor militante na história da luta de classes deve ser de desmascarar as políticas imperialistas e contribuir para as condições objetivas dadas para uma mudança qualitativa na sociedade atual.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. A condição de proletariedade na modernidade salarial. In: _____ **A condição de proletariedade: A precariedade do trabalho no capitalismo global.** São Paulo: Editora Praxis, 2009.

ANTUNES, R. A crise da sociedade do Trabalho. In: _____. **O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do Trabalho.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.

ARAÚJO, T; CARVALHO, F. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 107, Aug. 2009.

BAUER, J; UNTERBRINK, T; HACK, A. Working conditions, adverse events and mental health problems in a sample of 949 German teachers. **Int Arch Occup Environ Health: SHORT COMMUNICATION**, Verlag, n. 80, p.442-449, 10 fev. 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BLAYA, C; MANFRO, G. Transtorno do pânico: diagnóstico e tratamento. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 28, n. 1, Mar. 2006.

BOGO, A. **Identidade e luta de classes.** São Paulo. Editora Expressão Popular, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Dispõe sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. 16 de julho de 2008. Art.2º.

BROWN, J; GILMOUR, H; MACDONALD, E. Return to work after ill-health retirement in Scottish NHS staff and teachers. **Occupational Medicine**, Scottish, n. 56, p.480-484, 07 ago. 2006.

CATANI, A. **Educação Superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. **Estatuto dos funcionários públicos do município de Belém.** Lei 7.502, de 20 de Dezembro de 1990. Título III dos direitos, vantagens e obrigações. Capítulo 1 Jornada de Trabalho. Art. 49/50.

CARLOTTO, M; CAMARA, S. Análise fatorial do Maslach Burnout Inventory (MBI) em uma amostra de professores de instituições particulares. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 9, n. 3, Dec. 2004.

_____ Síndrome de burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, May 2006.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta.** 10 ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

CHAVES, V. L. J. Crise e privatização da universidade pública: de Fernando Henrique a Lula da Silva. **Revista Universidade e Sociedade.** São Paulo: editora Xamã. Ano XVI, n. 38, 2006.

CONCEIÇÃO, D. L; MOTA JÚNIOR, W.P. **As políticas de Avaliação da Educação Superior e o Trabalho Docente na UFPA: o caso da GED.** 2007. Revista Científica da UFPA, v.6, n 01, p.

COSTA, A. Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação no trabalho dos professores do ensino básico brasileiro. In: COSTA, A; FERNANDES NETO, E; SOUZA, G. **A proletarianização do professor: neoliberalismo na educação.** São Paulo. Editora Sundermann, 2009.

CRUZ, V. Da Folha de S.Paulo, em Brasília SAMANTHA LIMA da Folha de S.Paulo, no Rio. Disponível em: <<http://www.hojenoticias.com.br/negocios/pre-sal-enfrenta-problemas-de-producao-no-bloco-de-tupi/>>. Acesso em: 18 de Jan. 2008.

CUNHA, L. A. O ensino superior no octênio de FHC. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril. 2003.

DEJOURS, C. **A Banalização da Injustiça Social.** 7º Edição. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DELCOR, N.S. **Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino em Vitória da Conquista-Ba.** 2003. 120f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Medicina e Saúde, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DIEESE. **Estudos sobre a cesta básica nacional no mês de janeiro de 2010**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/racfev10.xml#>>. Acesso em 22 de Jun. 2010.

DRUCK, G. **A flexibilização e a precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação**. In: XXXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, CAXAMBU- MG, **Anais...**Caxambu, 2007.

ESPÍRITO-SANTO, G. **Representações sociais da saúde dos professores de educação física que atuam em academias no Rio de Janeiro**. 2005.218f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2005.

FRANCO, A.C.S.F. **Licenças médicas de professores de Educação Física: expressando especificidades em estudo na rede municipal de ensino- SP**. 1996.93f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

FREITAS, C.M. Vida e morte no trabalho: acidentes do trabalho e a produção social do erro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, Sept, 2008.

GOMES, Luciana e BRITO, Jussara. Desafios e possibilidades ao trabalho docente e à sua relação com a saúde. **Estud. pesqui. Psicol**, [s.l], vol.6, no.1 p.49-62. jun. 2006.

GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. 9 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo:Ática. Série Princípios, 1992.

HECKERT, A.L.C; BARROS, M.E.B; MARGOTTO, L (orgs). **Trabalho e Saúde do Professor: cartografias no percurso**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Relatório do Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 117-136, jan./dez. 2001.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LABORATÓRIO DE EPIDEMIOLOGIA E ESTATÍSTICA. **Tamanho da Amostra em Pesquisa em Ciências da Saúde**. Disponível em: < www.lee.dante.br >. Acesso em 24 fev. 2009.

LANTHEAUME, F. HÉLOU, C. **La souffrance des enseignants**. Une sociologie pragmatique du travail enseignant. Editions PUF (Education et société), 2008.

LEITE, T.M.P; SOUZA, A.N. **Condições de Trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil**. São Paulo. Unicamp. Faculdade de Educação, 2007.

LÊNIN, V.I. **O Imperialismo fase superior do capitalismo**. Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1987. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>>. Acesso em: 20 maio. 2010.

LESSA, S. Trabalho e Trabalho abstrato. In: _____ **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007. Cap5. p.147-177.

LOZADA, M.A. La Docência: un Riesgo para la Salud?. **Revista Avances em Enfermería**, Bogotá. v. 22, n. 01, p. 18-30, Jan.2005.

LEVY, G. C. T. M; NUNES SOBRINHO, F. P; SOUZA, C. A. Síndrome de Burnout em professores da rede pública. **Prod.**, São Paulo, v. 19, n. 3, 2009.

MARX, K. **As crises econômicas do capitalismo**. Coleção polêmicas operárias. São Paulo: Ched. 1982.

_____. **O capital**: Crítica da economia política. 2º Edição. São Paulo. Nova Cultural, 1985.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. SP: Ed. Martin Claret, 2004.

_____. Método da Economia Política. In: _____. **Contribuições à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 218-231.

_____. **As Relações Gerais entre a Produção e a Distribuição, a Troca e o Consumo.** In: introdução à Crítica da Economia Política. Disponível em: <http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/marx/marx_42.html>.

MASLACH, J. The measurement of experienced burnout. **Journal of Occupational Behavior**, [s.l], v., n.2, p.99-113, 1981.

MERRILL, R M; NELSON, R; Thibeault, S. Prevalence of Voice Disorders in Teachers and the General Population. **Journal of Speech, Language, and Hearing Research**.v. 47, n.2, p. 281-93, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição.** Unicamp. Editora Boitempo, p.269-270, 2002.

MORENO, N. Ser Trotskysta Hoje. **Marxists Internet Archive.** Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/moreno/1985/mes/troskista.htm>>. Acesso em: Nov. 2001.

ODELL, P. **O petróleo mola do mundo.** São Paulo. 4º Edição. Distribuidora Record, 1978.

OLIVEIRA, F.F.A. **A formação dos professores e a valorização do magistério após a reforma educacional: para onde apontam as pesquisas sobre o tema?.** In: IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar Educacional: ABRAPEE, São Paulo. **Anais...** v. 01, n. 01, p.01-12, 06 jul. 2009.

OLIVEIRA, V.M. **A gesta e o conceito de Educação Física na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro nos anos 1850.** In: Congresso Brasileiro De Ciências Do Esporte, 12., 2001, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, set. 2001. 1 CD-ROM.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional.** Assembléia Geral, 2229ª sessão, 1º de maio de 1974. Resolução aprovada sob base do informe da comissão ad hoc do sexto período extraordinário de sessões. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta dos direitos e deveres do Estado.** Assembléia Geral, 2315ª sessão, 12 de dezembro de 1974. Resolução aprovada sob base do informe da segunda comissão. <http://www.onu-brasil.org.br/>.

PENTEADO, R.Z. Relações entre saúde e trabalho docente: percepções de professores sobre saúde vocal. **Rev. soc. bras. fonoaudiol.**, São Paulo, v. 12, n. 1, Mar. 2007 .

PINHEIRO, L. U. **Universidade Dilacerada: Tragédia ou revolta? Tempo de Reforma Neoliberal.** Salvador: Solisluna. 660 páginas, 2004.

SANTINI, J. A síndrome do esgotamento profissional em professores de educação física: um estudo na rede municipal de ensino de Porto Alegre. **Rev. bras. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v.19, n.3, p.209-22, jul./set. 2005.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro. Editora Record, 1999.

SILVA, S. R. **Gestão da Educação nos anos 90: Equidade e conservadorismo.** In: _____ . **Políticas públicas e gestão da educação: Polêmicas, fundamentos e análises.** Brasília: Liber Livro, 2006.

SIMMEL, G. **As grandes cidades e a vida do espírito (1903).** *Mana* , Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 Fev 2008.

SOUZA, S. D. **Qualidade de vida de professores universitários em fase de mestrado.** 2001.105f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

VALA, J. Análise de Conteúdo. In: SANTOS SILVA, Augusto; PINTO, José Madureira (orgs.). **Metodologia em Ciências Sociais.** Porto Alegre: Afrontamento. 13Ed. cap 4, p.101-128, 2005.

YANG, X. et al. Relationship between quality of life and occupational stress among teachers. **Elsevier: Original Research** , Shenang China, n. 92, p.01-06, 27 set. 2009.

WATSON, P. **Sofrimento psíquico, lesões e doenças ocupacionais em profissionais de Educação Física que atuam em academias de ginástica.** 2003.30f. Monografia de graduação, Faculdade de Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003.

WILLIAMSON, J. What Washington Means by Policy Reform. **Instituto Peterson de Economia Internacional**, nov. 1990. Publicações. Discursos, depoimento, artigos. Disponível em:<<http://www.petersoninstitute.org/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=486>>. Acesso em: 16 nov. 2000.

APÊNDICE A

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ESCLARECIDO

PROJETO: AS CONDIÇÕES DE VIDA NO TRABALHO E A SAÚDE DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM **ESCLARECIMENTOS DA PESQUISA**

Trata-se de uma dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em ciências sociais a ser realizado com professores de educação física que trabalham na rede municipal de educação. A pesquisa terá como objetivo investigar as condições de trabalho enfrentadas pelos professores de educação física da rede municipal de ensino da cidade de Belém bem como sua relação com a saúde.

Estas informações serão coletadas a partir de entrevistas com os professores, bem como análise dos atestados médicos para a realização de um levantamento sistemático das principais doenças dos professores de educação física do município de Belém.

As identidades dos participantes não serão reveladas na apresentação dos resultados, assegurando, assim, o seu sigilo total.

O professor poderá sentir-se constrangido, inseguro durante a aplicação do questionário, ficar ansioso ou temeroso ou achar que as perguntas são evasivas e se negar a respondê-las. Para amparar tais questões, o pesquisador se compromete em respeitar as restrições impostas pelos pesquisado.

O professor entrevistado assim como a categoria a qual pertence serão beneficiados quanto a: 1) Ao acesso à informação desta pesquisa; 2) A possíveis propostas de políticas públicas para a saúde docente; c) Conhecer sistematicamente as condições de saúde e trabalho dos professores de educação física do município de Belém.

Os participantes da pesquisa podem a qualquer momento entrar em contato com o pesquisador em caso de dúvida ou qualquer outra questão relacionada à pesquisa. Os contatos são: Rogério Gonçalves de Freitas – Avenida Almirante Barroso. Alameda Henrique Engelhad nº 34/212. Sousa. Fone: 32317460.

O sujeito é livre para participar e/ou para retirar-se da pesquisa a qualquer momento, sem haver qualquer forma de represália.

ASSINATURA DO PESQUISADOR

Consentimento livre e esclarecido

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa cooperando com a coleta de dados.

Belém, ___/___/___

Assinatura do professor

APÊNDICE B

**Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Mestrado em Sociologia**

Pesquisa: As condições de vida no trabalho e a saúde dos professores de Educação Física do município de Belém.

QUESTIONÁRIO (adaptado de Santo, 2005 e Santini, 2004). Pesquisa de campo I

Dia:	Mês:	Horário:	Local:
Nº da entrevista:		Tempo de transcrição:	
Escola do (a) professor (a):		Fone para contato:	

QUESTIONÁRIO:

1- Idade: _____ 2- Bairro onde mora: _____

3- Estado Civil: Solteiro () Casado () Divorciado () Outros ()

4- Sexo: masculino () Feminino ()

5- Naturalidade: _____ / _____ (Município/Estado)

6- Tem filho: Não () Sim () Quanto?: _____ Idade dele(s) _____

7- Você se considera:

Branco(a) ()

Negro(a) ()

Pardo(a) / mulato (a) ()

Amarelo (de origem oriental) ()

Indígena ou de origem indígena ()

8- Renda pessoal mensal:

() Até R\$ 415,00

() mais de R\$415,00 a R\$1000,00

() mais de R\$1000,00 a R\$1500,00

() mais de R\$1500,00 a R\$2000,00

- () mais de R\$2000,00 a R\$2500,00
- () mais de R\$2500,00 a R\$3000,00
- () mais de R\$3000,00 a R\$3500,00
- () mais de R\$3500,00 a R\$4000,00
- () mais de R\$4000,00 a R\$4500,00
- () mais de R\$4500,00 a R\$5000,00
- () acima de R\$5000,00

9- Formação acadêmica:

Graduação () - Local e tempo de formado: _____

Especialização () – Local e tempo de formado: _____

Mestrado () – Local e tempo de formado: _____

Doutorado () – Local e tempo de formado: _____

10- Desde quando você trabalha na rede municipal: _____

11- Quais os turnos você trabalha:

Manhã () Tarde () Noite ()

12- Qual a carga horária semanal: _____

13- Quantas turmas por semana: _____

14- Em geral quantos alunos por turma: _____

15- Como você avalia os materiais disponíveis na escola para sua aula:

Muito ruim ()

Ruim ()

Bom ()

Excelente ()

16- Como você avalia o espaço físico onde você trabalha:

Muito ruim ()

Ruim ()

Bom ()

Excelente ()

17- Em relação aos direitos trabalhistas, complete o quadro abaixo especificando os locais de trabalho:

LOCAIS DE TRABALHO	Assina carteira		Faz hora extra	
	Sim	Não	Sim	Não

18- Como você avalia a sua rotina de trabalho:

- Sem nenhum esforço
- Leve
- Um pouco intenso
- Intenso (pesado)
- Muito intenso
- Extremamente intenso (máximo de esforço)

19- Você já teve algum acidente no Trabalho:

Sim () Não (). Qual?: _____

Ficou com alguma seqüela? Qual? _____

20- Você já teve ou tem alguma doença relacionada ao seu trabalho:

Sim () Não (). Qual?: _____ Há quanto tempo? _____

21- Você tem plano de saúde ou assistência médica:

Sim () Não (). Qual?: _____

22- Está satisfeito com o atendimento do plano ou assistência:

Sim () Não ()

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Of. N° 007/2009

Belém, 07 de Maio de 2009.

Prezado (a) Senhor (a) Diretor (a)

Venho, pelo presente, solicitar a este estabelecimento, a contribuição possível para a realização de uma pesquisa na qual tem como finalidade os diversos fatores que influenciam os professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Belém-PA no exercício de suas atividades cotidianas.

Esta pesquisa tem como objetivo de dar suporte a área da Educação Municipal e a todas as pessoas que trabalham ou tenham relação direta ou indireta com o trabalho docente. Este trabalho será realizado com professores de Educação Física de ambos os sexos.

Este estudo se insere no corpo das pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, onde sou discente do programa em nível de mestrado em sociologia, tendo como orientadora a professora doutora Maria Angélica Alberto.

Desta forma, solicito autorização para ter acesso aos contatos dos professores de Educação Física, bem como os dias que estão realizando suas atividades de trabalho nesta escola.

Agradecendo a sua colaboração, despeço-me,

Atenciosamente,

Mestrando: Rogério Freitas.

Coordenadora do PPGCS- Dra. Maria José Aquino.

APÊNDICE D



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Of. N° 007/2009

Belém, 04 de Fevereiro de 2009.

Prezado (a) Senhor (a)

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Venho, pelo presente, solicitar a esta instituição, a contribuição possível para a realização de uma pesquisa na qual tem como finalidade os diversos fatores que influenciam positiva ou negativamente os professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Belém-PA no exercício de suas atividades cotidianas.

Esta pesquisa tem como objetivo dentre outras coisas dar suporte a área da Educação Municipal e a todas as pessoas que trabalham ou tenham relação direta ou indireta com o trabalho docente. Esta pesquisa será realizada com professores de Educação Física de ambos os sexos.

Este estudo se insere no corpo das pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, onde faço parte do corpo discente do programa em nível de mestrado em sociologia, tendo como orientadora a professora doutora Maria Angélica Alberto.

Desta forma, solicito autorização para ter acesso aos dados, como nomes dos professores de Educação Física e o tempo de trabalho que atuam ou já atuaram na rede municipal de ensino.

Agradecendo a sua colaboração, despeço-me,

Atenciosamente,

Mestrando: Rogério Freitas

Coordenadora do PPGCS- Dra. Maria José Aquino

APÊNDICE E

Termo de consentimento informado para o uso das imagens

Autorizo o pesquisador Rogério Gonçalves de Freitas, mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, a utilizar as imagens fotográficas feitas de minha pessoa em pesquisas, eventos científicos e mostras fotográficas nacional e internacionalmente. Fui informada da metodologia envolvida em tal(is) pesquisa(s), onde essas imagens e outras, originadas a partir de manipulações digitais, serão divulgadas na(s) mídia(s) propostas na(s) citada(s) metodologia(s). Estou ciente que as imagens farão parte de um trabalho que possibilita a reflexão da condição de trabalho e vida dos docentes nos dias atuais.

Desta forma:

- Alterações digitais poderão ser realizadas a partir de tratamento e adequação da respectiva fotografia;
- Fica ciente que a entrevistada poderá a qualquer momento e sem ônus, solicitar a interrupção do uso das imagens para nova pesquisa, ficando então somente autorizado o uso das mesmas para acreditação das pesquisas já executadas.

O pesquisador e pesquisado(a) declaram que:

- a) leram todo o conteúdo desse consentimento informado;
- b) compreenderam e estão de acordo com o que será efetuado;
- c) foi explicado a finalidade e o uso dessas imagens, bem como a possibilidade de interromper sua utilização em pesquisas subseqüentes;
- d) conseqüentemente autorizam e dão consentimento:

Pesquisado _____

Pesquisador _____

O consentimento informado é uma condição indispensável da relação profissional-paciente e da pesquisa com seres humanos. Trata-se de uma decisão voluntária, realizada por uma pessoa autônoma e capaz, tomada após um processo informativo e deliberativo, visando à aceitação de um tratamento específico ou experimentação, sabendo da natureza do mesmo, das suas conseqüências e dos seus riscos.

Clotet, J. O consentimento informado nos Comitês de Ética em pesquisa e na prática médica: conceituação, origens e atualidade. **Revista Bioética**. Conselho Federal de Medicina, v.3, n. 2, p. 17, 1995.

Saunders, C. M.; Baum, M.; Houghton, J. Consent, research and the doctor-patient relationship. In Gillon R, editor. **Principles of health care ethics**. London John Wiley & Sons, 1994:457.

APÊNDICE F

ENTREVISTA – PESQUISA DE CAMPO II

- 1- Fale-me um pouco de seu cotidiano. Relate uma semana – sono, alimentação, rotina de trabalho, atividade física, lazer etc.?
- 2- Quais os pontos positivos e negativos em ser professor de Educação Física do município e como você se sente atualmente?
- 3- O que é ter saúde para você?
- 4- Você se considera uma pessoa que tenha uma boa saúde? Por que?
- 5- Com que regularidade faz consultas a médicos? Qual a especialidade?
- 6- Você tem conhecimento de algum tipo de políticas do município para os professores em relação a saúde?
- 7- Existe algum tipo de mobilização coletiva para discutir saúde entre os professores, funcionários da escola, um tipo de espaço de saúde?
- 8- Você gostaria de falar mais alguma coisa a respeito do que foi falado neste momento?

Transcrição entrevista com professora Andressa

- 1- Fale-me um pouco do seu cotidiano. Relate uma semana – sono, alimentação, rotina de trabalho, atividade física, lazer etc?**

Tenho 49 anos, trabalho na escola monte das oliveiras, sou professora de Educação Física da grade curricular, escolar, vou fazer uma síntese da semana, a semana começa no domingo, no domingo a gente sai pra passear, vai a igreja, faz os trabalhos em casa, as atividades domésticas, e segunda a sexta agente trabalha na escola, e retorna todos os dias para casa, segunda a sexta a gente ministra aula, 10 aulas por dia, uma carga horária assim que agente acha extensiva, porque você trabalha na rede municipal 240 hs uma carga horária máxima, são 19 turmas, você dá 10 aulas por dia, faixa etária de 4 anos a 14 anos, por semana você dá 10 aulas, significa dizer que você atende 5 turmas, então você trabalha de 7 da manhã as 14 e 45, os intervalos ocorrem pela manhã, 9 horas 9 e 15, você tem uma dinâmica na escola, sala de aula normal menor, sala de aula Educação Física maior, a nossa quadra esportiva, sala da alegria, onde você desenvolve atividades recreativas, pré-esportiva, atividade assim que no cotidiano das crianças, você aproveita, como as brincadeiras, como os jogos que elas nos trazem, e você dinamiza de acordo com o nosso projeto da escola, que agente pauta no projeto da escola, que é trabalhar com a comunidade e em cima desse projeto você faz o planejamento da Educação Física escolar. Eu tenho um projeto, que desenvolvo na sala de aula, e na quadra de esportes, que é “A arte de brincar com o corpo uma proposta pedagógica da Educação Física escolar” onde eu trabalho, na rede municipal com as duas escolas, onde você trabalha, aproveitar o que a criança tem e organizar as atividades como jogos, brincadeiras, danças, trabalho com filme, filme didático, depois vai pra discussão, para que a criança possa colocar suas idéias, e também as solicitações dela, o que eu gostaria de assistir hoje? O que eu poderia está fazendo na sala de aula...[nesse momento a entrevista foi interrompida por uma funcionária que gentilmente oferece lanche pra o pesquisador e para professora, os dois não aceitam e agradecem a gentileza] Então você trabalha nessa dinâmica, onde você aproveita muito as aulas de Educação Física, pois eu gosto de trabalhar a Ludicidade, todas as

faixas etárias, porque eu acho que todos nós precisamos dessa parte lúdica, pois até pouco tempo tivemos uma formação no início de dezembro, onde ele tratava lá, a reflexão da Educação Física, a temática da Educação Física, mesmo sendo esporte de competição, lá no nosso fórum, mas que nesses treinamentos de esporte de competição, basquete, vôlei, futsal, você inicia o treinamento, como os professores colocaram, mas com a parte lúdica, e na Educação Física, desde quando eu venho desenvolvendo minha atividade, eu procuro sempre aproveitar esse lado [o pesquisador intervém nesse momento e pergunta para professora como é a noite de sono e alimentação] A alimentação ela é tranquila, porque como é que eu faço minha alimentação, eu sou meio organizada nesse aspecto, eu trago frutas pra escola trago o almoço, me alimento na escola e em casa eu faço uma alimentação mais leve, a noite, e a noite de sono é ótima, porque se você comer uma coisa muito pesada você tem pesadelos. Eu sei dosar porque dá pra fazer caminhada, ultimamente estou fazendo, como nós já fomos readaptadas, mas já estou na sala de aula, estou trabalhando a questão da voz, faço as caminhadas, e agora atualmente estou fazendo a fisioterapia, então isso ajuda muito, você já está no final da tarde, te dá um suporte bom para tu dá uma descansada.

2- Quais são os pontos positivos e negativos em ser professor de Educação Física do município?

Para mim positivo nas escolas em que eu trabalho é você ter todos os suporte da equipe pedagógica, ter um material que você necessita, quando você não tem, você solicita, e é te dado uma resposta positiva, e as escolas são bem organizadas, materiais, espaço físico, e o restante, a dificuldade maior que eu percebo é a violência com as crianças né, alguns pais não tem esse entendimento, mesmo aqui na escola a gente trabalhar no conselho, com os pais, mais ainda não sai esse entendimento, a gente conversa com o pai, seu filho está com uma certa dificuldade, em termos de comportamento, alguns dão atenção, a maioria não, essa é a dificuldade maior que eu percebo na Educação Física, em toda a rede municipal, eu já estou na sexta escola, tanto em outeiro, mosqueiro, aqui na escola, é essa violência, o não respeito do colega, isso é trabalhado na sala de aula há muito tempo, eu estou aqui na escola há 10 anos, e há 10 anos a gente trabalha as questões de valores com as crianças, conversando, dinamizando assim para que ele possa entender, mas ainda não se tem essa resposta, eu acho que é pouco, falta mais ingrediente.

3- O que é ter saúde para você?

Bem, nesse aspecto eu não estou podendo falar com muita propriedade, porque a gente já vêm trabalhando....Ter saúde seria assim, você estar vem com o seu corpo, com seu aspecto locomotor, e pudesse estar desenvolvendo mais nas atividades práticas, não é o meu caso, desde quando eu entrei na prefeitura eu tive algumas dificuldades, problemas particulares, voz, ter saúde pra mim não seria ter esses problemas que estou apresentando.

4- Você se considera uma pessoa que tem boa saúde?

Ela está fragilizadíssima, a voz, a voz vai sair assim muito oca, o problema dos peszinhos, o problema da coluna, já se vem trabalhando, mas mesmo assim eu acho que 90% tá apresentando essa parte, a gente encontra no IPAMB esse pessoal.

5- Com que regularidade você faz consulta ao médico? Qual a especialidade?

2009 ela foi muito freqüente, eu faltei muito na escola, por mês eu faltei uma média de 8 a 10 faltas com atestado médico né, eu também entendo que a gente tem a permanência da sala de aula com aluno, eu entendo que durante as HPs (Hora Pedagógicas) eu tento reaver essas aulas. Olha eu estou indo no otorino, ortopedista e neurocirurgião, porque você precisa ter um acompanhamento do neurologista, pra que ele possa te dizer a medicação, a atividade e se o teu caso é cirúrgico sim ou não, meu caso não é cirúrgico, é tratado, agora esse tratamento, como o pessoal de Educação Física já sabe, é fisioterapia e você precisa fazer o tratamento no meio líquido para fortificar a musculatura, os para-vertebrais, você precisa ir para o meio líquido e fortalecer na musculação.

6- Você tem conhecimento de algum tipo de políticas do município para os professores em relação a saúde?

No primeiro momento que eu fui readaptada, o município tem o Núcleo de assistência ao trabalhador que é o NAST, eles vêm a escola e verificam quando você tem um desvio de função, que foi meu caso, eu fiquei na secretaria, fiquei dentro da escola, no período em que eu cumpri meu horário, fui vendo no que eu poderia colaborar, ai eles vão verificar se você está sendo alijada do processo, se você está se sentindo bem, como é que está seu tratamento, dentro do IPAMB tem o saúde do trabalhador, e na SEMEC tem o NAST, eles tem esses dois eixos que cuidam das pessoas que estão readaptadas, eu penso que seja uma política interna né? Agora, maior, eu acho que ainda está em discussão, seria assim, uma professora que estava com vontade de fazer um projeto dentro das escolas para todos os funcionários, que seria a ginástica laboral, a ginástica de alongamento, que a professora Galeno estava organizando, eu não sei como está esse trabalho, pois ela veio a falecer, ai eu não sei se eles vão pra 201º colocar esse trabalho maior, para todos os funcionários, seria uma excelente proposta, uma excelente atuação da SEMEC, e para as pessoas também, pois imagina 5 minutos antes, você teria que conversar com a comunidade pra explicar toda essa questão, de 5 as 10 minutos teremos atividade, com quem ficaria os alunos? Que horário eles iriam entrar? Como seria essa organização? No período da Rosângela estava bem amarradinho pra começar, agora eu não sei como está.

7- Existe algum tipo de mobilização coletiva para discutir saúde entre os professores e funcionários da escola, um tipo de espaço de saúde?

Não, esse espaço eu ainda não vislumbrei em nenhuma escola que eu passei. E na escola que estou atualmente eu não consigo ver [o pesquisador pergunta: o que você acharia de um espaço como esse na escola?] ela responde entusiasmada: seria muito produtivo e até esclarecer porque tem pessoas que não tem algum esclarecimento assim a cerca do que faz, e o que pode trazer como problema de saúde, como é o caso das merendeiras, algumas merendeiras, mas assim uma coisa mais técnica, olha se você pegar esse objeto com força de forma incorreta vai te acarretar esses

problemas, que a maioria tem, é muito comum e é notório, principalmente nas mulheres porque já engravidaram, já pariram, e você sabe que faz força os para vertebrais, força uma lordose, então a maioria das mulheres que eu passei nas escolas eu observo essa questão, seria interessante organizar um representante ou vários representantes de cada turno para ter essa conversa, ai verificaria um dia, mas isso tem que passar por todo um sistema maior, passar pela secretaria, a secretaria enviaria para os diretores, fazendo com cada representante de cada turno, ai tem que ser uma coisa maior, conversada, organizada, e colocada no papel e que funcione.

8- Você gostaria de falar mais alguma coisa?

Olha é uma pesquisa excelente, o pessoal de Educação Física nas escolas, nos espaços maiores, o pessoal da SEJEL trabalha na rua, muitos colegas nossos tem dificuldades maiores não são cobertos por planos de saúde, pegam sol né? E agente vê que é uma trabalho que a gente precisa ler com mais calma, e nesse trabalho, essa resposta da tese do professor, para que mais tarde a gente possa está fazendo acontecer no espaço escolar, e não só escolar, porque a SEMEC não compreende só essa parte, só a escola. E agradeço por ser escolhida, espero que eu contribua e o que você precisar estou a seu dispor.

Transcrição entrevista com professora Rosa

1- Fale-me um pouco do seu cotidiano. Relate uma semana – sono, alimentação, rotina de trabalho, atividade física, lazer etc?

É uma loucura, porque eu ia para Icoaraci (Distrito de Belém) de ônibus, agora eu ando de carro direto, até porque eu me sinto mais segura andando de carro, ai minhas despesas aumentaram, então é uma correria. De segunda quarta e sexta eu vou para Icoaraci, ai fica mais difícil, volto para cá, para ir para outra escola a tarde, é complicado assim. Então, nesses dias assim estão sendo ótimos, porque eu já voltei da licença, já fiz provas, eu quase não dei aula, no município, no Estado é tranquilo. Mas assim, eu ainda me sinto muito cansada, indisposta, não sei se é por causa dos remédios também, a alimentação está mais ou menos, porque eu estou comendo muito por causa do remédio, da medicação, ai eu engordei um pouco. Já tinham me avisado que essa medicação ia abrir o apetite, já tinham me dito pra manejar, mas só que a fome é demais, não tem como controlar. Atividade física não, estou fazendo, é muita preguiça. Lazer é uma vez ou outra, eu saio de dia, mas tá um pouco complicado também, ainda sinto muito medo de sair a noite, quando tem assim algum convite, aniversário, eu me esforço para ir, mas é complicado.

2- Quais são os pontos positivos e negativos em ser professor de Educação Física do município?

É ótimo porque tu és muito querido na escola, nossa quando eu chego lá, basta eu botar o pé, não basta eu chegar de carro, basta eles verem o carro, eles ficam malucos, ele vão todos lá em cima de mim, então te dá uma sensação de que tu és querida, isso é uma coisa boa que tem, porque eu tava até conversando com uma amiga minha, ai a gente falando em relação a isso, teve o fórum da SEMEC, semana

passada, e ela estava falando, que as professora de 1° a 4° tem algumas intrigas com a gente, porque elas acham que a gente não faz nada, a gente faz mais, porque trabalha com todos os alunos é hora aula, é mais cansativo do que estar numa sala de aula, tu podes passar um dever ali e deixar eles copiarem, sentar, ler jornal, porque eu já vi professoras lerem jornal e revista, a gente não dá pra fazer isso. Você pega uma turma e daqui a pouco, você tem que está olhando, observando porque é rápido, acidente pode acontecer em segundos, então as positivas são essas, a satisfação dos meninos, que eles gostam da disciplina, e assim, quando eles gostam do professor também, tu te sentes bem, por exemplo, eu recebo presentes, principalmente abraços, e ai os meninos são ótimos e ai como eu estou precisando muito, pra mim é ótimo, então essas são as coisas boas. E te dar a possibilidade de trabalhar num lugar mais amplo, não só físico, mas também em sala de aula, porque geralmente eu faço na sala jogos, quando é época de chuva, porque tem muitos que não dão aula na época de chuva, a desculpa é a quadra. Então eu acho que tem possibilidade de trabalhar na sala, eu levo jogos, eu faço algumas atividades, geralmente eu faço assim, o primeiro tempo eu digo que é meu, agente vai pra sala, que dá pra fazer chamada, e depois a gente desce, eu explico o que a gente vai fazer, depois no final um relaxamento, agente faz sempre na sala, na posição sentada, eles gostam muito, um dia eles queriam escutar brega, sabe o que eu levava, musica clássica, eles nunca ouviram musica clássica, o que é isso eles diziam, eu dizia, é uma musica muito legal, vocês vão gostar, as coisas positivas são essas. As negativas são: as quadras descobertas, muita carga horária para gente ganhar um dinheiro a mais, materiais também, agora que a escola tá...quando eu cheguei na escola não tinha nada, só bola velha. Então, agora eles já renovaram já compraram bastantes materiais. A questão é essa, a quadra, minha quadra é um triângulo assim [a professora faz um gesto com as mãos em um formato de triângulo] não tem condição nenhum, mas dá pra fazer, pra trabalhar dá, porque tem gente que não tem nem espaço, mas é complicado, ai eu já pedi assim , porque elas tem as regras da escola, porque nas aulas de Educação Física eu não posso tá deixando as crianças saírem, pra ta bebendo água, fica aquela correria, ai as meninas do apoio reclamam porque eles vão beber água, ai sujam, derramam água, ai eu já solicitei algumas melhoras para lá, colocar um bebedouro, lá na área da quadra, colocar pelo menos um material mais próximo da quadra, porque a gente leva muito tempo, quando eu chego, eu tenho que chegar bem antes, pra poder ver e verificar o material pra poder ajeitar, e ai a gente perde muito tempo, então pra pegar o material era um depósito ai juntou outras coisas, entes ela disse [diretora] que ia ser só da Educação Física, quando eu voltei de licença eu vi um monte de coisas lá, ai eu disse sim...é essa a sala de Educação Física ou deposito? Ela disse: a não porque não tem espaço a gente vai organizar, a tá bom eu respondi. Eu acho assim que a parte negativa seria essa, a falta de apoio.

3- O que é ter saúde para você?

É estar bem mentalmente e fisicamente, porque uma coisa liga a outra, eu acho que as duas coisas interferem, quando está os dois complicados, ai fica bem difícil, então pra mim assim, tem que tá feliz, por mais que tu ganhe, aquilo que tu não devias ganhar, pois somos mal remunerados, mas eu acho assim que eu gosto do que eu faço, o que é está feliz? É isso, as vezes eu reclamo, mas quando eu olho para outro lado eu vejo coisa pior, então eu imagino e penso, bom, eu tenho dois empregos, trabalho em duas secretarias, então tem gente que não tem isso né, não tem nada.

4 - Você se considera uma pessoa que tem boa saúde?

Uma boa saúde? Não. Agora então, eu não estou me considerando, até porque eu tenho preguiça de fazer atividade física, eu não sei como eu fui parar na área, não sei porque eu acho que talvez fosse uma coisa de infância, que eu te contei, que era só queimada, nas escolas, ai a primeira vez que eu fui jogar queimada eu peguei uma bolada ei pronto nunca mais. É aquela questão, eu vou ser professora de Educação Física, vou mudar esse negócio, vou mudar a aula, e ai eu acho que fisicamente e mentalmente eu me sinto complicada, mas eu fui muito feliz.

5- Com que regularidade você faz consulta ao médico? Qual a especialidade?

Eu estou indo sempre, de 15 e 15 dias. Psicólogo e psiquiatra e fiz vários exames, ginecológico, acupunturista por sugestão dela, ela pediu os exames hormonais, porque ela explicou que com a idade vem também esses problemas, e também pode interferir, eu disse pra ela, tomara que seja só hormonal, que tem como resolver, a questão mental é mais complicada, ai essa acupunturista também é psicóloga, ai foi que eu fiz, deu uma baixa nos meus hormônios, ai eu perguntei pra ginecologista se tinha alguma coisa haver, ela disse, olha, pode ser e pode não ser, eu vou repetir o exame, eu estou com dois miomas, mas são pequenos, não tem problema, perguntei se eu já estava partindo pra pré-menopausa, por causa da idade, ela disse não, ainda não é isso, mas teve alguma coisa que mexeu um pouco com a questão dos hormônios, eu fui perguntar também para psiquiatra, eu fiz essa jogada.

6- Você tem conhecimento de algum tipo de políticas do município para os professores em relação a saúde?

Existe o NAST, que é o núcleo de assistência ao trabalhador, lá no próprio IPAMB tem a saúde do trabalhador, foi que através daí que eu fui depois que aconteceu o acidente, porque eu teria que pegar mais dias, pois 15 dias não era suficiente. O médico, no caso particular, me deu 15 dias, eu não achei suficiente, ai me encaminharam pra lá, ai eu fui com a assistente social, ei ela me encaminhou para o psicólogo. Da SEMEC seria esse, o NAST. Agora do Estado eu quase não utilizo, eu não aderi o plano.

7- Existe algum tipo de mobilização coletiva para discutir saúde entre os professores e funcionários da escola, um tipo de espaço de saúde?

Não, existe as discussões, mas não que os professores se mobilizam pra fazer alguma coisa pra melhorar, assim no caso, a maioria dos professores são estressados, então eu acho que o máximo que o professor agüenta é 20 anos de trabalho, mais que isso não agüenta, eu te juro, os que estão pra se aposentar que tem 20 anos de serviço, estão pra lá de bagidá, já estão pedindo arrego, então eles ficam contando, mais 5 anos, mais 5 anos, sabem que é muito difícil trabalhar em sala de aula, ainda mais criança, dá mais trabalho, então essa questão, da discussão, é uma vez ou outra, porque não tem tempo de se estar reunindo pra tá discutindo essas coisas. As vezes na sala dos professores o que a gente conversa é sobre o aluno, as vezes sobre alguma regra da escola, que as vezes não concorda, uma coisa que acontece, de festa, então é difícil porque não tem tempo, não existe um

momento, deveria existir um momento para os professores discutirem essa questão não é? Eu já tive assim uma idéia, que ia executar no Pestalozzi, acabou que não deu, ai eu conversando com a vice-diretora, que é muito minha amiga também, então eu falei com ela, que eu ia fazer esse projeto tipo como tem a ginástica laboral nas empresas, na escola, eu tava pensando assim, ou os professores chegassem antes, ou alunos chegassem um pouco depois, do horário, no caso 7:30 no caso eles chegarem 7 horas, ficaria assim tipo uma meia hora, pra gente está reunindo, pra fazer uma ginástica, um alongamento, um relaxamento, uma coisa assim, ou uma vez na semana, seria na segunda feira, que é o inicio da semana ou todo dia, ou duas vezes ou três vezes por semana, entendeu, então eu já tinha dado essa idéia antes, lá no Pestalozzi, onde tenho mais liberdade de fazer as coisas, de fazer os projetos, de fazer como eu quero, já na outra escola não, tem bastante técnicos, então o trabalho é como já tivesse tudo pronto, as vezes, nos nós reunimos n inicio do ano pra arrumar o calendário, mas assim tu não tens muita liberdade, pois quando chega as festas já ta tudo pronto sabe, claro eles dão uma certa liberdade, pra organizar o teu trabalho, mas lá na escola no Pestalozzi o pessoal é diferente, eu já consigo fazer mais coisas, então ela sempre me cobra isso, sim quando vai ser, o projeto, elas tem vontade, eu já perguntei pra algumas o que tu achas e tal, ai ela diz que seria legal, já dá outras idéias, poderia fazer também um café da manhã, mas mais light com frutas, não pão com manteiga, ai já seria uma coisa assim que disponibilizaria de outra pessoa, de um nutricionista pra tá orientando, eu poderia orientar nessa área, da parte física, da ginástica laboral, ai elas assim acharam ótima a idéia, só que ai, nunca se concretizou, a idéia só ta na cabeça, mas eu nunca fiz na verdade.

8- Você gostaria de falar mais alguma coisa?

Tem muita coisa pra falar, porque se a gente for analisar, tem várias questão, como eu falo pra elas, teve uma professora lá, que a gente percebeu que ela já estava com alguns problemas, na casa dela, ela surtou de repente, até hoje ela não voltou mais para escola, síndrome do pânico, essas coisas, ela tentou fazer o tratamento, mas não sei, pois o Estado é mais difícil, porque a rede é maior, de professores e de funcionários, no município acho que tem mais atenção porque é menor, não fica fácil, mas eu acho que a secretaria fica com mais condições de fazer, no caso tem o NAST, tem o acompanhamento, as vezes pode até ter, mas agente não sabe, ai o que está faltando é isso, então seria, não sei, muita coisa pra falar, tinha que ter mais tempo. Educação é uma coisa complicada, ai ninguém investe, ninguém liga, faz de conta, é aquela historia, faz de conta que eu estou aprendendo, faz de conta que estou ensinando, é aquela coisa, tem muitos professores que são comprometidos, mas tem muitos que estão ali, eu mesmo já me senti, teve uma época que eu fiquei assim, acho que é a questão do estresse, as vezes faz a gente fiar assim, “ vou fazer que eu estou ensinando”, mas depois vem aquela questão, tenho que fazer alguma coisa, que é aluno carente, as vezes eu digo que os alunos do ensino regular são mais carentes do que os próprios especiais, carência afetiva, carência financeira, eu digo que eles são mais especiais, porque eles percebe mais as coisas que acontecem, os especiais claro eles percebem, mas sempre tu vê que eles podem ter o momento deles de raiva, mas o que tu percebes a maioria das vezes, estão alegres, estão contentes, eles na essa noção de perceber como os ditos normais percebem, interessante, então eu vejo que eles são mais felizes, por exemplo, hoje, não sei se tu conheces o Eric, ele estava lá veio me abraçar, quer dizer o tempo todo sorrindo, parece que nada tá ruim pra ele, então eu percebo assim bastante alegria, eu me sinto

bem, porque eles dão muito carinho também, chego lá e abraçam, os outros fazem isso, mas com uma certa reserva, então o que eu percebi, por exemplo na outra escola, eles são bem mais especiais do que os próprios especiais, é o que eu acho. O que eu tenho pra falar é isso.